

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE
MESQUITA FILHO**
Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília

VITOR LUIZ CARVALHO DA SILVA

**ADOCIMENTO NO TRABALHO, A METAMORFOSE DO TRABALHADOR
DO CAMPO NA CIDADE E OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA EM UMA FÁBRICA DE CONFECÇÕES TÊXTEIS NO
INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**MARÍLIA – SP
2020**

VITOR LUIZ CARVALHO DA SILVA

**ADOECCIMENTO NO TRABALHO, A METAMORFOSE DO TRABALHADOR
DO CAMPO NA CIDADE E OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA EM UMA FÁBRICA DE CONFECÇÕES TÊXTEIS NO
INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais da Faculdade de
Filosofia e Ciências – Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho – UNESP – Campus de
Marília, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações
do Mundo do trabalho.

Orientador: Profº Dr. Giovanni
Antonio Pinto Alves.

S586a Silva, Vitor Luiz Carvalho da
Adoecimento no trabalho, a metamorfose do trabalhador do campo na cidade e os reflexos da reestruturação produtiva em uma fábrica de confecções têxteis no interior do Estado de São Paulo / Vitor Luiz Carvalho da Silva. -- Marília, 2020
115 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Giovanni Antonio Pinto Alves

1. Adoecimento. 2. Reestruturação Produtiva. 3. Trabalho. 4. Indústria de Confecções. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

VITOR LUIZ CARVALHO DA SILVA

**ADOCIMENTO NO TRABALHO, A METAMORFOSE DO TRABALHADOR
DO CAMPO NA CIDADE E OS REFLEXOS DA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA EM UMA FÁBRICA DE CONFECÇÕES TÊXTEIS NO
INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais da Faculdade de
Filosofia e Ciências – Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Filho – UNESP – Campus de
Marília, como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Determinações
do Mundo do trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Profº Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Profº Dr. Ariovaldo Oliveira Santos
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Profº Dr. Agnaldo dos Santos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Profº Dr. Marcelo Augusto Totti (Suplente)
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Profª. Dra. Vera Lucia Navarro (Suplente)
Universidade de São Paulo - (USP – FFCLRP)

Marília, 12 de Novembro de 2020.

Para Silvana Maria de Carvalho,
Jessica Carvalho da Silva e Maria
Laura Carvalho Lozano, por amor.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação de mestrado em um período histórico, na qual, o objeto de investigação está em constante transformação, bem como, o conturbado contexto político-econômico do país e o enfrentamento da pandemia mundial da Covid-19, não é tarefa fácil. O processo de pesquisa, ainda que pareça uma jornada, por vezes, bastante dura e individual, no seu curso, dispõe de apoios indispensáveis para sua construção e cristalização – no mais das vezes, intelectual, material e afetiva –, os quais desejo agradecer.

Ao Professor Giovanni Alves, agradeço pela orientação cuidadosa desta pesquisa, pelos aprendizados em cada reunião sobre o ofício de ser pesquisador (sociólogo), sobre as conversas e discussões teóricas e pela convivência que inspirou admiração. Sinto-me profundamente agradecido por ter acolhido com maestria e paciência cada etapa dessa pesquisa. Sou muito grato pelo apoio e a confiança depositada e por todos os ensinamentos.

Sou profundamente grato ao Professor e ex-orientador Fábio Kazuo Ocada, pela humanidade e os ensinamentos na condução da orientação, pela confiança e paciência, por acreditar na minha pesquisa, pelo trabalho de artesanato que foi responsável pelos primeiros passos de minha construção enquanto pesquisador, pelos ensinamentos do ofício de ser sociólogo (pesquisador) e pela convivência que inspirou admiração. Jamais esquecerei!

Aos professores Francisco Luiz Corsi e Agnaldo dos Santos, obrigado pelas importantes contribuições no exame de qualificação. Aos professores Ariovaldo Oliveira Santos e Agnaldo dos Santos, agradeço pelas arguições de defesa da dissertação, que provocaram reflexões relevantes e contribuíram não apenas no prosseguimento da dissertação, mas também, na continuidade da minha agenda de pesquisa.

À Chryslen Mayra Barbosa e Wellington Felipe de Castro, sou grato pela amizade, pela convivência, generosidade e os debates calorosos que permitiram aprendizados, pela partilha e a construção dos sonhos acadêmicos e suas dificuldades (que foram tantas) no percurso, vocês são o ponto de partida de toda trajetória, é enriquecedor poder caminhar com vocês, tenho orgulho de cada conquista que conseguimos, a amizade de vocês é para toda vida.

Desejo agradecer também a Professora Maria Valéria Barbosa. Uma grande professora, rigorosa intelectual e pessoa solidária. Pelo acompanhamento no percurso acadêmico e os estímulos nos estudos, pela inspiração intelectual, generosidade, e os aprendizados preciosos para minha formação intelectual e humana. Jamais esquecerei.

Sou grato ao Grupo de Pesquisa e Estudos da Globalização (GPEG), em especial, aos professores Francisco Luiz Corsi e Agnaldo dos Santos, pela condução das discussões e debates enriquecedores, pela troca de conhecimento e experiência de pesquisa, que foram valiosos no processo de formação.

Sou profundamente grato a todas as trabalhadoras que aceitaram e dispuseram de parte do seu tempo para conceder entrevistas para a pesquisa, bem como a disponibilidade de mobilizar indicações e contatos que foram fundamentais para a realização do estudo, este trabalho também dedico a vocês.

À turma de mestrado pelos aprendizados conjuntos, convivência, pelas ajudas coletivas, em especial, à “linha de pesquisa determinações do mundo do trabalho”, Marília, Rodrigo Alcantara (Ximite) e Rafael. E aos demais amigos das outras linhas de pesquisas que construí laços de amizade e bem querer.

Aos professores e professoras do curso de inglês da escola You Can idiomas, em especial, Maria Luiza, Fernanda e Fabrício, sou grato pelos ensinamentos, pela paciência e pelas conquistas diárias no processo de ensino e aprendizagem.

À todos os trabalhadores e trabalhadoras da Unesp, em especial, os trabalhadores terceirizados, pela garantia de salubridade, condições de estudos e trabalho à toda comunidade acadêmica. Também, de forma especial, agradeço toda equipe do Escritório de Pesquisa e Internacionalização da UNESP, a ajuda de vocês foi fundamental durante todo processo de pesquisa.

Ao Luiz, Andréia, Vinicius Milani, Wellington, Chryslen, Vinicius Rezende, Juliana Moreno e Luana, agradeço pela amizade que nutriu o coração em tempos áridos. Obrigada a todos por comemorarem comigo cada conquista e pela paciência com as minhas ausências.

Por fim, agradeço a FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2018/17185-7), pela bolsa concedida durante o mestrado, sem a qual essa pesquisa não teria sido realizada com as mesmas condições. Importando mencionar, também, o apoio da CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil. À FAPESP e a CAPES, então, deixo registrado meu agradecimento.

Sem um trabalho, toda a vida se corrompe.

Porém com um trabalho sem alma, a vida se asfixia e morre.

Albert Camus

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações entre o processo de reestruturação produtiva e o adoecimento no trabalho em uma fábrica de confecções têxteis, da cidade de Aurifloma, interior do Estado de São Paulo. A problemática estudada foi analisada a luz das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da fábrica têxtil Ares Confecções que reproduz tendências internacionais de flexibilidade e intensificação do trabalho. Assim, as causas, características e consequências das condições de trabalho são analisadas com base, sobretudo em entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores adoecidos, bem como, relatos orais. Abordamos as consequências das condições de trabalho sobre a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras do seguimento de confecções têxteis, evidenciando seu caráter penoso de esgotamento físico e mental que contribui para os adoecimentos, sobretudo das trabalhadoras.

Palavras-Chave: Adoecimento. Reestruturação Produtiva. Trabalho. Indústria de Confecções.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between the process of productive restructuring and illness at work in a textile factory, in the city of Auriflâma, in the inland of the state of São Paulo. The problem studied was analyzed in the light of the working conditions and health of workers at the textile factory Ares Confecções, which reproduces international trends in flexibility and intensification of work. Thus, the causes, characteristics and consequences of working conditions are analyzed based, especially in semi-structured interviews with workers and sick workers, as well as oral reports. We address the consequences of working conditions on the health of male and female workers sector textile clothing, highlighting their painful character of physical and mental exhaustion that contributes to illnesses, especially for female workers.

Keywords: Illness. Productive Restructuring. Work. Garment Industry.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa dos Pólos produtores do Estado	62
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Primeira Estação Ferroviária em Araçatuba	26
Figura 2– Segunda Estação Ferroviária em Araçatuba	26
Figura 3 – Panorâmica da Centralidade Surgida ao Redor de Estação Ferroviária na Região de Araçatuba	27
Figura 4 – O carro de bois em frente ao casarão de João Pacheco na Praça Central	29
Figura 5 – Celebração da primeira missa que oficializou a fundação da vila	30
Figura 6 - Estrutura da cadeia têxtil e de confecção	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estado de São Paulo e regiões: Distribuição Espacial do valor de transformação da indústria de transformação (VTI) 1960-1985	40
Tabela 2- Evolução da população urbana, rural e total segundo municípios – Região de Governo de Araçatuba 1970/1991	41
Tabela 3- Taxa de crescimento populacional (%a.a.) e distribuição relativa da população (%) – Região de Governo de Araçatuba 1970/1991	42
Tabela 4 - Pólos com cronogramas de iniciar trabalhos em 2003	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da participação da indústria de transformação no emprego formal brasileiro (1985-2016)	84
Gráfico 2- Participação da Indústria de transformação no PIB (em %)	86
Gráfico 3- Rendimento médio dos Empregos Formais da Indústria (em reais correntes) 1999- 2017	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
I - Objeto e objetivos da pesquisa	18
II - Sobre a metodologia desse estudo	19
III - A estrutura da Dissertação	20
 CAPÍTULO I: GÊNESE E CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE AURIFLAMA	 22
1.1 Aurora de novos tempos: a formação e o desenvolvimento do município de Auriflama	22
1.2 Uma breve construção histórica da indústria de confecções	45
1.3 O desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções no Brasil	52
1.4 Caracterizações do pólo de confecções têxteis de Auriflama	57
 CAPÍTULO II: RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL EM UM CONTEXTO DE CRISE	 63
2.1 A ascensão do complexo gerencial taylorista-fordista	63
2.2 Crise do capital e novas formas de acumulação: o contexto do desenvolvimento da flexibilidade do trabalho	71
2.3 Reestruturação produtiva e política neoliberal no Brasil	77
2.3.1 Neoliberalismo e os impactos na indústria de transformação	81
 CAPÍTULO III: TRABALHO, ADOECIMENTO E DESCARTABILIDADE HUMANA.....	 87
3.1 Flexibilidades do trabalho... ..	87
3.2 O adoecimento físico e psíquico	95
 CONCLUSÃO	 102
 REFERÊNCIAS	 106
APÊNDICE I: Roteiro para entrevista com trabalhadoras e trabalhadores da indústria de confecções têxteis, setor de moda íntima feminina	111
APÊNDICE II - Perfil e trajetória de entrevistadas	115

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de dissertação analisa as relações entre reestruturação produtiva e adoecimento no trabalho em uma fábrica de confecções têxteis, na cidade de Aurifloma, interior do Estado de São Paulo. A problemática das condições de trabalho e as consequências do advento da reestruturação produtiva sob o paradigma de flexibilidade na organização do trabalho, bem como, o contexto da divisão sexual do trabalho representam o fio condutor da dissertação.

A pesquisa se insere no campo de estudos da sociologia do trabalho e o objeto investigado faz parte de um contexto de mudanças estruturais com a emergência de um novo paradigma de organização industrial e do trabalho que passam a incorporar princípios de flexibilidade (ALVES, 1998; 2011; ANTUNES, 2011; CORIAT, 1994; HARVEY, 2012) na organização produtiva e nas relações de trabalho. Tais transformações que orientam processos de trabalhos flexíveis são compreendidas como uma nova estrutura de trabalho que assumem traços laborais precários em diferentes níveis, sobretudo relacionados ao sexo (HIRATA, 1993; 2002; LOBO, 2011).

Importa lembrar que esta pesquisa é enquadrada em um período histórico de inflexão neoliberal no Brasil, período de muitas transformações de ordem política, econômica, tecnológica e ideológica que começaram ainda na década de 1980, mas que nas décadas de 1990 e 2000 encontraram condições favoráveis e se aprofundaram. Os efeitos da nova conjuntura, em determinados aspectos, corroboraram no aumento do desemprego, na piora dos índices socioeconômicos e mudanças na legislação trabalhista que, acompanhadas do novo modelo de produção, provocaram mudanças consideráveis nas condições de trabalho, além de tornar mais vulnerável os laços empregatícios.

A tendência à flexibilidade laboral frequentemente é acompanhado de precarização relacionados às condições de trabalho, entre tantos elementos, a exigência de multifuncionalidade e intensificação do ritmo de trabalho resultante de transformações técnicas e organizacionais, implicam em novas formas de controle do trabalho. Além disso, a flexibilidade reforça um processo de divisão entre trabalhadores “qualificados” e trabalhadores “não-qualificados”, o acirramento desta divisão provoca instabilidade dos empregos, bem como, o surgimento de trabalhos atípicos, como: trabalho temporário, terceirizado, subcontratado e por tempo parcial.

Essa forma de flexibilidade significa uma transformação profunda ocorrida na organização produtiva e nas relações de trabalho no início da década de 1970 nos países centrais, e no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990. Grosso modo, tratou-se de um conjunto de transformações políticas, econômicas e sociais, como resposta a crise que comprimia a taxa de lucro, a produtividade e o crescimento dos países, interligados em três frentes: a mundialização do capitalismo, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

No âmbito do processo de trabalho, o emprego de novas técnicas e métodos organizacionais que estimula a polivalência, tem resultado em intensificação dos ritmos de trabalho e sobrecarga para os trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo porque há uma mescla entre: novas técnicas e métodos de trabalho, com técnicas e métodos que já existente, ou seja, o toyotismo no Brasil não superou os elementos do taylorismo-fordismo, ampliando o controle sobre o trabalho e repercutindo nas condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, que por vezes levam ao adoecimento físico e/ou psíquico, sendo este, nosso enfoque nesta pesquisa.

São observadas também no âmbito da divisão internacional do trabalho, conforme aponta Hirata (1994, p. 137), uma tendência entre os países considerados subdesenvolvidos ou semi-industrializados, de práticas de “atividades *labour-intensive*”, na qual, buscamos relacionar com o segmento de confecções têxteis do ramo de moda íntima feminina, a partir de uma fábrica Ares confecções, em Aurifloma, interior do Estado de São Paulo, que abriga no sistema *outsourcing* subcontratação/terceirização, por meio de marcas de empresas transnacionais do ramo têxtil em sua produção, elemento este, da racionalização das cadeias produtivas de valor.

Historicamente praticada pelo segmento têxtil, de confecções e de calçados, a terceirização (*outsourcing*) é uma estratégia de flexibilização e externalização da produção, bem como, uma forma de enxugamento das empresas, tal prática foi amplamente disseminada para diversos ramos da indústria e setores de serviços. A externalização da produção permite que grandes empresas que detém o domínio do setor, por meio, de grandes marcas ou segmento específico do ramo industrial, utilizem empresas subcontratadas para produzir suas mercadorias a baixo custo, enquanto tais empresas focalizam seus investimentos no gerenciamento da marca, como: o *design* de produtos e o *marketing*. Isso significa que no contexto atual, o processo de automação e a microeletrônica, bem como, a difusão das tecnologias da informação, viabilizam a

transferência e o controle da produção à distância, em tempo real, em qualquer região ou país, cujo destino da transferência produtiva lhe garanta vantagens lucrativas.

Desse modo, busca-se relacionar os processos de reestruturação produtiva que ocorreram no Brasil após a crise econômica mundial de 2008, em relação à gestão e inovações tecnológicas no ambiente produtivo, sem perder de vista, o período de consolidação de políticas neoliberais, relacionando com os adoecimentos no ambiente de trabalho, de natureza física e psicológica. Para tal, toma-se como campo de análise o segmento de confecções têxteis a partir de estudo de uma indústria de confecções de moda íntima feminina que abriga grandes marcas, tais como: Adidas, Avon, Track & Field etc, em uma estrutura de terceirização *outsourcing*. A planta da empresa que é objeto deste estudo se localiza no interior do Estado de São Paulo e atua no setor de confecções têxteis, desde o fim da década de 1980, produzindo roupas íntimas femininas.

Procurou-se nesta pesquisa analisar as características do processo de trabalho, as formas de organização do trabalho e as condições de trabalho na qual os trabalhadores e trabalhadoras estão inseridos na Indústria Ares Confecções, visando compreender e demonstrar as consequências da flexibilização do trabalho e suas influências no processo de adoecimento.

I - Objeto e objetivos da pesquisa

Essa dissertação analisa as relações entre reestruturação produtiva e adoecimento no trabalho em uma fábrica de confecções têxteis, na cidade de Aurifloma, interior do Estado de São Paulo. Caracterizando as condições de trabalho conformadas em meio às relações sociais e de gênero, em uma temporalidade histórica que perpassa por transformações conjunturais de caráter político e econômico, especialmente de 2008 a 2016. Este processo de caracterização busca verificar em quais medidas as condições de trabalho tem contribuído para o adoecimento dos trabalhadores.

Tal objetivo geral de pesquisa se desdobra em questões específicas que procuro responder:

1) Identificar a natureza dos adoecimentos físicos e psicológicos verificando se há uma disposição maior em relação ao gênero, feminino ou masculino.

2) verificar se as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores no exercício do trabalho são determinantes nos adoecimentos.

3) observar se há uma disparidade salarial entre homens e mulheres e de que maneira essa estrutura se relaciona com tipos de trabalho mais propenso ao adoecimento.

Trata-se de demonstrar se os efeitos da flexibilidade produtiva possuem dois sexos, nos mecanismos de gestão e controle do trabalho, bem como, nas mudanças no processo produtivo e seus impactos nos trabalhadores e trabalhadoras.

II - Sobre a metodologia desse estudo

Do ponto de vista mais geral, compreendemos que o período escolhido de 2008 a 2016 nos proporciona realizar um paralelo entre um dos momentos importantes desencadeados na cidade de Auriflama. Visto que foi possível, por um lado, analisar, ao mesmo tempo, o declínio de um modo de produzir no campo, e sua contribuição para emergência das pequenas fábricas têxteis, e, em particular, o processo de expansão e reestruturação da fábrica Ares Confecções. Por outro lado, foi também, possível analisar as ocorrências de adoecimentos físicos e psicológicos, frequentemente debatido na academia após o processo de rearranjo produtivo dos anos 1990 (ALVES, 1998; 2011; ANTUNES, 2011; CORIAT, 1994; HARVEY, 2012), verificando a disposição maior ao adoecimento em relação ao gênero, quando pensamos as relações sociais de trabalho a partir de uma divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 1976; 2013; HIRATA, 1993; 2002; KERGOAT, 1986; LOBO, 2011). Nesse contexto, analisamos as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras no exercício do trabalho, buscando compreender os possíveis fatores determinantes na produção dos adoecimentos, tendo em vista a adesão tecnológica e gerencial pela empresa. Observamos, por fim, se há uma disparidade salarial entre homens e mulheres e de que maneira essa estrutura se relaciona com tipos de trabalho mais propenso ao adoecimento.

Assim, a caracterização do processo de trabalho e divisão sexual do trabalho na fábrica têxtil Ares Confecções, buscou apreender e sistematizar caracterizações individuais, a partir: da flexibilidade do trabalho, divisão sexual do trabalho, processos de trabalho e práticas gerenciais, buscando pontos de caracterização coletiva, que forneça elementos desta situação concreta, a partir da qual, é possível compreender as

tendências do trabalho multifacetado na construção das relações sociais e sua ligação com as formas de adoecimentos.

A pesquisa bibliográfica focou nos principais temas do estudo, a saber: teorias da reestruturação do sistema capitalista e as transformações no mundo do trabalho; adoecimento e saúde do trabalhador; a posição social da mulher no mundo do trabalho; a questão da subjetividade na vida laboral. Partindo desses temas balizadores, foram buscados outros que surgirem no decorrer da pesquisa. No mesmo sentido, a revisão bibliográfica passou pelas discussões clássicas e contemporâneas do tema, em especial as da Sociologia do trabalho e áreas afins.

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, levamos em consideração os mecanismos relacionais de mediação, como: os sentimentos e a sensibilidade dos envolvidos, as condições objetivas, o respeito e o sigilo do envolvidos, tanto dos entrevistados, fazendo prevalecer sua vontade, quando da empresa estudada, desta forma, o nome da empresa e dos funcionários foram omitidos e substituídos por nomes fictícios. Utilizaremos, também, como forma de abordagem dados quantitativos, como: IBGE, SEADE e FIESP.

Realizou-se entrevista semiestruturada, acompanhada do gravador, se tratando, portanto, de um estudo pautado em relatos orais de ex-trabalhadoras e ex-trabalhadores da empresa Ares Confecções. Nosso objetivo inicial era entrevistar 3 trabalhadoras e 3 trabalhadores tendo como requisito único o processo de adoecimento vivenciado na empresa. Infelizmente, o vírus Sars-Cov-2, que dá origem a doença Covid-19, disseminado em escala mundial, não demorou em chegar ao Brasil e fazer suas vítimas. Desta maneira, tivemos que nos adequar as condições objetivas, trabalhando, portanto, com as 3 primeiras entrevistas realizadas em meados de Janeiro de 2020. Chegamos até as trabalhadoras por meio da metodologia bola de neve, partindo da premissa de que as trabalhadoras adoecidas podiam, de alguma forma, estabelecer uma rede de contato entre elas, neste sentido, ao conseguir uma primeira entrevista, a entrevistada indicava outro potencial entrevistado. Pretendia-se, também, realizar entrevista com o sindicato dos trabalhadores têxteis e de confecções, a restrição sanitária não nos permitiu.

III - A estrutura da Dissertação

A dissertação se organiza em 3 capítulos, além desta introdução e da conclusões. Conta, também, com apêndices nos quais constam, os roteiros de entrevistas com as trabalhadoras, e o perfil das trabalhadoras entrevistadas.

No capítulo 1 apresentaremos o contexto histórico de formação do município de Aurifloma, destacando o processo de modernização da macrorregião de Araçatuba como motor das transformações regionais que foi do café até a cana-de-açúcar. Objetivando mostrar o contexto que permitiram o surgimento de indústrias regionais, especialmente o polo industrial de confecções de moda íntima de Aurifloma.

No capítulo 2 apresentamos o contexto das transformações do capitalismo com a ascensão do taylorismo e do fordismo-keynesianos, bem como, sua crise na década de 1970. Mostramos, também, o processo de mundialização e financeirização do capitalismo nas décadas de 1980 e 1990 e o avanço de uma nova divisão internacional do trabalho e o surgimento do modelo produtivo japonês, o toyotismo, assim como, o neoliberalismo e suas políticas econômicas voltadas para acumulação flexível. Ainda neste capítulo, tentou-se demonstrar os reflexos do novo regime de acumulação flexível no Brasil e seus impactos na indústria brasileira.

Por fim, no capítulo 3 tratamos do processo de flexibilidade no ambiente de trabalho e os mecanismos que buscam o envolvimento e o engajamento dos trabalhadores em torno dos objetivos da empresa, tais como: *teamwork* e sistemas de metas, assim, como, sua relação com o processo de adoecimento, tanto físico quanto psíquico, no universo das trabalhadoras da fábrica Ares Confecções.

CAPÍTULO I: GÊNESE E CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES DE AURIFLAMA¹

1.1 Aurora de novos tempos: a formação e o desenvolvimento do município de Auriflama

Auriflama, cidade onde vivem as trabalhadoras da fábrica têxtil Ares Confeções, foi povoada como consta na história oficial, em 1937. A cidade que a época tinha o status de vila, carregava o nome de seu fundador, João Pacheco de Lima (Vila Pacheco). Morales (2008, p. 6) destaca em narrativa oficial sobre a cidade, que antes da chegada de João Pacheco de Lima havia posseiros que habitavam a região. Rodrigues (2005, p. 5) aponta que esses posseiros são remanescentes da ocupação dos tropeiros, oriundos do Mato Grosso e Minas Gerais que adentraram o sertão Noroeste- Paulista na região de Araçatuba e São José do Rio Preto, principalmente, os que costumeiramente criavam bois e porcos. Funcionava, ainda, um sistema de glebas que reuniam neste sertão proprietários, trabalhadores e viajantes, nas palavras de Morales:

[...] ao longo do espigão não existia nada a não ser mata virgem, mas na região já existiam moradores, reunidos entre proprietários e agregados. Esses moradores entraram sertão adentro por caminhos precários, picadas, trilhas ligando as vertentes e as várzeas e se arrancharam geralmente na margem de um ribeirão ou córrego que lhes fornecia a água necessária e essencial [...] (MORALES, 2008, p. 6).

O autor continua detalhando a formação das glebas na região de Auriflama:

Esta vasta região era dividida em três grandes propriedades denominadas de Fazendas Limoeiro; Fazenda Barreiro e Fazenda Lambari. Também esses eram os nomes dos ribeirões que demarcavam essas grandes propriedades. Com o passar do tempo essas vastas áreas foram sendo divididas em propriedades menores. Muitos posseiros que nelas existiam há muitos anos negociaram com os titulares o domínio de suas posses. Outros adquiriram glebas já demarcadas por agrimensores e devidamente tituladas, como foi o caso da Fazenda Barreiro, uma vasta área de propriedade da Companhia Antártica Paulista que foi dividida em quinhões devidamente demarcadas. (MORALES, 2008, p. 6).

¹ O capítulo foi publicado de forma parcial na Revista RRET - ISSN 1982-9884, Nº 25 de 2020, com o título: O avesso da moda: características gerais da fábrica de confecções têxteis de Auriflama, interior do Estado de São Paulo.

Os posseiros na região de Auriflama costumavam chegar, sobretudo, pela Noroeste do Brasil, cujo ramal no Estado de São Paulo ligava Bauru a Lussanvira, estação que pertencia ao município de Pereira Barreto. Cumpre mencionar, que o café é um grande articulador de novos espaços, sobretudo com a eclosão da I Guerra Mundial, pressionando o crescimento das demandas e a expansão da malha ferroviária.

Para Silva (1981, p. 48), com as emigrações massivas o trabalho escravo foi cedendo lugar ao trabalho assalariado nas plantações de café. O desenvolvimento do plantio de café em todo Estado de São Paulo permitiu a mecanização de forma parcial por meio das operações de beneficiamento, ocorrendo em substituição de alguns meios de trabalho, por exemplo, os movidos à água; a implantação de novas máquinas melhorava não apenas a qualidade do café, mas também, sua produtividade.

De acordo com Martins (2010, p. 34) o trabalho livre foi tecido por meio de dois processos diferentes, tanto para o imigrante, quanto para o escravo. Se para o primeiro o trabalho permitiu adquirir a propriedade, para o segundo, após ser “liberado da terra”, a única propriedade que lhe resta é sua força de trabalho. Assim, na distinção entre colonato e as relações de produção capitalista, cujo regime de trabalho é por meio do assalariamento, isto é, por meio da compra e venda da força de trabalho, Martins aponta que:

[...] A formalização da igualdade própria do trabalho livre ocorria nesse plano, no plano da contabilidade que mediava à relação de ambos, no plano dos ganhos monetários. Aí o colono aparecia como fornecedor de mercadorias e, eventualmente, como trabalhador diarista, de que provinha parcela mínima dos seus rendimentos. Aparecia, também, como comprador de mercadorias ao fazendeiro, no barracão ou no armazém onde adquiria os fornecimentos ao longo do ano, ou como devedor de adiantamentos. O item principal de sua receita provinha dos alqueires de café colhido e dos talhões tratados, o trabalho de enxada na limpa do cafezal, a remoção das ervas daninhas das leiras entre os cafeeiros. Acentuava essa característica o fato de que ao colono cabia uma caderneta que deveria reproduzir fielmente os registros da sua conta corrente com o fazendeiro. Nessa relação, o trabalho não entra fundamentalmente na qualidade de trabalho social e abstrato; ele entra revestido ainda da forma mercadoria, de trabalho materializado em valores de uso e de troca, com o caráter de trabalho pessoal e concreto. A troca igual não entra no começo da produção, mas unicamente no seu final. Por essa razão, não se pode reduzir ao menos parte da remuneração do colono à categoria de salário por peça. É que no colonato, como já foi indicado, o colono se envolvia em uma complexa relação com o fazendeiro, que não podia ser resumida numa das variantes teóricas do salário. Complexa, também, porque não se resumia a uma temporalidade, a do salário, mas se distribuía pelos

tempos de sua diversidade, a começar de arcaísmos de sua relação laboral criados, precisamente, pelo próprio capital e em nome do capital (MARTINS, 2010, p. 70-71).

Desse modo, mesmo na vigência do trabalho escravo uma pequena parcela dos trabalhadores ligados ao beneficiamento do café eram pagos na forma de salários, “antes da formalização do fim da escravatura”. Com o fim da escravatura houve mudanças pontuais apenas no que tange a colheita do café, necessitando de “maior mão de obra no processo de trabalho” (MARTINS, 2010, p. 71), o trabalho livre não representou necessariamente uma mudança na forma de salário propriamente instituída, para Martins:

A fazenda de café transformou-se num empreendimento de conversão de trabalho em mercadorias a partir de relações não capitalistas de produção. Relações determinadas pela reprodução capitalista ampliada do capital e por um elenco de mediações sociais, culturais e simbólicas que faziam da herança da pré-capitalismo um capital social do capitalismo agrário nascente no Brasil. A mais-valia absoluta incorporada ao café entregue no mercado, constituída numa imensa massa de trabalho não pago, realizava-se predominantemente fora da economia cafeeira. Longe, portanto, das relações econômicas singulares que ocorriam no interior da fazenda, em que o trabalho não pago ocultava-se no caráter de recompensa das retribuições recebidas pelo trabalhador, materializadas sobretudo na fartura que, no geral, havia em sua casa (MARTINS, 2010, p.82).

Essa contradição apontada por Martins (2010, p. 84), no que tange a “produção capitalista de relações não capitalista de produção” não tinha condições de ser resolvida no próprio seio da economia cafeeira, mas, sim, na reprodução do capital, fora das fazendas de café.

As análises de Beni (2008, p.29) mostram que o crescimento do expressivo consumo internacional do café, criou a demanda de expansão das áreas de plantio, era preciso ocupar os espaços do Oeste Paulista, para atender a demanda internacional dessa cultura. O problema em questão centrava-se em torno de um meio de transporte de baixo custo que permitisse a ligação das novas áreas ocupadas do Oeste Paulista aos portos, no litoral, nas palavras do autor:

[...] Assim, sendo o café o produto do momento e o oeste paulista o espaço ‘vazio’ – em contigüidade - mais propício ao avanço da cultura, os dirigentes políticos e econômicos trataram de resolver o principal problema surgido para a integração dessas novas áreas: ligar uma infra-estrutura de transporte possibilitadora de custos de produção factíveis ao escoamento da mercadoria ao litoral (BENI, 2008, p. 29).

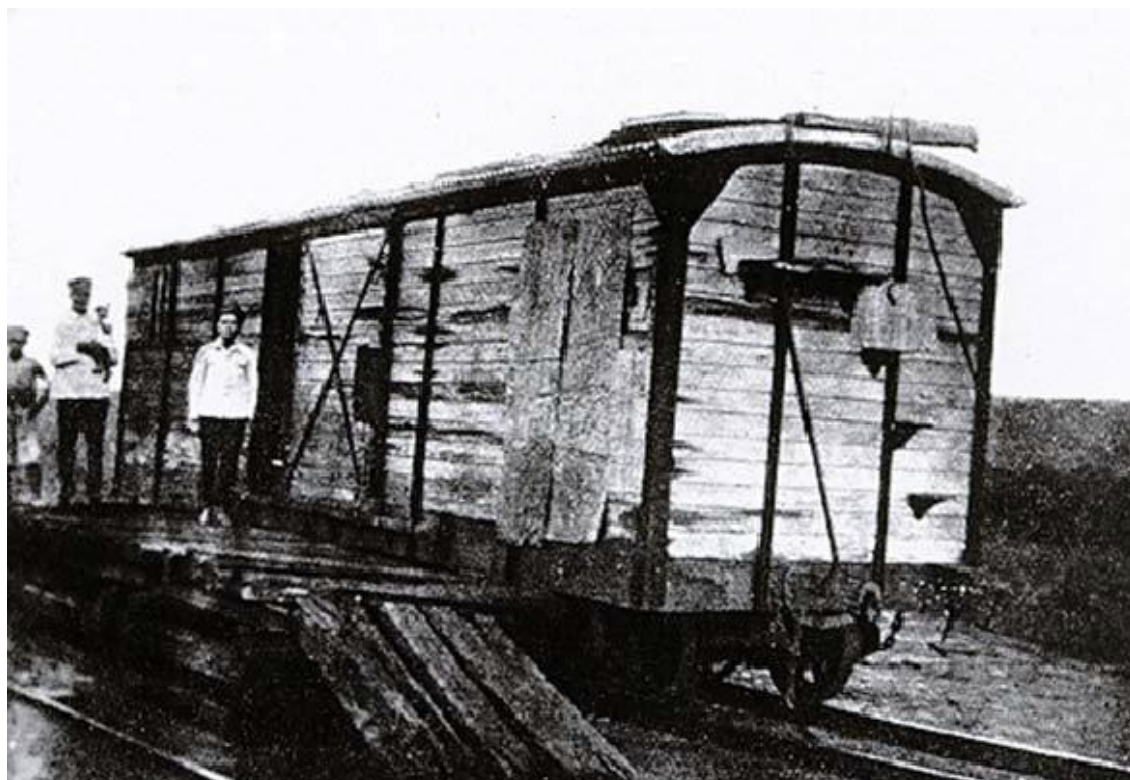
Os investimentos em mecanização representavam o funcionamento de grandes plantações suficientemente rentáveis, fruto dos empreendimentos desenvolvidos pela elite nacional e internacional em torno da cadeia produtiva do café. A economia cafeeira ganhava contornos industriais, da qual, as estradas de ferro teve papel fundamental. Beni (2008, p. 29) buscou evidenciar que, as ferrovias como, “Santos-Jundiaí, Sorocabana, Mogiana e Noroeste do Brasil são exemplos de aberturas infra-estruturais colocadas à serviço dessa expansão territorial da cultura cafeeira ao oeste paulista”.

Segundo Bini (2008, p.29) buscando meios mais econômicos de resolver os problemas de escoamento do café para o litoral, algumas ferrovias como, “Paulista, a Mogiana e a Sorocabana” se instalaram em regiões do Oeste Paulista, regiões já povoadas. Somente a Noroeste do Brasil, fruto de investimento público-privado “avançou em áreas quase ‘despovoadas’ do território do Estado de São Paulo”.

De capitais mistos, brasileiro e franco-belga, com concessão de garantia de juros baixos pelo governo federal, a construção da Noroeste se iniciou em 1905. Terminados os estudos para a locação da linha férrea, a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e a companhia empreiteira dos serviços mandaram para Bauru os primeiros engenheiros, técnicos e operários que se encarregariam da construção. Muitos morreram de várias moléstias (como a leishmaniose e a malária) e no confronto com os índios caingangues. Em 2 de dezembro de 1908, os trilhos chegavam ao quilômetro 281, onde futuramente se fundaria a cidade de Araçatuba (BINI, 2008, p. 29).

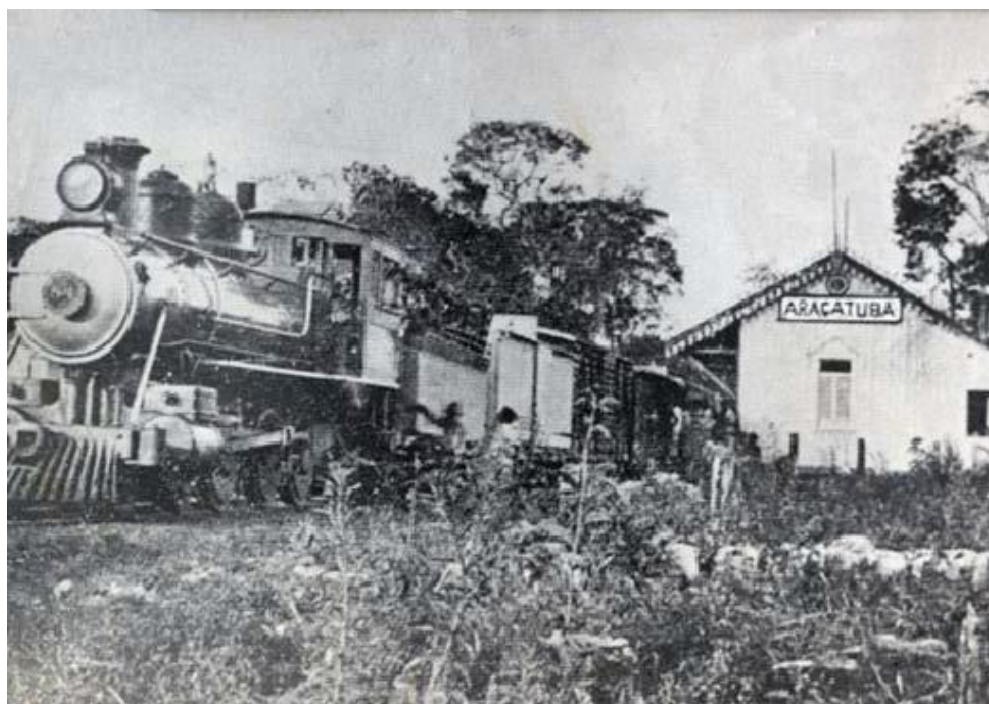
Para Bini (2008, p. 1) até a primeira metade do século XX a região espacial geográfica e administrativa de Araçatuba só existia enquanto região ocupada pelas “elites paulistas através da instalação das ferrovias”. Essas regiões foram determinadas conforme as companhias ferroviárias. Em Araçatuba, por exemplo, havia a Noroeste do Brasil, que dava destaque para os “municípios de Penápolis, Birigui e Araçatuba”, na região. As malhas ferroviárias desenharam outras regiões do Estado de São Paulo, como: “Bragantina, Mogiana, Araraquarense, Alta Araraquarense, Paulista, Alta Paulista, Sorocabana, Alta Sorocabana”.

Figura 1 – Primeira Estação Ferroviária em Araçatuba



Fonte: Câmara Municipal de Araçatuba (sem data) e Bini (2008, p. 30).

Figura 2 – Segunda Estação Ferroviária em Araçatuba



Fonte: Câmara Municipal de Araçatuba (sem data) e Bini (2008, p. 31).

Figura 3 – Panorâmica da Centralidade Surgida ao Redor de Estação Ferroviária na Região de Araçatuba



Fonte: Câmara Municipal de Araçatuba (sem data) e Bini (2008, p. 36).

O trabalho de Bini (2008, p. 46) mostra a importância que a construção da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil (C.E.F.N.O.B), que ligava Bauru até Campo Grande, Estado do Mato Grosso², teve para emancipação de pequenos povoados no interior do Estado de São Paulo. Esses pequenos povoados foram construídos por migrantes, como nordestinos e imigrantes como, Japoneses, Italianos, portugueses, que se “deslocaram para a região para trabalhar na derrubada da floresta e construção da ferrovia”. É válido sublinhar que, apesar de grande parte da população residir em áreas rurais, sob o regime de trabalho colonato, havia focos de urbanização com comércios, igrejas, empórios etc.

Outra estação com grande fluxo nesta região era a Anhangai, correspondente ao município de Araçatuba. Essa estação recebia, em geral, os posseiros que percorriam a dinâmica da Estrada Boiadeira que ligava o Matogrosso à região de Ribeirão Preto³, eles

² O ponto final da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil se deu até o rio Paraguai, na divisa com a Bolívia.

³ Essas estradas onde circulavam carros de boi foram alargadas tempos depois para receber os carros e caminhões Ford. Os caminhões se encarregavam de transportar cargas até os limites dos trilhos ferroviários. Com o crescimento dos parques automobilísticos, as estradas rodoviárias tornou-se projeto do governo Estadual para facilitar a colonização.

se instalavam em fazendas nos arredores da longa Estrada Boiadeira, construindo casas de tijolos ou de pau-a-pique e criando bois e porcos, que depois eram vendidos na região de São Carlos para obter outros alimentos. As famílias Portuguesas que se fixaram posteriormente na Vila Pacheco, chegaram por estradas ligadas à linha Anhangáí.

As estradas novas procuraram especialmente as pequenas lavouras que se ensaiavam nas florestas afastadas das estradas de ferro. As administrações municipais, sustentadas pelas companhias de estradas de ferro e pelas empresas de colonização, esforçavam-se em desenvolver uma política rodoviária, procurando incorporar a suas circunscrições, através das estradas, as zonas capazes de progredir. Rivalidades podiam nascer entre dois municípios, como também entre duas redes de estradas de ferro, cada um procurando garantir as melhores relações como os distritos distantes. Foi assim que as prefeituras de Araçatuba e de Rio Preto fizeram abrir estradas concorrentes em direção à margem direita do rio Tietê, a oeste e no sudoeste de Monte Aprazível. A distância sendo mais curta até Araçatuba, esta cidade acabou drenando para sua estação a produção de café de uma parte do município de Rio Preto. Em uma direção diferente, Araçatuba desenvolvia estradas no espigão entre o baixo Tietê e o curso inferior do rio Aguapeí, estradas essas que ultrapassavam esse rio e aprofundavam-se em uma vasta zona em que o povoamento limitava-se aos guardas de propriedades florestais (MONBEIG, 1984, p.199).

Figura 4 – O carro de bois em frente ao casarão de João Pacheco na Praça Central



Fonte: MORALES, Antonio Garcia. *Auriflama: raízes da história*. Araçatuba: Somos, 2008, p. 83.

Segundo Monbeig (1984, p.183), as vésperas do colapso da crise de 1929 algumas transformações apontaram como tendência, entre elas, o “desenvolvimento da pequena propriedade”, os colonos adquiriram liberdade econômica e junto a ela o direito de “posse de seus próprios cafezais”, alguns fazendeiros iniciaram o movimento de loteamento de parte de suas terras. De acordo com Moraes (2008, p. 17), a Fazenda Barreiro, fazenda que corresponde hoje aos municípios de Auriflama, Gurolândia e Santo Antônio do Araquanguá, pertencia a Companhia Antártica Paulista, essa empresa, na época, tinha investimentos em diversos ramos, e, nessa região, a empresa se efetivava como uma das maiores produtoras de café. A Companhia Antártica Paulista, em 1910, data que marca um dos seus processos de reestruturação, repartiu os diversos ramos de atuação entre seus acionistas, a empresa, tratou-se, assim – nas primeiras décadas do século XX – de investir na produção de gelo e cerveja. Essas terras ficaram de posse do acionista Joaquim Machado de Faro Rollenberg, que pouco a pouco as venderam para fazendeiros ou pequenos posseiros, que segundo Monbeig (1984, p.204) passaram a conviver socialmente com: grileiros, “caminhoneiros, comerciantes de beira

de estrada, loteadores de terras, os criadores e tropeiros, ao lado de tipos clássicos do fazendeiro e do colono”.

Para Monbeing (1984, p. 229), a crise de 1929 e as mudanças na cultura agrícola anunciavam ao fazendeiro paulista os limites da cultura cafeeira, de modo que, para recuperar o que foi perdido com a crise era preciso investir em novas culturas produtivas, assim como, em empreendimentos imobiliários. Era preocupação dos fazendeiros reduzir os custos do transporte e as distâncias ou, até mesmo, vender suas terras – as terras afastadas do terminal ferroviário só eram vendidas por meio de boatos da extensão dos trilhos. Os boatos de novos trilhos “estendiam as plantações na Zona de Monte Aprazível, General Salgado e Magda”, em 1935 os trilhos ligavam São José dos Dourados até a região de Fernandópolis, imediatamente houve um *boom* de vendas de loteamentos e um aumento exponencial de povoadamentos na região, Auriflama, por exemplo, foi povoada em 1937 atraindo interesses, por assim dizer, de portugueses residentes na região de Bauru, mineiros próximos ao Estado de São Paulo e paulistas da região de São Carlos.

Figura 5 – Celebração da primeira missa que oficializou a fundação da vila



Fonte: MORALES, Antonio Garcia. *Auriflama: raízes da história*. Araçatuba: Somos, 2008, p.85.

Fundada cerimoniosamente em 20 de novembro de 1937 com celebração de missa campal, a então conhecida Vila Pacheco, passaria chamar-se Vila Áurea, a escolha do nome do povoado pretendeu referenciar a filha de seu fundador. O status de Distrito só veio com o afluxo de pessoas para a região, que na ocasião, era bastante significativo, bem como, por meio de reivindicações junto ao governo do Estado. Segundo Morales (2008, p. 89) as reivindicações foram atendidas em 1944 com o nome de Auriflama, nas palavras do autor:

Segundo informações, os representantes de Vila Áurea responsáveis pela reivindicação da criação do Distrito, receberam dos dirigentes do órgão governamental que cuidava da divisão administrativa e territorial do Estado e da denominação das cidades, sugestões para que se desse um nome mais portentoso para a nova cidade que resplandecia com a exuberância das lavouras de café. Assim, para mudar sem descaracterizar o primeiro nome ÁUREA, seguiu “Auriflama”, do latim “*aurea flama*”, (chama dourada ou chama de ouro) (MORALES, 2008, p. 89 grifos do autor).

Para Rodrigues (2005, p. 10) a ferrovia⁴ abre uma nova fase de expansão do Oeste Paulista marcando a “consolidação das atividades econômicas e do próprio povoamento”, essa nova expansão redesenha o espaço urbano, criando uma nova dinâmica de redes urbanas, com laços mais fortes e articulados, nas palavras de Rodrigues:

Isso significa dizer que, a expansão da ferrovia em direção ao Oeste Pioneiro, adiantando-se ao café e estruturando uma rede urbana nascente, bem como disciplinando a ocupação do território, fez-se em estreita associação com o capital imobiliário, garantindo o povoamento e criando as condições necessárias para que o sertão paulista viesse a se tornar um centro produtor e distribuidor de gêneros alimentícios [...] (RODRIGUES, 2005, p. 12-13).

Após um longo processo de estruturação e desenvolvimento marcado pela atividade econômica principal – as lavouras de café – Auriflama deixa de ser distrito e se constitui cidade em 1955 mantendo a cultura cafeeira após a grande depressão econômica dos anos 1929. Posteriormente, influenciada pela macrorregional administrativa de Araçatuba, Auriflama acompanha o padrão produtivo regional, investindo na produção bovina, plantação e indústrias de beneficiamento do algodão, arroz, feijão, milho e laticínios. Por esse motivo daremos mais ênfase ao

⁴ O avanço da ocupação do Oeste Paulista por meio da malha ferroviária em 1920 se deu por três frentes: uma pela ferrovia Noroeste do Brasil que ia até Araçatuba; outra pela Alta Sorocabana até Santo Anastácio e outra pela Alta araraquense até São José do Rio Preto. A Paulista só alcança Marília no fim de 1920 e o Rio Paraná em 1960. A Araraquense chega a Votuporanga em meados dos anos 1940 e Fernandópolis somente em 1950 (PUPIM, 2008, p. 118).

desenvolvimento da região administrativa de Araçatuba, uma vez que, a reboque, Auriflama acompanha as mudanças culturais da região.

Dessa maneira, “a indústria de transformação ou indústrias correlatas ou de apoio às atividades agropecuárias (maquinas, implementos agrícolas, entre outras)” nasce por meio dos principais produtos cultivados na região, como: o “café, algodão e o amendoim” em cidades médias como: Araçatuba, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto. A questão nos parece pertinente, porque Auriflama, cidade que abriga a fábrica estudada, compõem a região de Araçatuba e desse modo, Auriflama se encontrava também na mira dessas transformações que contribuíram com o processo de transição do rural para o urbano na região (GOMES, 2007, p. 26).

Dessa forma, Gomes (2007, p. 26) apresenta quatro momentos para compreender o processo de industrialização do Oeste Paulista. 1) no primeiro momento, compreende-se os anos de 1920 à 1930 em termos relativos a produtividade agrícola, essa região produzia: “mandioca, arroz, milho, feijão e café”, as pequenas indústrias eram de origem familiar, estavam presentes na torrefação do café, processamento do arroz e farinha de mandioca. Havia, também, outras indústrias voltadas para as demandas locais e regionais, como: fábricas de alimentos, bebidas e sabão.

A crise econômica mundial de 1929 penalizou principalmente os países e regiões que tinham como principal expoente a produção de café, sinalizando uma mudança no padrão de acumulação. O Brasil, maior produtor e exportador de café do mundo teve suas finanças arruinadas. O Oeste Paulista, uma das principais regiões produtora de café do Brasil, se viu obrigada a reestruturar sua base produtiva.

Para Oliveira (2003), a revolução de 1930 constitui um marco histórico, estabelecendo uma nova dinâmica no plano político hegemônico da burguesia nacional. Tal burguesia e os setores políticos em disputa não conseguiram a criação de um projeto político hegemônico. A efetivação do Estado brasileiro se deu através de um acordo entre a velha e nova ordem. A particularidade brasileira deu origem a um projeto de Estado que se orienta de maneira impositiva e autoritária no cursar da dinâmica social. Embora a revolução de 1930 conservasse a superposição do Estado em relação à sociedade civil, o governo de Getúlio contribuiu para a transição efetiva do Brasil ao capitalismo. Com o desenvolvimento da sociedade civil urbana e industrial.

[...] A nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as

atividades agrária-exportadora e, de outro, a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno [...] (OLIVEIRA, 2003, p.35).

Trata-se de uma reorganização no padrão acumulativo, estimulando o mercado interno em detrimento do mercado exportador, de forma paulatina, “confiscando lucros parciais e aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado a agricultura e diminuindo o custo do empréstimo a indústria” (OLIVEIRA, 2003, p. 36). Forçando uma regulamentação dos fatores da economia, sobretudo nas esferas de maior conflito, capital e trabalho⁵.

Para Francisco de Oliveira (2003) as leis trabalhistas é parte de um conjunto de medidas de um novo padrão acumulativo que necessitava formar com a população urbana um exército de reserva capaz de sustentar o novo metabolismo social na dinâmica de reprodução de capital, proporcionando um:

[...] cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores, onde a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Desta forma, o Estado é quem assume todas as frentes de desenvolvimento econômico e social para criar as condições de modernização e a superação do desenvolvimento tardio do capitalismo, a intervenção do Estado:

[...] na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter “pacificador”, ao modo do Estado inglês que editava tanto o *poor Law* como o *cereal act*, isto é, no “trânsito”, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se *inclinava*

⁵ É importante lembrar, este é um tema complexo e bastante espinhoso a cerca do governo Vargas, muitas são as discordâncias em relação à regulamentação das leis entre capital e trabalho dentro da estrutura corporativista, se por um lado, grande parte dos cientistas políticos endossa esta regulamentação, como característica fundamental de seu populismo, entendendo que esta, era moeda de troca em apoio das massas e possíveis ganhos na produtividade do sistema, por outro, discuti-se exatamente esses ganhos de caráter redistributivo que para grande parte dos economistas, eram argumentos demasiadamente insustentáveis.

naturalmente, criando e recriando as condições do novo modelo de acumulação [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

A intervenção do Estado configurava assim, um embrião capaz de consolidar e criar condições para um novo modelo produtivo, substituindo antigos mercados por mercados inteiramente novos, fazendo da industrial o setor mais rentável da economia, com a “ampliação das funções do Estado”⁶ num período que perdura até os anos Kubitschek”, na abertura do capital externo *pari passu* com o desenvolvimento nacional (OLIVEIRA, 2003, p. 40). Ampliando a infraestrutura, fomentando a confiscação cambial da agricultura, rebaixando os custos fiscais na compra de equipamentos industriais, expandindo o crédito, a taxa de juros negativa, leis automática, isto é, controle administrativo do mercado que atua operado de forma continua na transferência de recursos as indústrias.

A agricultura, ganha uma nova função “suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa” (OLIVEIRA, 2003, p. 42). Mantendo-a ativa sem estimulá-la como setor principal da economia nacional, para que possa suprir as necessidades do mercado interno sem elevação nos custos da alimentação e da matéria prima, isto é, sem interferir, com prejuízos a acumulação industrial.

A reconfiguração entre capital-trabalho permitiu a ampliação e combinação do padrão primitivo com os setores urbanos, permitindo um crescimento industrial e dos setores de serviços, contribuindo para formação do exército industrial de reserva nas cidades, ampliando a acumulação de capital no setor industrial, ao passo que esta ampliação no padrão primitivo, fornecia o excedente agrícola, com preços fixados na reprodução da força de trabalho rural, culminando em uma questão essencial para o processo de industrialização, fixando baixos preços de alimentação e, devido à alta demanda, forçando a queda dos preços da força de trabalho e consequentemente o preço dos salários reais, configurando “a raiz da tendência à concentração da renda na economia brasileira” (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

[...] Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidade de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...] ela tem uma contribuição

⁶ Ampliar as funções do Estado implica na ampliação da máquina Estatal, portanto da burocracia e da tecnocracia [...] (OLIVEIRA, 2003, p. 42).

importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia (OLIVEIRA, 2003, p. 47).

As condições concretas objetivas de expansão do capitalismo no Brasil amargou uma fraca base acumulativa industrial, ocupando lugar abaixo da produção agrícola, que se caracteriza como acumulação primitiva, o crescimento urbano, a desruralização e o incentivo industrial marca a mudança na escolha do padrão produtivo nacional, que só foi possível devido às políticas trabalhistas acompanhadas das constantes interferências promovidas pelo Estado, no incentivo direto de desenvolver o capitalismo no Brasil, após um longo período de liquidação e estrangulamento da economia pré anos 1930. Assim sendo, a “relação de expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Neste sentido, o 2) momento de industrialização compreende os anos de meados de 1930 à 1950 onde, segundo Gomes (2007, p. 27), o principal produto agrícola do Oeste Paulista era o algodão. O avanço da industrialização pressionava a agricultura pela demanda de insumos, no contexto de substituição de importação proporcionado pela guerra. O investimento em máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas consolidava o “primeiro aparelhamento industrial dessas cidades”, o algodão estava em alta devido o crescimento da indústria têxtil nacional e internacional impulsionados pela Segunda Guerra Mundial.

Nesse quadro, nos anos 1930 e 1940, o crescimento do cultivo do algodão na região Oeste motivou a instalação de máquinas de beneficiamento (descaroçadoras, transformadoras de algodão em pluma e produtoras de óleo) tanto de capital interno quanto de capital externo nessas cidades médias. Entre essas empresas industriais podemos destacar: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (produzia óleo, torta e farelos de algodão, passando mais tarde a esmagar o amendoim), Anderson Clayton, de capital norte-americano (fabricava óleo de algodão), SANBRA S/A (produzia óleo do caroço de algodão) (GOMES, 2007, p.27).

Como relata Gomes (2007) em suas análises, durante essas duas décadas (1930-1950) as regiões Oeste e Noroeste do Estado de São Paulo tiveram um crescimento explosivo do plantio e na instalação de indústrias ligadas ao ramo algodoeiro. Ainda que o algodão fosse o principal produto da época, o movimento de diversificação de culturas produtivas ganha força no Estado em resposta ao processo de urbanização acelerado.

Além dessas empresas que foram instaladas em todas as cidades médias, outras empresas industriais beneficiadoras de algodão em pluma e de produção de óleo instalaram-se apenas em algumas dessas

idades, na década de 1930 e subseqüentes, a saber: a Continental Ginco (1935), a Empresa Junqueira Neto e Cia; a Mac Fadden (1939) e a Brazcott – Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda²⁴ (em Marília, Presidente Prudente e Birigui); a Zillo (1938), em Marília. Em São José do Rio Preto, observou-se a instalação do Cotonifício Rio Preto, de capital nacional, mas diferente das outras cidades, a forte presença do café ainda nos anos 30 motivou a instalação da empresa de capital externo Swift (grande beneficiadora de café); Brasmen, Óleos Menu e Saab S. A (em Araçatuba); a Esteves & Cia (em Presidente Prudente nos anos 1930 e nos anos 1940 em Birigui); a Cariobas (1944), a Biol-Birigui Óleo Ltda, empresa de capital local formada por três sócios (1959), instalou-se em Birigui. Num período mais recente, em 1970, instala-se a Cooperativa Agrícola Sul do Brasil, descaroadora e debulhadeira de amendoim, também em Birigui (GOMES, 2007, p. 28).

Segundo Gomes (2007, p. 30), o dinamismo provocado pelo *boom* industrial permitiu o surgimento de novas indústrias na região, tanto empresas de origem familiar, como de origem local voltado para agricultura e comércio, qual seja: fábricas de calçados, ladrilhos, móveis, bebidas, alimentos, colchões, laticínios etc. Significando que o povoamento do Oeste e o Noroeste paulista não representaram apenas ganhos de áreas agrícolas, mas, sobretudo um projeto de interiorização da indústria. Ainda que limitada pela baixa complexidade e a restrição de se estabelecer em cidades consideradas como capitais regionais.

Após 1950 a fase expansiva do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek e o desenvolvimento da indústria pesada que atendesse os interesses da elite interna e do capital internacional, no sentido da formação de um mercado nacional unificado, perde força. Uma terceira onda de desenvolvimento industrial teve fôlego durante o período de ditadura civil-militar, o Milagre Econômico marca uma nova dinâmica econômica para indústria⁷ brasileira, bem como suas respectivas crises.

Para Pupim (2007, p. 124), o desenvolvimento da indústria e o crescimento da urbanização no interior do Estado de São Paulo alterava a relação entre população urbana em detrimento a população rural, bem como a taxa de ocupação entre regiões do Estado, o “relativo esgotamento da frente de expansão do Oeste deu início ao processo de êxodo rural que, no período posterior, se mostraria intensificado e generalizado por

⁷ Os investimentos para indústria pesada no Brasil foi implantado principalmente no Estado de São Paulo, porque havia um grau expressivo de desenvolvimento industrial. Nesse mesmo processo o Estado paulista se beneficiou de investimentos estruturais que passavam pela produção energética, comunicação e transporte, atraindo os olhares estrangeiros para investimento na metrópole. Tornando o estado de São Paulo o *locus* na produção industrial do país.

todo território paulista”, esse processo suscita um desenvolvimento desequilibrado no território do Estado de São Paulo.

Segundo Pupim (2007, p. 126) o desenvolvimento da indústria e da agricultura engendrou um crescimento urbano localizado, estimulado pelo crescimento do setor terciário que movimentava tanto as “demandas específicas” do setor, quanto às demandas motivadas pelo crescimento urbano populacional (sobretudo, comércio e serviços) em uma estrutura de redes urbanas. Assim, “caía o peso do setor primário na composição setorial do emprego no interior e a década de 1960 foi a última em que a Grande São Paulo ainda gerou empregos neste setor”, enquanto na região Oeste ainda havia processos de ocupação de glebas.

Em meados dos anos 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, segundo Gomes (2007, p. 32), o preço do algodão abaixou e a cultura produtiva entrou em colapso, a economia do Oeste Paulista vislumbrou profundas mudanças estruturais nos anos 1960, passa a se centrar, sobretudo, em torno de um desenvolvimento industrial subordinado e bastante restrito articulando a indústria com a agricultura, a exemplo: a indústria alimentícia e pecuária, enquanto a indústria pesada ficou na região próxima a capital paulista, como: São José dos Campos, Campinas, etc.. Tais mudanças lançam as bases para uma nova transição produtiva.

Neste sentido, o 3) momento produtivo, compreende os anos de 1960, 1970 e meados de 1980, caracterizado por uma nova onda de industrialização que redesenha a agricultura regional, este processo de modernização da agricultura caminhou junto com a modernização do sistema rodoviário dando mais dinamismo e crescimento econômico na medida em que avança o “milagre econômico”. As cidades supracitadas passam a ter características produtivas particulares como: cítricos, bovinos e aves, soja, têxtil, calçados etc.. Gomes (2007, p. 34), cita o exemplo de Marília:

Dessa forma, as mudanças na agricultura local e a presença da soja em outros Estados levaram empresas industriais à falência ou a sua reestruturação. Marília começa a perder indústrias de óleo comestíveis e paralelamente a tais mudanças começam destacar indústrias que não estavam atreladas às atividades agropecuárias, como o ramo de alimentos, na fabricação de bolachas e balas, confeitos, entre elas, a Xereta (1960), Bel (1977), Marictus (1974), Dori (1968), que produziam confeitos e doces, e também de metalurgia, como as indústrias Sasazaki e Ikeda. Assim, a partir dos anos 1970, a cidade já vislumbra a especialização desses dois ramos, reforçando a indústria de capital local.

Para Gomes (2007, p. 34) “a expansão da pecuária promoveu transformações profundas no campo”, reduzindo lavouras e transformando a paisagem com o

crescimento de áreas de pastagens. Essas mudanças estruturais expulsaram a “população rural para as cidades médias”, isso ocorre porque a implantação de novas máquinas reduziu a necessidade da força de trabalho na pecuária extensiva de corte. Com essa transformação na estrutura produtiva, indústrias que dependem de agroindústrias voltadas para laticínios ou pecuárias se instalaram na região, como a Nestlé e a Alves Azevedo (empresa de pasteurização de leite) em Araçatuba.

Vale ressaltar que, nessa época, no Brasil, a partir dos anos 1960 com o fortalecimento da indústria pesada, surgem novos setores na indústria de transformação com rebatimento no processo produtivo agrário, em termos de incorporação de novas técnicas no campo, de novos cultivos, de incremento da produtividade. Dessa forma, na agropecuária, houve aumento da quimificação e tecnificação da produção e da transformação das relações de trabalho, com o trabalho assalariado (GOMES, 2007, p.37).

Na região de São José do Rio Preto, Gomes (2007) afirma que, o crescimento no cultivo de laranja e limão e outras frutas para exportação abriram margens para instalação de indústrias de processamento de sucos concentrados. Essa região também registrou crescimento no cultivo da cana-de-açúcar e das seringueiras para indústrias de borracha.

O crescimento do plantio de cana-de-açúcar em 1970 despertou interesse na criação de uma nova matriz energética, a implantação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975 pelo governo militar de Geisel com o II PND (1975-1979), foi uma alternativa ao que ficou conhecido como primeiro choque internacional do petróleo 1973. O programa nacional em aliança com o governo estadual funcionou no Estado de São Paulo por meio do Pró-Oeste (1980) e o Plano Regional da Produção do Álcool (1979), incentivando a produção de etanol que compunha a mistura com a gasolina. Assim, neste período, com o aumento da demanda de etanol era dado início a 4) quarta transformação na estrutura produtiva (GOMES, 2007).

O Oeste Paulista, em particular a região de Araçatuba, vislumbra a expansão do plantio de cana-de-açúcar para atender a demanda no mercado sucroalcooleiro, por exemplo, nesta região, entre 1970 e 1980 “foram instaladas várias usinas de álcool, entre elas: a Aralco S. A (1979); Alcoazul S. A (1980); Destivale S. A (1980); Cruzálcool (1981)” (GOMES, 2007, p. 36-37). Em 1979 se inicia uma nova fase do Proálcool. Esse ano data o segundo choque do petróleo. O governo federal em aliança com as indústrias automobilísticas investem na construção de veículos movidos a álcool

hidratado. Inaugurando uma nova fase produtiva na região, o processo de monocultura da cana-de-açúcar.

A introdução de tecnologia no setor sucroalcooleiro criou novas demandas produtivas para o setor. O aumento do plantio de cana-de-açúcar tornou-se a principal atividade econômica da Região Administrativa de Araçatuba⁸, movimentando toda uma cadeia produtiva que, além do plantio de cana-de-açúcar em grandes propriedades rurais, o crescimento urbano, o aumento nos setores de serviços, comércios e indústrias, foram impulsionados pela agricultura moderna e toda infraestrutura apoiadas pelo Estado durante a implantação do ProÁlcool.

Conforme a tabela 1 aponta, o crescimento da indústria no interior do Estado de São Paulo no período de 1960 a 1985 é significativo. A participação industrial passou 25,31% em 1970 para 30,59% em 1975. Registrando 37,6% em 1980 e 43,4% em 1985, registrando maior participação industrial durante a implantação do ProÁlcool.

⁸ Auriflama nos dias atuais tem áreas expressivas de cana de açúcar, banana, laranja e seringueira.

**Tabela 1 - Estado de São Paulo e regiões:
Distribuição Espacial do valor de transformação da indústria de transformação
(VTI)
1960-1985**

REGIÕES	VTI (%)				
	1960	1970	1975	1980	1985
Estado de São Paulo	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Região Metropolitana de São Paulo	73,79	74,7	69,41	62,94	56,6
São Paulo (capital)	54,81	48,15	44,00	34,84	29,8
Outros municípios	18,98	26,54	25,41	28,10	26,8
Interior	26,21	25,31	30,59	37,06	43,4
Litoral	4,03	2,80	2,52	3,74	4,5
Vale do Paraíba	2,00	3,26	4,24	5,50	7,9
Sorocaba	3,31	2,19	2,41	4,08	4,3
Campinas	8,91	10,55	15,09	15,82	16,9
Ribeirão Preto	3,18	2,98	3,07	4,39	5,5
Bauru	1,41	0,93	0,97	1,30	1,4
Região Oeste	3,7	2,5	2,3	2,3	2,9
São José do Rio Preto	0,64	0,54	0,64	0,70	-
Araçatuba	0,84	0,51	0,35	0,37	-
Presidente Prudente	1,17	0,71	0,58	0,46	-
Marília	0,99	0,84	0,72	0,70	-

Fonte: FIBGE - Censos Industriais - 1960, 1970, 1975 e 1980 e SEADE (1988)

Outro processo importante neste período é o crescimento da população urbana em relação à população rural. A tabela 2 e 3 indica a evolução da população urbana e rural da região administrativa de Araçatuba, destacamos os dados de Auriflama. A população total de Auriflama em 1970 era de 13.266 desse total 5.726 mora na cidade e 7.540 no campo, a taxa de urbanização era de 43,16%. Em 1980 a população total era de 12.029 desse total 7.817 mora na cidade e 4.212 no campo a taxa de urbanização era de 64,98%. Em 1991 a população total era 12.761 desse total 10.180 mora na cidade e 2.581 no campo a taxa de urbanização era de 79,77%, conferir tabela 1 e 2.

**Tabela 2- Evolução da população urbana, rural e total segundo municípios –
Região de Governo de Araçatuba 1970/1991**

Municípios da RG	População Total			População Urbana			População Rural			Grau de Urbanização		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Alto Alegre	7.473	6.088	4.790	1.825	2.202	2.617	5.648	3.886	2.173	24,42	36,17	54,63
Araçatuba(*)	108.51	129.30	159.49	86.884	116.43	150.85	21.628	12.873	8.646	80,07	90,04	94,58
Auriflama	13.266	12.029	12.761	5.726	7.817	10.180	7.540	4.212	2.581	43,16	64,98	79,77
Avanhandava	5.974	6.407	7.964	3.720	4.769	6.867	2.254	1.638	1.097	62,27	74,73	86,23
Barbosa	4.871	5.584	5.381	2.463	3.440	3.906	2.408	2.144	1.475	50,56	61,60	72,59
Bento de Abreu	2.529	2.041	2.393	1.040	952	1.872	1.489	1.089	521	41,12	46,64	78,23
Bilao	5.983	5.333	5.457	2.527	3.601	4.414	3.456	1.732	1.043	42,24	67,52	80,89
Birigui	34.976	50.889	75.107	27.118	45.338	70.547	7.858	5.551	4.560	77,53	89,09	93,93
Braúna	5.038	4.552	4.265	2.011	2.301	2.829	3.027	2.251	1.436	39,92	50,55	66,33
Buritama	10.019	11.582	12.720	5.634	9.410	11.309	4.385	2.172	1.411	56,23	81,25	88,91
Clementina	5.247	4.294	4.884	1.520	1.898	4.094	3.727	2.396	790	28,97	44,20	83,82
Coroados	6.592	5.643	6.002	1.935	2.896	3.866	4.657	2.747	2.136	29,35	51,32	64,41
Gabriel Monteiro	3.344	3.003	2.469	649	941	1.269	2.695	2.062	1.200	19,41	31,34	51,40
Gastão Vidigal	4.423	3.756	3.833	1.480	2.059	2.786	2.943	1.697	1.047	33,46	54,82	72,68
Gal. Salgado(*)	16.591	11.497	12.908	3.476	4.553	9.069	13.115	6.944	3.839	20,95	39,60	70,26
Glicério	5.153	4.920	4.228	1.924	2.123	2.525	3.229	2.797	1.703	37,34	43,15	59,72
Guararapes	23.324	22.515	26.692	14.236	17.464	22.749	9.088	5.051	3.943	61,04	77,57	85,23
Guzolândia	7.605	4.311	5.051	1.295	2.367	3.378	6.310	1.944	1.673	17,03	54,91	66,88
Luiziânia	4.462	3.847	4.157	1.199	2.509	3.350	3.263	1.338	807	26,87	65,22	80,59
Nova Lusitânia	2.695	1.969	2.648	574	864	1.904	2.121	1.105	744	21,30	43,88	71,90
Penápolis	34.263	40.322	48.090	24.507	32.127	42.447	9.756	8.195	5.643	71,53	79,68	88,27
Piacatu	5.352	4.729	4.540	1.930	1.846	3.320	3.422	2.883	1.220	36,06	39,04	73,13
Rubiácea	3.376	2.203	2.638	811	834	1.218	2.565	1.369	1.420	24,02	37,86	46,17
Santópolis do Aguapeí	3.596	3.468	3.847	1.881	1.852	3.478	1.715	1.616	369	52,31	53,40	90,41
Turiúba(*)	4.993	3.999	3.747	1.204	1.858	2.434	3.789	2.141	1.313	24,11	46,46	64,96
Valparaíso	14.608	13.298	16.551	9.483	10.011	14.074	5.125	3.287	2.477	64,92	75,28	85,03
Total	344.26	367.58	442.62	207.05	282.46	387.35	137.21	85.120	55.267	60,14	76,84	87,51

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991), (BAENINGER, 1994, p. 55).

Tabela 3- Taxa de crescimento populacional (%a.a.) e distribuição relativa da população (%) – Região de Governo de Araçatuba 1970/1991

Municípios da RG	Taxas de Crescimento (% a.a.)						Distribuição Relativa na		
	1970/80			1980/91			População Total		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	1970	1980	1991
Alto Alegre	-2,03	1,90	-3,67	-2,16	1,58	-5,15	2,17	1,66	1,08
Araçatuba(*)	1,77	2,97	-5,06	1,93	2,38	-3,55	31,52	35,18	36,04
Auriflama	-0,97	3,16	-5,66	0,54	2,43	-4,35	3,85	3,27	2,88
Avanhandava	0,70	2,51	-3,14	2,00	3,37	-3,58	1,74	1,74	1,80
Barbosa	1,38	3,40	-1,15	-0,34	1,16	-3,34	1,41	1,52	1,22
Bento de Abreu	-2,12	-0,88	-3,08	1,46	6,34	-6,48	0,73	0,56	0,54
Bilac	-1,14	3,61	-6,68	0,21	1,87	-4,51	1,74	1,45	1,23
Birigui	3,82	5,27	-3,42	3,60	4,10	-1,77	10,16	13,84	16,97
Braúna	-1,01	1,36	-2,92	-0,59	1,90	-4,00	1,46	1,24	0,96
Buritama	1,46	5,26	-6,78	0,86	1,69	-3,85	2,91	3,15	2,87
Clementina	-1,98	2,25	-4,32	1,18	7,24	-9,59	1,52	1,17	1,10
Coroados	-1,54	4,11	-5,14	0,56	2,66	-2,26	1,91	1,54	1,36
Gabriel Monteiro	-1,07	3,78	-2,64	-1,76	2,76	-4,80	0,97	0,82	0,56
Gastão Vidigal	-1,62	3,36	-5,36	0,18	2,79	-4,30	1,28	1,02	0,87
Gal. Salgado(*)	-3,60	2,74	-6,16	1,06	6,46	-5,25	4,82	3,13	2,92
Glicério	-0,46	0,99	-1,43	-1,37	1,59	-4,41	1,50	1,34	0,96
Guararapes	-0,35	2,06	-5,70	1,56	2,43	-2,23	6,78	6,13	6,03
Guzolândia	-5,52	6,22	-11,11	1,45	3,29	-1,36	2,21	1,17	1,14
Luiziânia	-1,47	7,66	-8,53	0,71	2,66	-4,49	1,30	1,05	0,94
Nova Lusitânia	-3,09	4,17	-6,31	2,73	7,45	-3,53	0,78	0,54	0,60
Penápolis	1,64	2,74	-1,73	1,61	2,56	-3,34	9,95	10,97	10,86
Piacatu	-1,23	-0,44	-1,70	-0,37	5,48	-7,52	1,55	1,29	1,03
Rubiácea	-4,18	0,28	-6,09	1,65	3,50	0,33	0,98	0,60	0,60
Santópolis do Aguapeí	-0,36	-0,16	-0,59	0,95	5,90	-12,56	1,04	0,94	0,87
Turiúba(*)	-2,20	4,43	-5,55	-0,59	2,49	-4,35	1,45	1,09	0,85
Valparaíso	-0,94	0,54	-4,34	2,01	3,15	-2,54	4,24	3,62	3,74
Total	0,66	3,15	-4,66	1,70	2,91	-3,85	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991), (BAENINGER, 1994, p. 56).

Com a modernização do campo por meio dos avanços técnicos e tecnológicos a partir dos anos 1970, a agricultura tradicional perdeu espaço para a indústria voltada para campo, o agronegócio. Essa nova estrutura produtiva na agricultura regional, pressiona o rebaixamento de indústrias ligadas a atividades agrárias, que segundo Gomes (2007, p. 39), iniciou um processo de “diminuição na produção industrial do Oeste em relação ao Estado a partir dos anos 60 em função do fechamento de muitas empresas de beneficiamento de algodão e amendoim”, a participação na indústria só voltou a ter destaque em meados dos anos 1980.

Observa-se que há alteração na estrutura produtiva industrial do Oeste Paulista repercutindo na sua participação. Desse modo, para o conjunto das regiões compreendidas pelo Oeste Paulista, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e São José do Rio Preto, segundo dados dos Censos Industriais do IBGE, houve uma queda de participação do VTI. Em 1960 era de 3,7 % passando para 2,5% para em 1970 e chega a 2,3% em 1980. Já em 1985, houve um crescimento da participação do valor de transformação industrial passando para 2,9% (GOMES, 2007, p.39).

Esse crescimento na indústria de transformação, segundo Gomes (2007, p. 39) ficou centrado nas regiões de São José do Rio Preto e Araçatuba. Assim como nos processos anteriores, o desenvolvimento da indústria e da agricultura atende, além das próprias demandas do setor, outras demandas na cadeia produtiva, comércio serviços e novas indústrias.

Neste sentido, para Gomes (2007, p. 40), os fatores determinantes que possibilitaram a industrialização no Oeste Paulista, centram-se sobre dois eixos: “1) a instalação das primeiras indústrias de beneficiamento de algodão”; e as 2) “empresas de origem familiar e capital local”, desta maneira, a partir dos anos 1970 e 1980 a região vislumbra uma reconfiguração no cenário produtivo, a indústria deixou de ser ligada especificamente a atividades agropecuária e passa a ganhar novos contornos com outros ramos industriais, na região de Araçatuba, o destaque é para os ramos da indústria têxteis, calçados, alimentos e mobiliários.

Para Bini (2008, p.116) os anos 1990 proporcionaram novos rearranjos institucionais e organizacionais que refletem na forma de produzir no campo, esses novos rearranjos fazem parte de novos desafios de uma concorrência globalizada, foi preciso modernizar e produzir novos “parques agroindustriais, construindo plantas padronizadas com as novas tecnologias da informação” ainda segundo o autor “aprofundam-se os investimentos em inovações físico-químicas, mecânicas e

biotecnológicas”, esse processo também ajuda a compreender o êxodo rural e o aumento da urbanização nas cidades pequenas e médias do Oeste e Noroeste Paulista.

Para Gomes (2007, p. 45), a indústria no Oeste Paulista não possui formação em grandes grupos industriais, principalmente em cidades pequenas e médias. Para autora, essas “empresas de origem local e familiar” são em grande parte pequenas e médias empresas, com um dinamismo industrial centrado em bens de consumo não duráveis como setores alimentícios, calçadista e têxtil. A empresa estudada, assim como outras empresas da região, teve origem e financiamento local e familiar, isso evidencia a contribuição do capital local e familiar na formação de empresas que não possui ligação agropecuária, quer dizer, com a crise da agricultura após os anos 1970 foram às empresas locais que investiram no desenvolvimento da indústria no Oeste Paulista, por meio de centralização de capital adquirindo empresas menores, rearranjos produtivos e novas formas de organização do trabalho por meio da modernização tecnológica, para permanecer e/ou ampliar mercado.

Outro fator que possibilitou o crescimento industrial no interior do Estado de São Paulo foi à política de descentralização industrial articulada pelo governo Federal, o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

[...] essas políticas de descentralização industrial foram elaboradas a partir de diretrizes do governo federal. Para o autor, “[...] em virtude da concentração de recursos e fontes de financiamento na área federal, desenvolveu um aparato de planejamento visando colocar-se como entidade privilegiada para coordenação das ações do governo Federal em São Paulo, como por exemplo, de programas “macroeixo” e “cidades médias”, que apenas seguiram a orientação do II PND”. (NEGRI, 1988 apud GOMES, 2007, p. 54).

Apesar dos incentivos para descentralização industrial, Beni (2008, p. 111) aponta para “uma interiorização do desenvolvimento mais próxima da Grande São Paulo. Foram as regiões de Campinas, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba e Ribeirão Preto”, que receberam maior investimento que possibilitaram a diversificação industrial, enquanto a região de Araçatuba, concentrou-se, sobretudo, nos produtos de bens de consumo não duráveis, no sistema cana-boi.

A reestruturação do campo nos anos 1990 beneficiaram tanto a pecuária bovina quanto a expansão canavieira, sobretudo pela popularização do carro flex-fuel, nos anos 2000 registra-se um novo *boom* na produção de etanol e com ele um aumento na população dos municípios que se localizam nas proximidades das usinas, esse aumento

populacional ou em muitos casos a manutenção da população em determinadas regiões se deve a necessidade de força de trabalho para colheita da cana-de-açúcar.

O que importa assinalar, aqui, é que as macrorregiões como a de Araçatuba influenciaram diretamente no desenvolvimento das cidades menores, neste sentido, Aurifluma segue a esteira de Araçatuba na plantação de algodão, pecuária e cana-de-açúcar, seringueira etc, acompanhando os movimentos estruturais de transformações econômicas como o Proálcool em 1970 e os processos de urbanização, com o êxodo rural, balizados pelas transformações, financeiras, tecnologias e do mundo do trabalho.

Os contornos industriais nas pequenas cidades da região era característica comum após a crise do café, sobretudo com indústrias de beneficiamentos. A supressão das roças e o projeto de descentralização industrial do Estado de São Paulo contribuíram para dinamização produtiva, por meio de arranjos produtivos locais, como é o caso de Aurifluma, desenvolvendo indústrias ou ampliando as existentes de capital misto ou de características familiares. Cabe registrar, que aqui se inaugura uma nova fase de desenvolvimento da região, os apontamentos dessa nova fase condizem com a autonomia em relação ao campo, afunilando características particulares para cada região em relação às questões produtivas.

O arranjo produtivo local de investimento totalmente familiar criou um novo universo produtivo no município, a primeira fábrica de confecções têxtil criada em 1983 no ramo de confecções de roupas íntimas, deu início a instalação de um pólo industrial que se consolidou nos anos subsequentes, com a criação de novas empresas de porte expressivo, em 1985 e 1995, além das pequenas empresas que se somavam no início dos anos 2000, cerca de 30 empresas empregando ao todo aproximadamente 15 mil trabalhadores diretos e indiretos no município de Aurifluma e sua microrregião⁹, trataremos sobre a problemática da indústria de confecções a seguir.

1.2 Uma breve construção histórica da indústria de confecções

A produção do vestuário caracterizou-se, talvez, como o ramo produtivo mais tardio a se converter ao complexo fabril. A indústria de confecções enquanto

⁹Conferir a matéria de NOGUEIRA, Alessandra. Dona de confecções de Aurifluma tem bens bloqueados na justiça. Folha da Região 12/04/2002. Disponível em: <<http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo//2002/04/12/econ01.php>> Acessado em: 20/11/2019.

seguimento produtivo do vestuário representa, em maior ou menor medida, o quadro transitório industrial menos consolidado dessa processualidade, estabelecendo relações com a origem do trabalho cujas atividades se mantêm, enquanto traços estruturais, realizadas a domicílio, “coexistindo com a produção fabril propriamente dita” (ABREU, 1986, p. 89).

O movimento de expansão dos ramos produtivos passou por constantes mutações alterando profundamente o meio de trabalho, no setor de confecções a criação da máquina de costura industrial¹⁰, em 1846, não eliminou o trabalho a domicílio, que, no limite, preservou sua estrutura de produção. Por um lado, o baixo custo do maquinário possibilitou que uma parcela das trabalhadoras o comprassem e, conseqüentemente, permanecessem trabalhando em seus domicílios – uma vez que a máquina de costura é de fácil instalação e não necessita de um local tecnicamente apropriado para o exercício da atividade laboral –, “conciliado suas atividades produtivas com os afazeres domésticos, sem se transferirem para as fábricas” (AMORIM, 2003, p. 51).

E, por outro, a lenta transição de alguns setores do vestuário para o ramo industrial, prolongava a existencia do trabalho a domicílio. A demanda gerada pela concentração de máquinas de costura em instalações capitalistas (manufaturas) repartia “o produto das máquinas entre o exército de trabalhadores domiciliares para sua elaboração ulterior”¹¹ (MARX, 2013, p. 544).

[...] Embora a máquina de costura tenha sido a invenção que afetou de maneira mais importante o trabalho da mulher no século XIX em Londres, como afirma Alexander (1976), ela não teve como consequência imediata a transferência das indústrias do vestuário para fábricas, mas, ao contrário, revolucionou a produtividade do trabalho a domicílio, favorecendo assim seu incremento nos anos posteriores (ABREU, 1986, p. 90).

O investimento capitalista em máquinas de costura produz dois movimentos em direção a formação industrial, o primeiro, é uma clara tendência a unificação de atividades produtivas que antes realizavam-se conseqüentemente separadas, passando a operar em um mesmo complexo produtivo com uma base técnica de produção (MARX,

¹⁰ A máquina de costura inventada por Elias Howe, em 1846, movida à manivela foi aperfeiçoada por Isaac Singer, em 1851, de características modernas a máquina de costura movida a pedal aperfeiçoou a produção ganhando rápida popularização entre industriais e consumidores individuais.

¹¹ Muitos dos desenvolvimentos pioneiros na produção de roupas prontas estavam baseados no emprego de trabalhadores a domicílio, operando máquinas a pedal e fabricando artigos cortados em oficinas centrais pelos comerciantes atacadistas, sob o sistema de subcontratação ou *sweating system* (ABREU, 1986, p. 90).

2013, p. 544). O segundo, é o aumento produtivo e a saturação do mercado, levando, paulatinamente, a extinção de profissões e categorias de trabalho, como: artesões e trabalhadores a domicílio. Esse conjunto de pragmáticas possibilitou o florescimento de características de um sistema fabril.

A passagem da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar para o sistema fabril, ocorre mediante o aprimoramento constante da maquinaria. O desenvolvimento das máquinas movidas a vapor (máquina de costura e ferro de passar, etc.) e sua utilização nas manufaturas cadenciou o ritmo de trabalho, de modo que as trabalhadoras acompanhavam o ritmo acelerado do maquinário. A coadunação do sistema fabril veio, mais tarde, por meio da regulamentação da jornada de trabalho, estabelecendo regras para a “duração”, “pausas”, “início” e “término” da jornada de trabalho, além de excluir o trabalho infantil a partir de certa idade e fixando um preço mínimo por peças para fábricas, oficinas e no trabalho à domicílio (MARX, 2013, p. 545). A limitação da jornada de trabalho e a exclusão do trabalho infantil uniformizou os processos laborais dispersos, como o trabalho a domicílio; dissolvendo o sistema familiar no sistema capitalista de produção, cujo processo de trabalho é mais técnico e realizado em larga escala.

A regulamentação do trabalho a domicílio e de pequenas oficinas tornou o ofício desvantajoso devido os custos da produção, a qualidade do produto e a concorrência com a indústria que cria, intensivamente, novos elementos técnicos para incorporar ao sistema produtivo, como, por exemplo, o aperfeiçoamento da máquina de *overlock*, em 1880, a utilização da energia elétrica como forma motriz, em 1891, a máquina de pregar botões *blindstich*, e outras invenções do início do século XX, reduziu significativamente os custos da produção e do produto. Sem conseguir manter a competição com a indústria, o trabalho a domicílio e as oficinas onde a subcontratação é utilizada de forma intensiva e cuja mão-de-obra é predominantemente feminina, sofreu quedas significativas (ABREU, 1986).

A produção do vestuário em escala industrial se desenvolveu nos anos 1880 com atividades concentradas no segmento masculino. O desenvolvimento do vestuário feminino em escala industrial ocorreu somente após a Primeira Guerra Mundial. Na Inglaterra, o vestuário feminino desempenhou atividades fabris, de forma mais intensa, somente na década de 1920. “Ainda que houvesse relatos de comercialização de roupas

prontas no final do século XIX e início do século XX envolvendo também roupas femininas, a produção não se caracterizou como fabril” (ABREU, 1986, p. 92).

A superação da vantagem do trabalho a domicílio fortaleceu ainda mais a produção fabril. Além da introdução de novas máquinas desenvolvidas para indústria do vestuário, o aperfeiçoamento de alguns processos de trabalho aumentou a velocidade da produção durante a guerra, dando mais eficiência ao processo de trabalho (ABREU, 1986, p. 93). A produção industrial de roupas femininas ganhou solidez no período entreguerras, melhorando a qualidade dos produtos e ocupando o espaço deixado pelo trabalho domiciliar, que encontrava-se em declínio.

Wray (1957) argumenta, no entanto, que provavelmente o fator mais importante para o desenvolvimento da produção industrial de roupas femininas após a guerra de 1914-1918 foi a simplificação da moda feminina durante e depois da guerra, que tornou a produção fabril um problema técnico muito mais simples e permitiu que se aplicasse na produção do vestuário feminino a experiência obtida nos anos de guerra na produção em larga escala de uniformes (ABREU, 1986, p. 93-94).

A concentração do vestuário feminino, sobretudo em Londres, revelava a fragilidade desse ramo produtivo. Em 1939 a produção fabril do vestuário feminino era constituída por pequenas fábricas cuja debilidade estrutural e do trabalho fazia com que as trabalhadoras vendessem sua força de trabalho no sistema de subcontratação, “o método de produção de uma peça inteira para cada costureira” (ABREU, 1986, p. 94), exigia força de trabalho qualificada, preservando os métodos da tradição artesanal. A instabilidade financeira e a influência da moda e o sistema de distribuição dos produtos, via comércio varejista, aplicou uma sazonalidade à produção, contribuindo na retroalimentação da instabilidade financeira e dos empregos (ABREU, 1986, p. 94).

Com o fim da I e II Guerra Mundial o controle governamental foi suspenso e o ciclo produtivo sazonal do período desapareceu, as condições da produção e do mercado do vestuário feminino passaram a ser, cada vez mais, influenciados pela moda. A dinâmica produtiva e as ferramentas técnicas do processo produtivo da indústria de confecções femininas sofreram poucas alterações, quando comparadas com outros segmentos da indústria ou mesmo do vestuário (ABREU, 1986, p. 96).

[...] apesar de ter havido mudanças importantes do ponto de vista técnico, principalmente com a difusão de novos métodos de engenharia de produção, modificando a organização de trabalho dentro das fábricas no sentido de haver uma parcelização cada vez maior dos processos de costura e um uso crescente de maquinaria para substituir tarefas manuais, bem como com a adoção de métodos

modernos de comercialização, a indústria de confecções feminina sem dúvida pode ser considerada tecnicamente menos avançada que outras indústrias leves (como eletrônica e mesmo outros ramos da indústria de confecção, como a indústria de roupas para homens) (ABREU, 1986, p. 95-96).

Nos anos 1950, na Inglaterra, a estrutura industrial do vestuário feminino expandia-se por meio de pequenas empresas nos grandes centros urbanos. A incorporação de novos métodos de organização da produção e a facilidade em encontrar mão-de-obra qualificada tornou o trabalho mais produtivo, mesmo prevalecendo à divisão que se tornou característica na indústria do vestuário dos E.U.A, ou seja, as grandes empresas tecnicamente mais avançadas realizam todo processo da produção dos artigos, restando a grande parcela das pequenas empresas, a incorporação técnica de menor valia, produzirem apenas “artigos cortados e comercializados pelas firmas principais”, em regime de trabalho instável (ABREU, 1986, p. 97).

O regime de subcontratação bastante característico no segmento da indústria de confecções é resultado, segundo Abreu (1986, p. 97), de um deslocamento de eixo estratégico que vem ocorrendo principalmente na indústria de confecções dos E.U.A, essa estratégia valoriza em larga medida a “criatividade” e a “comercialização dos produtos”, frente aos investimentos em “novas plantas” e “equipamentos”. O investimento em *design* e em estratégias de vendas (*marketing*) da produção provocou um processo de standardização das roupas femininas, os novos estilos de produtos e a produção de roupas em massa, eliminou a necessidade de uma força de trabalho qualificada e fragmentou os processos laborativos.

A indústria de confecções ampliou o processo de descentralização e parcialização produtiva, deslocando os setores de produção para regiões onde fosse possível reduzir os custos da produção (salários) e a capacidade organizativa dos trabalhadores e trabalhadoras (sindicatos), “deixando em Nova York os setores de desenho e vendas”, além do controle administrativo (ABREU, 1986, p. 100).

[...] Uma frase mais recente dessa mesma tendência se traduziu no deslocamento das unidades produtivas em direção aos estados do sul, para fronteira mexicana e mesmo para cidades asiáticas como Cingapura e Hong Kong. Entre 1950 e 1973, a produção da indústria do vestuário situada na região nordeste declinou de 62,3 % para 35,7 % enquanto a situada na região sul aumentou de 16,7 % para 44,2 %. Esta segunda leva migratória das empresas foi acompanhada de mudanças na organização da produção, com a introdução de métodos modernos de organização do trabalho, ao mesmo tempo que o

tamanho das unidades de produção tendeu a aumentar (ABREU, 1986, p. 100).

O deslocamento das unidades produtivas não representou maior inferência em relação ao desenvolvimento e incorporação de inovações técnicas e avanços tecnológicos no setor de confecções como um todo. De maneira ampla, a indústria de confecções manteve-se “baseada no binômio máquina de costura/costureira” (ABREU, 1986, p. 100), ainda que avanços significativos tenham havido em diversas áreas da produção (modelagem, corte, costura) com implantação tecnológica computadorizada, os custos desses maquinários limitam-se a poucas empresas. Além disso, as transformações ocorridas no modo de produção capitalista engendram uma profunda racionalização do trabalho vivo – pilar estrutural da produção de valor – por meio da cientificização dos processos produtivos, podendo, no limite, eliminar alguns postos de trabalho e gerar novos postos conforme o desempenho e produtividade do trabalhador e suas habilidades no enfrentamento dos problemas cotidianos do processo produtivo, prefigurando o trabalho vivo como atividade indispensável na produção da riqueza material.

Outro elemento importante que pode influenciar na capacidade técnica e tecnológica incorporada pela indústria de confecções é o tipo de produto fabricado. O investimento das grandes empresas são maiores nos produtos standardizados e que sofrem poucas modificações diante da mudança da moda, como, por exemplo, roupas íntimas e *Jeans* (ABREU, 1986, p. 101). A uniformização desses produtos abastece o mercado por um longo período independente da sazonalidade da moda.

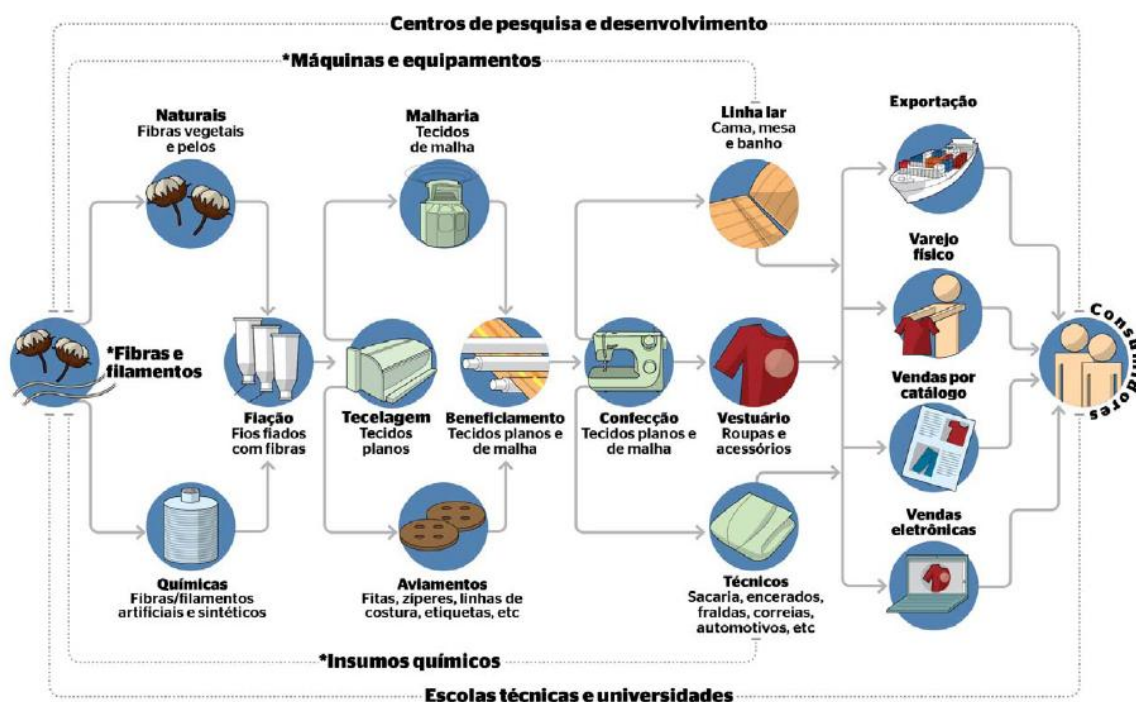
Mas de maneira geral predominam as pequenas unidades de produção, numa estrutura altamente competitiva, competição exacerbada pela importância das mudanças da moda e pelo ciclo sazonal de produção. Esta característica se faz sentir com mais força em alguns setores específicos da indústria, como a do vestuário feminino, onde, no entanto, a obsolescência programada dos produtos da moda contribuem para a expansão do mercado (ABREU, 1986, p. 101).

Grosso modo, o setor de confecções em sua totalidade se consolidou, no interior da cadeia produtiva têxtil, como seguimento menos avançado. Embora pertencente à mesma cadeia produtiva o uso de técnicas gerenciais e tecnologias são incorporadas de maneira pontual e lenta, priorizando, segundo Amorim (2003, p. 51), “uma produção baseada no trabalho intensivo”, distinguindo-se, em maior ou menor medida, de toda cadeia produtiva que, com exceção da confecção, é realizada pela indústria têxtil. As fases do processo produtivo se apresentam da seguinte forma:

Produção de matéria-prima → Fiação → Tecelagem e Malharia → Acabamento/beneficiamento → Confecção.

O esquema subsequente, representado na figura 1, descreve as diferentes fases que constitui a cadeia produtiva têxtil, das fibras e filamentos até a compra do produtivo final pelo consumidor. Este processo movimenta grande quantidade de setores que vai da prestação de serviços na área de suporte mecânico têxtil, fornecedores, equipamentos, softwares, editores, feiras de moda, publicidade, marketing, finanças, entre outros.

Figura 6 - Estrutura da cadeia têxtil e de confecção



Fonte: ABIT – 2016

Como a indústria têxtil representa a maior parte do processo produtivo da cadeia têxtil, o desenvolvimento de inovações técnicas e tecnológicas também se concentrou neste setor, a necessidade de otimização de áreas estratégicas do processo produtivo, motivou a incorporação de grande parte dessas inovações, modernizando a indústria têxtil com novos maquinários e técnicas de gestão que tem como finalidade melhorar a qualidade dos produtos (Programas de Qualidade). O mesmo não ocorreu na indústria de confecções, que na relação custo do maquinário *versus* custo da força de trabalho,

manteve-se concentrado na força de trabalho intensiva (Máquina de costura/Costureira) (AMORIM, 2003, p. 52).

De modo geral, Abreu (1986) apresenta quatro características que ajuda a compreender a indústria de confecções:

- 1) A sofisticação técnica e tecnológica concentra-se em empresas com escala produtiva que justifique os investimentos, como na indústria de confecções persiste o binômio máquina de costura/costureira e a produção é em menor escala, os reflexos técnicos e tecnológicos são pontuais (p. 100);
- 2) A estrutura produtiva da indústria de confecções é altamente heterogênea (p.101);
- 3) O processo produtivo é marcado pela divisibilidade (territorial e do trabalho) e parcerização das fases que antecedem o processo de costura (criação, corte e modelagem) (p. 101);
- 4) A comercialização ou o *marketing* é uma chave fundamental para o bom desempenho do empreendimento (p. 102).

A heterogeneidade é um instrumento característico e estrutural quando se trata da cadeia produtiva têxtil e de confecções, bem como as empresas que compõem o setor, a variedade em relação ao porte das empresas dificulta a formação de uma homogeneização produtiva, estabelecendo uma relação de dependência em função da moda. Tal dependência reflete diretamente no processo de reestruturação produtiva e geográfica que o setor sofreu nos anos 1970. A estratégia de diversificação produtiva e o uso da terceirização ou subcontratação de serviços como prática se tornou a regra, e as empresas passaram a descentralizar a produção em busca de insumos abundantes, bem como, força de trabalho barata, uma estratégia de “*putting-out* globalizado” (LIMA, 1999, p. 123)¹².

1.3 O desenvolvimento da indústria têxtil e de confecções no Brasil

Quando analisa o comportamento da indústria de confecções brasileira, Abreu (1986) aponta que a base do desenvolvimento se deu, de igual forma, por meio da

¹² Trataremos sobre isso, mais a frente.

informalidade. A fabricação industrial do vestuário em 1920 respondia apenas por 1,9% dos “estabelecimentos da indústria do vestuário, calçado e toucador”, sendo a maior parte da fabricação de roupas realizadas de forma artesanal (sob encomendas) por meio de alfaiates e costureiras. A grande demanda nos estabelecimentos informais pressionou a taxa de ocupação para cima, elevando a quantidade de pessoas ocupadas na informalidade frente às ocupações industriais, assim, “para cada pessoa ocupada em estabelecimentos industriais havia treze ocupadas em “serviços industriais” (ABREU, 1986, p. 107).

A proporção da taxa de informalidade revela a importância que essa prática de subcontratação teve no desenvolvimento do setor de confecções brasileiro, embora a taxa não discrimine a porcentagem real que representa os trabalhadores subcontratados e, dessa maneira, o percentual incluía também os trabalhadores por conta própria, como: alfaiates e costureiras, que devido à prática recorrente de confecções sob medida podem representar uma porcentagem significativa dessa taxa de informalidade (AMORIM, 2003, p. 53).

A indústria têxtil e de confecções brasileira possuía uma inserção tecnológica deficiente, a principal mudança ocorrida veio somente nos anos 1960 com a indústria química. O surgimento dos fios sintéticos deu vazão para o crescimento da fabricação e o aumento da produtividade das máquinas e do trabalho, não havia antes disso o interesse em renovar o maquinário antigo por máquinas mais modernas, sobretudo porque a produtividade poderia ser alcançada por meio do trabalho externo à fábrica, além das mesmas serem de alto custo (SAFFIOTI, 1981; LIMA, 1999).

[...] Como até o aparecimento das fibras sintéticas a tendência era no sentido de aumentar mais rapidamente a relação produto/homem do que a reação produto/máquina, não havia grande interesse por substituir velhas máquinas pelas modernas e mais caras. As inovações recentes nos equipamentos têxteis tornaram-se possíveis graças à maior resistência apresentada pelo fio sintético em relação às fibras naturais. Por esta razão os equipamentos modernos puderam tornar-se mais produtivo, reduzindo-se, assim, o desequilíbrio entre o aumento da produtividade do trabalho e o aumento da produtividade da máquina (SAFFIOTI, 1981, p. 79-80).

Desse modo, a diversificação e modernização na indústria do vestuário e de confecções brasileira manteve a estrutura do trabalho de baixa densidade tecnológica ancorada no binômio: máquina de costura costureira, quer dizer, uma indústria intensiva em trabalho, preservando as práticas históricas utilizadas na formação do setor de confecções, a informalidade. Assim, o crescimento explosivo do setor do vestuário em

1970, “representava 42,9% dos estabelecimentos e empregava 47,3% da mão-de-obra superando neste último indicador a produção de calçados¹³” (ABREU, 1986, p. 107).

Os dados de Abreu (1986, p. 107-108) apontam que no período de 1960 a 1970 há um crescimento industrial significativo no segmento de roupas femininas e infantis, ultrapassando em 1960 a produção de roupas masculinas. Entretanto, quando se trata da taxa de ocupação, as produções de roupas femininas e infantis indicam uma estrutura industrial pouco concentrada. Em 1980 esse quadro se modifica, os segmentos de roupas femininas e infantis passam a ser predominantes na produção industrial de roupas, “concentrando 57,3% dos estabelecimentos industriais e empregando 31,2% da mão-de-obra”, esses dados mostram que mesmo nas grandes empresas, parece haver uma grande dificuldade em incorporar inovações técnicas e tecnológicas mesmo com o crescimento do setor, nesse sentido, a grande dependência da força de trabalho nos fatores de produção, contribui para o crescimento da subcontratação e a terceirização via cooperativas ou trabalho à domicílio.

Em termos tecnológicos, apesar dos contínuos avanços da automação de base microeletrônica presente nas plantas industriais mais modernas, o setor mantém seu caráter descontínuo, com grandes gargalos de produção no acabamento das peças, que continuam sendo realizadas por máquinas de costuras simples que não dispensam seu operador. Com isso, a utilização de mão-de-obra intensiva ainda é dominante. No país como um todo é um setor que emprega mais de um milhão de trabalhadores nas diversas formas que assume, formais e informais, da grande empresa ao trabalho domiciliar (LIMA, 1999, p.121).

Ainda segundo Abreu (1986, p. 149), o aumento do percentual de pequenas e médias empresas nos anos 1980 está ligado intimamente com o crescimento da utilização de serviços de terceiros. Essa prática integra a “estratégia de crescimento e acumulação” de empresas para controlar o mercado e aumentar receitas, além de conseguir reduzir os custos da produção via processos de trabalho.

[...] Entre 1970 e 1980 os estabelecimentos com 500 e mais pessoas quadruplicaram, passando a empregar, em 1980, 21,9% da mão-de-

¹³ Em 1920 a indústria de calçados representava 71,3% dos estabelecimentos industriais do gênero, empregado 55,% da mão-de-obra, enquanto a fabricação de roupas representava cerca de 8% dos estabelecimentos industriais relacionados ao vestuário, calçados e artefatos de tecidos em geral, o setor empregava cerca de 17, 8% da mão-de-obra, mas apresentava número superior quando se trata de operário por estabelecimento, estima-se que no setor de vestuário e confecções havia uma média de 32 operários por estabelecimento, um número superior se comparado ao setor de calçados que apresentava 10 operários por estabelecimento (ABREU, 1986, p. 104).

obra ocupada em comparação com os 12,1% que empregavam em 1970. Houve também um crescimento importante das médias empresas, empregando entre 100 e 499 pessoas, que passaram de 3 a 5% dos estabelecimentos industriais e empregam, em 1980, 33,2% do pessoal ocupado. Mas são as pequenas empresas, de até 49 pessoas, que constituem, ainda, a grande maioria, congregando, em 1980, 88,1% dos estabelecimentos industriais e empregando 32,1% do pessoal ocupado (ABREU, 1986, p. 108).

Esse número mostra a dimensão da prática de subcontratação no Brasil durante o desenvolvimento do setor têxtil e de confecções. Ainda que esses dados contabilizem também alfaiates e costureiras, uma prática comum e que representam uma boa parcela de pessoas que trabalham por conta-própria no fabrico de roupas sob medidas, a prática de subcontratação tem envolvido mais pessoas fora do que dentro do espaço fabril.

Outro fator importante é a mudança no perfil de trabalhadores. As mulheres passaram a representar cerca de 53% dos empregos ligados a indústria do vestuário e 30% dos estabelecimentos industriais. Entre costureiras e alfaiates (modelista e cortador) atividades informais que foram reduzidas pelo crescimento da indústria do vestuário e de confecções; as atividades industriais das costureiras saltaram de “83,2% em 1970 para 97,2% em 1980” indicando uma separação sexual do trabalho para mulheres que ocupam máquinas de costura dentro e fora das fábricas de confecções, e homens, que passam a ocupar trabalhos mais qualificados, como: “modelista e cortadores” (ABREU, 1986, p. 119).

A feminização crescente, tanto na indústria do vestuário e de confecções, como no trabalho a domicílio, caracteriza essa atividade como predominantemente feminina. Para Amorim (2003, p. 55), essa característica tem ocorrido por alguns fatores, como: 1) a dificuldade no acesso de empregos estáveis em uma determinada faixa etária; 2) o viés de gênero presente nas definições dos postos de trabalho; 3) a divisão sexual do trabalho e o cumprimento das tarefas domésticas; esses e outros fatores têm naturalizado e desqualificado o trabalho feminino reforçando a manutenção de estruturas da divisão sexual do trabalho no interior das empresas de confecções, mas, também, fora delas, em oficinas de costura ou no trabalho a domicílio.

O caráter heterogêneo da indústria de confecções demonstra que essa atividade, mesmo após seu processo de reestruturação, a partir dos anos 1970, caminha em simbiose com formas rudimentares de trabalho. Embora o setor tenha atingido certo grau de competitividade, muito em função, pelo desenvolvimento e incorporação tecnológica, tem havido um crescente movimento de fragmentação dos processos de trabalho, buscando regiões onde o custo da força de trabalho possui baixo valor. Os

significados deste processo de modernização no setor de confecções residem na incorporação de trabalho intensivo que se realiza em empresas subcontratadas a nível regional e mundial (AMORIM, 2003, p. 57-58).

Para Amorim (2003, p. 58), o duplo processo de modernização e precarização que coexistem no setor de confecções, aparentemente um processo contraditório, envolvem práticas que retomam características estruturais da indústria de confecções durante seu desenvolvimento ao longo do século XX, como: 1) “incorporação pontual de inovações tecnológicas”; e 2) a “externalização da produção¹⁴”, mesclando essas formas de trabalho (trabalho a domicílio e em cooperativas), com novos elementos que surgiram no período da acumulação flexível, com as tecnologias da informação e técnicas de gestão, essa metamorfose ocorrida nesta indústria, ampliou as ferramentas de acumulação.

Esse processo também significa que há uma desigualdade que reflete no trabalho relacionada à intensidade com que a reestruturação produtiva, do Estado e da economia foi elaborada em cada país. Isso requer dizer que os processos de externalização da produção, efetuado por empresas de países centrais para outras nações ou mesmo por empresas dentro da própria nação, realiza tal prática com vistas a uma maior vantagem lucrativa, desta maneira, a precarização nas condições de trabalho se manifesta em diferentes graus na indústria de confecções de cada país, uma vez que o aumento da lucratividade das empresas está diretamente relacionado ao baixo salário e a formas de contratação instáveis e precárias (AMORIM, 2003, p. 58-59).

Tal mecanismo de “exploração-dominação” (SAFFIOTI, 1987; 1979) no interior dos processos de reestruturação da indústria de confecções em âmbito mundial, implica compreender as relações sociais de gênero dentro das relações sociais do trabalho. As discussões relacionadas à precarização do trabalho e a precarização das condições de vida concentram-se, neste sentido, no trabalho feminino, pois consiste o maior número da força de trabalho deste setor. As condições da força de trabalho femininas constituem-se na instabilidade do trabalho, no rebaixamento dos salários e nas relações de trabalho arbitrárias. Tais condições são marcadas por situações que aprofundam a fragilização dos trabalhadores e das trabalhadoras, uma vez que, enquanto meio de sobrevivência torna-se imprescindível se sujeitar a situações que oferecem, cada vez mais, alto risco a saúde, com grandes índices de exploração

¹⁴ A externalização da produção, também conhecida como *putting out*, é realizado, geralmente, por trabalhadoras em seus domicílios ou em cooperativas.

exercidas/oferecidas pelas empresas, sobretudo no contexto de desemprego estrutural (AMORIM, 2003, p. 65).

1.4 Caracterizações do pólo de confecções têxteis de Auriflama

O arranjo produtivo local de investimento totalmente familiar criou um novo universo produtivo no município, a primeira fábrica de confecções têxtil criada em 1983 no ramo de confecções de roupas íntimas (lingerie e moda praia), deu início a criação de um pólo industrial neste seguimento no município, que se consolidou nos anos subsequentes. As empresas que surgiram nos anos, de 1985 e 1995, foram formadas por ex-funcionários da primeira empresa de confecções que se instalou em Auriflama.

As empresas atendiam, nesse período, uma demanda local e regional, as instalações eram de fundo de quintal (no próprio domicílio) e as máquinas, compradas aos poucos, de acordo com a expansão dos negócios, eram de segunda mão.

Para Lima (1999, p. 123) a crise econômica (fiscal e inflacionária) durante o período de transição do governo militar, na década de 1980, gerou um longo período de instabilidade para a indústria nacional. O aumento na taxa de desemprego levou a um crescimento significativo de “confecções e ateliês de costuras, além do crescimento do trabalho domiciliar”, prestadores de serviços para empresas maiores da cadeia produtiva.

Com o processo de redemocratização e sob o governo de Fernando Collor de Melo, no início dos anos 1990, a adesão aos princípios neoliberais como escolha econômica para conseguir o equilíbrio fiscal e retomar o crescimento econômico, não surtiram efeitos. A abertura comercial e financeira desestruturou diversos segmentos da indústria, devido à substituição de importações de produtos nacionais por produtos importados (JINKINGS; AMORIM, 2006).

Como desdobramento da crise da dívida externa, o país perdeu o controle sobre essas variáveis, e a definição da política econômica doméstica passou a depender da anuência dos credores internacionais. O coroamento desse processo foi a adesão incondicional do governo brasileiro, após 1990, aos princípios neoliberais definidos pelo “consenso de Washington”. De lá para cá, os sucessivos governos tiveram bloqueadas importantes decisões econômicas, ficando à mercê das variações de humor de uma esotérica e onipotente entidade, o mercado (PIRES, 2010, p. 279).

Segundo Lima (1999, p. 124-125), as medidas adotadas durante o governo Collor “provocou em todo país um crescimento de pequenos negócios e da economia informal”, essas medidas atendiam o mercado regional de roupas femininas, que viu na informalidade uma oportunidade de crescimento que atendesse toda cadeia produtiva.

A política econômica do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir de 1995, fundamentada na estabilidade monetária, sobrevalorização cambial, juros altos e privatizações (e fusões ou aquisições de empresas nacionais), aumenta a vulnerabilidade externa e agrava a situação produtiva do país que passa a importar mais do que exporta gerando déficits em transações correntes (JINKINGS; AMORIM, 2006).

Erros de estratégia e de política econômica a partir de 1995 (governo FHC) aumentaram a vulnerabilidade externa da economia brasileira e, portanto, colocaram o país em uma trajetória de instabilidade e crise. Ao longo dos anos o país tem experimentado uma redução gradativa e significativa da sua capacidade de resistência diante de fatores desestabilizadores e choques externo e, portanto, o Brasil tem mostrado os sintomas e sofrido as consequências da sua crescente vulnerabilidade externa. Não é a globalização que explica a crise. De fato, a crise é determinada pela vulnerabilidade externa do país, que tem raízes na estratégia de inserção internacional e nos erros de política do governo. (GONÇALVES, 2002, p. 161-162).

Para Singer (1999), o governo FHC esperava que a abertura comercial, o processo de financeirização da economia e as privatizações trouxessem uma chuva de capital estrangeiro que investiriam na modernização da indústria brasileira reequilibrando a balança comercial devido à taxa real de juros que era a maior do mundo justamente para atrair capital estrangeiro, promovendo a concentração de renda dos setores ricos e médios, e a explosão da informalidade para os mais pobres, rebaixando a qualidade de vida e perdendo direitos (SINGER 1999).

O Setor têxtil apresentou recuperação somente a partir de 1998, o crescimento mais expressivo e estável após tantos anos de queda no setor, foi no ano de 2001 com o saldo positivo de US\$ 73 milhões, possibilitando a renovação dos maquinários dos pólos industriais, bem como a abertura de novas unidades produtivas.

Em entrevista ao jornal Folha da Região, um industrial de Aurifloma comenta sobre o otimismo da recuperação do setor têxtil e a renovação dos maquinários de sua empresa:

O empresário investiu US\$ 500 mil na aquisição de máquinas francesas que fazem o corte do tecido automaticamente. Com a nova máquina, a qualidade dos cortes melhorou e houve ainda uma economia de 10% a 15% na matéria-prima, já que a máquina não

permite o desperdício de tecido (NOGUEIRA, FOLHA DA REGIÃO, 2001)¹⁵.

Os reflexos do crescimento da informalidade podem ser contabilizados no início dos anos 2000, Auriflama tinha, nesse período, mais de 30 empresas (de pequeno, médio e grande porte) empregando aproximadamente de forma direta ou indireta, segundo o Jornal Folha da Região, 15 mil trabalhadores no município de Auriflama e sua microrregião¹⁶.

Em entrevista ao jornal Folha da Região, um industrial comenta sobre a boa fase da indústria confecções do município:

Na hora de entrada e saída dos operários, parte da cidade, especialmente a avenida Marcos Matarézio, ganha áreas de metrópole devido ao intenso movimento dos funcionários, muitos dos quais que chegam de ônibus das cidades vizinhas, como Magda, Guzolândia, General Salgado e Sud Menucci. "Só não tem emprego aqui quem não quer", [...] Ele diz que se a cidade oferecesse mais mão-de-obra, a indústria poderia com folga aumentar a sua produção. "Mercado e estrutura nós temos, só falta gente para trabalhar" (NOGUEIRA, FOLHA DA REGIÃO, 2002)¹⁷.

Certamente a massa de pessoas disponíveis ao trabalho na região de Auriflama foi fundamental para que a empresa buscasse negociar incentivos fiscais no município, sem precisar transferir a empresa para outra região em busca de vantagens compensativas nos fatores de produção, como fica claro em outra passagem da entrevista concedida ao Jornal Folha da Região "Se a cidade quer a industrialização, a prefeitura é quem deve dar o primeiro passo, oferecendo incentivos para atrair as empresas", afirma o empresário (SATO, FOLHA DA REGIÃO, 2002).

Em 2002 a produção de lingerie e de moda praia ultrapassava 1 milhão de peças ao mês, o principal mercado é o interno, mas as empresas vendem para o Brasil todo, principalmente o Estado de São Paulo. Importa destacar que a crise no mercado têxtil Estadunidense e Argentino abriu um período fértil para o mercado têxtil Brasileiro, além da possibilidade de renovação no maquinário e melhoramento na qualidade dos

¹⁵ NOGUEIRA, Alessandra. Empresário investe US\$ 5 mi no MS. Folha da Região. Araçatuba: 05/09/2001. Disponível em: <http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2001/09/05/econ01r1.php?PHPSESSID=&HTTP_REFERER=jornalvirtual.folhadaregiao.com.br> Acessado em: 17/05/2018.

¹⁶ Conferir a matéria de NOGUEIRA, Alessandra. Dona de confecções de Auriflama tem bens bloqueados na justiça. Araçatuba- SP: Folha da Região 12/04/2002. Disponível em: <<http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2002/04/12/econ01.php>> Acessado em: 20/11/2019.

¹⁷ Conferir a matéria de SATO, Eliane Eme. Confecções impulsionam setor industrial de Auriflama. Araçatuba-SP: Folha da Região. 29/09/2002. Disponível em: <<http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2002/09/29/cida06.php>> Acessado em: 20/11/2019.

produtos, algumas empresas do pólo, nesta época, se preparavam para exportação de seus produtos.

A recuperação do setor têxtil no início dos anos 2000 mobilizou os industriais e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção, em torno de um cronograma de metas, crédito e investimentos de longo prazo, a ideia central é a adequação do padrão produtivo brasileiro aos padrões de produção internacional, em busca de mais qualidade nos produtos e de novo mercados, na qual, destaco alguns pontos do vasto documento apresentado (MDIC, 2002).

- 1) Aumentar, até 2011, o número de postos de trabalho em 160 mil na indústria e em 160 mil na agricultura (em relação aos dados de 1999).
- 2) Aumentar as exportações da Cadeia Produtiva para US\$ 4,3 bilhões, no ano de 2008, o que significa atingir 1 % das exportações mundiais de têxteis.
- 3) Agregação de valor à produção exportável por meio de um Programa de Apoio Tecnológico à Exportação.
- 4) Promoção do aumento das exportações e de redução de custos, medidas de caráter geral, também acessíveis à Cadeia Têxtil.
- 5) Realizar investimentos em modernização e expansão da capacidade produtiva em todos os elos da Cadeia, em um horizonte de 8 anos, no valor total de US\$ 12,6 bilhões, com a utilização de recursos financeiros do setor empresarial, das linhas de crédito do BNDES e do Programa Brasil Empreendedor.
- 6) Aumentar a produtividade de mão-de-obra em cerca de 30% nos segmentos têxtil, fibras e confecções até 2008.
- 7) Regionalização da produção.

Segundo Sposito, (2015) o BNDS, o Sebrae junto com o sistema S (SENAI e SENAC) passaram a prestar consultorias em relação ao aprendizado, treinamento e capacitação, gestão e inovação, buscando a adequação das empresa dentro no plano de metas. O quadro abaixo mostra o cronograma de implantação de consultoria e financiamento nos pólos regionais.

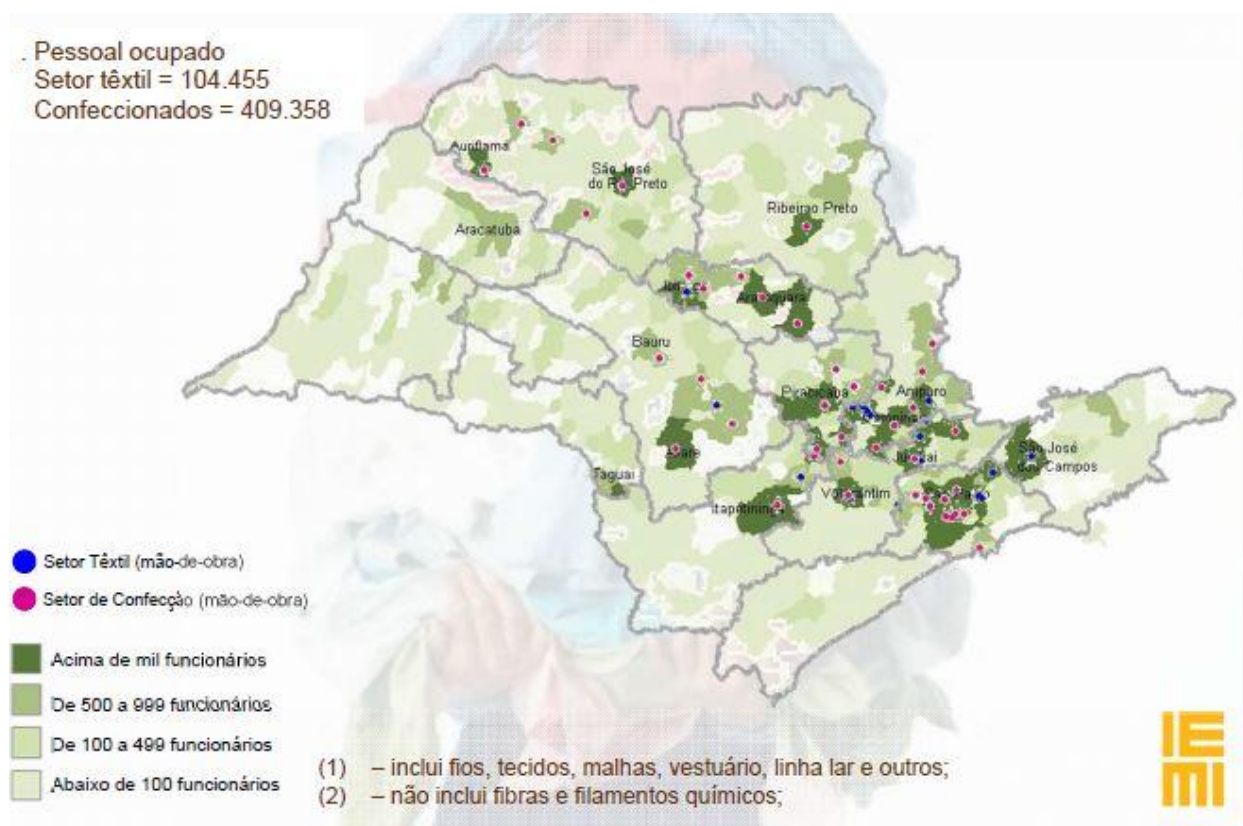
Tabela 4 - Pólos com cronogramas de iniciar trabalhos em 2003

PÓLOS A SEREM TRABALHADOS		AGENTE FINANCEIRO
MINAS GERAIS	Montes Claros	Banco do Nordeste
	Uberlândia	Caixa
SÃO PAULO	Ibitinga	Caixa
	São Paulo	Caixa
	Aurifloma	Caixa
	Americana	Caixa
SANTA CATARINA/ VALE DO ITAJAÍ	Brusque	Caixa
	Indaial	Caixa
	Ituporanga	Caixa
	Gaspar	Caixa
	Pomerode	Caixa
	Rio do Sul	Caixa
MATO GROSSO	Timbó	Caixa
	Dourados	Caixa
RIO DE JANEIRO	Campo Grande	Caixa
	Itaperuna	Caixa
RIO GRANDE DO NORTE	Nova Friburgo	Caixa/ BNDES/ SEBRAE
	Santa Cruz	Banco do Nordeste
GOIÁS	Pirinópolis	a escolher
	Catalão	a escolher
PARANÁ	Apucarana	Caixa
	Cascavel	Caixa

Fonte: MDIC (Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções), 2002.

Com um pouco mais de 14 mil habitantes (Censo 2010) Aurifloma tornou-se um dos principais pólos industriais do Estado de São Paulo na produção de confecções de moda íntima feminina, entrando para o mapa produtivo do Estado com uma produção mensal de mais de 2 milhões de peças ao mês exportando entre “10% e 15% da produção onde os principais destinos são a Espanha, Estados Unidos, Itália, Chile, Peru, Colômbia, Portugal, Israel, Japão e Venezuela” negociando em produtos, mais de “162 milhões de dólares com os mercados americano e europeu” (PAVARINA, 2013, p. 28).

Mapa 1- Mapa dos Pólos produtores do Estado



Fonte: IEMI, 2014.

A década de 2000 inaugura um novo capitalismo no Brasil, orientada pela agenda neoliberal de reformas estruturais da década anterior, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O novo projeto de desenvolvimento econômico, contando com um cenário externo favorável até 2008 e, por formulações internas, de políticas sociais que possibilitaram o crescimento da renda e a reversão de uma tendência histórica de desigualdade social, a partir de 2003, no primeiro governo Lula, possibilitou, não apenas o rearranjo industrial, mas, sobretudo, novas diretrizes de expansão e competitividade para o setor industrial, como foi possível visualizar anteriormente as diretrizes dos pólos de confecções.

O curto período de reestruturação e adequação dos pólos regionais a competitividade internacional foi interrompido pela crise econômica internacional de 2008, eclodida nos EUA, cujo um dos reflexos no plano interno, foi à aceleração da desindustrialização da indústria de transformação. Trataremos, mais detidamente, sobre reestruturação do polo de confecções têxteis de Auriflâma em um contexto de desindustrialização brasileira, no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: RECOMPOSIÇÃO DO CAPITAL EM UM CONTEXTO DE CRISE

2.1 A ascensão do complexo gerencial taylorista-fordista

Desde a formação da sociedade capitalista inúmeras crises, em caráter cíclico, de instabilidade da estrutura deste sistema, se manifestam. A reconstrução das fissuras abertas pelas crises econômicas aponta para uma reformulação profunda nas relações de produção capitalista. A primeira grande revolução tecnológica foi analisada por Marx, no século XIX, em *O Capital*. Desse modo, o pensador alemão, apontava como tendência do capitalismo o caráter predatório (e permanente) que as transformações organizacionais e as revoluções tecnológicas submetidas às relações de produção capitalistas potencialmente trariam para o trabalhador, além de novas racionalidades técnicas e exploração da força de trabalho, expropria-se, também: o conhecimento, a identidade e a humanização.

Frederick Winslow Taylor surge a partir da necessidade de organização da produção de grandes monopólios. Tratando-se, desse modo, de pensar teorias econômicas e administrativas para microindústrias, deixando de lado as teorias sociais de caráter totalizante, tais como: Karl Marx, Saint-Simon e Fourier. Desse modo, apesar da organização do trabalho por meio de uma gerência científica ter ganhado corpo com Taylor, os esforços na tentativa de sanar os problemas colocados pelo advento dos monopólios, foram tratados no fim da primeira revolução industrial por economistas clássicos, entre eles: Andrew Ure e Charles Babbage. Somente no fim do século XIX, Taylor consegue articular de forma satisfatória a organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele (BRAVERMAN, 1977, p. 82).

As pesquisas de Taylor buscaram standardizar os movimentos durante as atividades laborais, racionalizando o tempo levado para execução das atividades, a fim de testar o limite máximo da capacidade de cada indivíduo, em situação laboral de exigência simples e individual. A aplicação e difusão da sua teoria centralizava todo saber artesanal de execução de cada etapa do processo produtivo, ficando disponível a supervisão e o controle da gerência. Para Braverman, “As unidades de produção operam como a mão, vigiada, corrigida e controlada por um cérebro distante” (BRAVERMAN, 1977, p. 113). A organização científica pensada por Taylor tornou possível um sistema de trabalho capaz de dividir o processo de criação e execução do trabalho em tarefas

parceladas, tornando universal e sem distinção, um padrão de movimento que ele considerava, através de um padrão determinado cientificamente, aceitável.

O modelo de Taylor foi fundamental no processo de transformação da sociedade norte-americana na virada do século XIX para o Século XX. Diversos setores da economia passaram a incorporar a gerência científica com fins de padronização e adestramento disciplinar, adequando as forças sociais do campo que possuíam pouco ou nenhuma qualificação para o exercício de funções complexas – e de forma geral, todos os trabalhadores ao ritmo cientificamente estabelecido –, tais trabalhadores foram incorporados em diversos ramos do processo de expansão norte-americano da época, tais como: ferrovias, minas, fábricas etc. Para Kartz (1995, p. 17) houve uma profunda transformação nas ciências, na segunda metade do século XIX, tornando possível ao modelo de Taylor a capacidade de difusão e universalização da “codificação dos movimentos corporais e a maquinização do homem como aplicações da ciência ao mundo do trabalho”, objetivando o controle da produtividade e do tempo no processo de trabalho.

A combinação entre a gerência científica e a padronização da ciência não buscava somente o aumento da produtividade por meio do controle e a redução do tempo (morto) de trabalho, tratava-se também de moldar um novo ser para o trabalho que pudesse estabelecer novos laços com o trabalho e com seus patrões. Para ruína do modelo proposto por Taylor, bastou a mudança na conjuntura política e econômica para que, prontamente, houvesse resistências a tais métodos; foram inúmeros embates entre os trabalhadores e forças estatais em minas, ferrovias e fábricas nos Estados Unidos, evidenciando com nitidez o enfraquecimento do taylorismo e sua incapacidade em disseminar uma nova subjetividade capaz de estabelecer um novo pacto entorno do trabalho.

Nem mesmo o fordismo, articulado às práticas tayloristas, com sua política salarial que modificava a jornada de trabalho e de salários (cinco dólares/8h de trabalho), conseguiu uma mudança cultural capaz de conquistar a subjetividade e a adesão completa dos trabalhadores. É bem verdade que ao assimilar e expandir o taylorismo, a partir dos recursos proporcionados pela engenharia, Ford conseguiu ganhos fantásticos de produtividade do trabalho alterando significativamente a produção de mercadorias e o mercado mundial, em particular no setor automobilístico. Mas, também, conquistou a fúria dos trabalhadores europeus e estadunidense que se viam descontentes com o avanço da mecanização do trabalho e o caráter predatório deste

novo modelo produtivo, registrando uma explosão no crescimento de sindicatos em busca de frear tais transformações no mundo do trabalho (GOUNET, 1999, p. 20).

A participação indireta dos Estados Unidos na I Guerra Mundial contribuiu com as estratégias de Ford para venda de carros em massa. O salário de 5 dólares pelo dia de trabalho e a redução no custo dos veículos fizeram com que Ford concentrasse capital e expandisse seu mercado entre os anos de 1907 e 1919, “elevando o capital da empresa, que era de 2 milhões de dólares em 1907, passa a 250 milhões em 1919” (GOUNET, 1999, p. 20), sendo responsável, em 1921, por mais da metade dos automóveis vendidos no mundo. Em 1923 a General Motors ultrapassa a indústria automobilística Ford e se torna a empresa líder do setor, após adotar o mesmo modelo de produção, tanto a empresa Ford quanto a General Motors, foram responsáveis por transformar a estrutura da indústria automobilística mundial e do seu respectivo mercado.

Segundo Bihr (1998, p. 41) o novo regime de acumulação de capital, baseado na capacidade produtiva do taylorismo-fordismo quase veio à bancarrota entre os anos de 1920 e 1930, para o autor dois pontos foram importantes para o setor automobilístico contribuir com o desencadeamento da crise de superprodução:

- 1) Por um lado, a *inchar a demanda de meios de produção*, pela conversão de uma massa crescente de mais-valia em capital constante (e especialmente fixo: máquinas, instalações, etc) adicional, único meio para aumentar a produtividade do trabalho;
- 2) Por outro, a *limitar a demanda de meios de consumo* (especialmente de meios de consumo essenciais) em relação à capacidade de produção que se acumula nesse setor (BIHR, 1998, p. 41, grifos do autor)

O aumento do capital constante e a redução da massa de trabalhadores nas fábricas pressionou a queda da taxa de demanda por bens de consumo em relação à capacidade de produção, bem como, o crescimento da produtividade sem que houvesse um crescimento significativo dos salários foram fatores que desencadearam o “*boom especulativo*” e posteriormente “o *crash* de 1929-1930”, marcando o limite de um período intenso de acumulação e dominação (BIHR, 1998, p. 41).

Para Hobsbawm (2003) a Grande Depressão mundial dos anos 1920 - 1930 representou muito mais do que meramente mais um momento de crise econômica na sociedade capitalista, Hobsbawm sustenta, que houve um colapso das instituições, da sociedade e do liberalismo. A Revolução Russa de 1917 desencadeou uma onda revolucionária, sobretudo na Europa, causando preocupação nos governos ocidentais em relação às possibilidades do avanço de novos processos revolucionários, tais como, o

exemplo da Rússia, sobretudo no ocidente. O efeito, em contraposição, muito distante de processos revolucionários de esquerda, foi à radicalização dos movimentos autoritários de direita, que posteriormente se ascenderam ao poder. O cenário foi propício para que os governos do ocidente justificassem o aumento da participação do Estado na economia, com investimentos públicos e a criação de um novo pacto social e do trabalho, garantindo uma saída daquele cenário.

Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso — radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita — eram demasiado ameaçadores. Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso — radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita — eram demasiado ameaçadores (HOBBSAWN, 2003, p. 99).

O Estado ganha um papel central na política e na economia na maioria dos governos do ocidente, especialmente os Estados Unidos, com a uma agenda de reformas estruturais como parte do projeto de recuperação econômica do governo Roosevelt, o *New Deal*, cuja arquitetura e coexecução foi feita por Keynes – fizeram com que os EUA saíssem triunfantes política e economicamente após a II Guerra –, apresentando uma alternativa dentro da democracia liberal frente à onda autoritária e a ameaça do comunismo. Tratava-se, então, de um projeto econômico capaz de recuperar a economia capitalista, até então, da sua crise mais profunda, solapada por duas guerras mundiais e uma longa depressão econômica (HARVEY, 2012; HOBBSAWM, 2003).

Para que os investimentos feitos pelo Estado no programa *New Deal* surtisse efeitos de expansão/acumulação, era preciso um amadurecimento do modelo gerencial fordista, sendo assim, não bastava apenas uma disciplina do trabalho e o controle sobre ele para produção em massa de mercadorias, era preciso criar as condições para o consumo de massas, “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (HARVEY, 2012, p. 121).

O último elemento foi à derrota dos movimentos radicais que ressurgiram na Europa após a Segunda Guerra, garantindo uma estabilidade mínima do modelo fordista-keynesiano. Desse modo, foi possível estabelecer um compromisso entre o

modelo taylorista-fordista e as organizações dos trabalhadores, mediado pelo Estado, apesar de muita resistência, condições, contradições e limites, de forma geral, o movimento dos trabalhadores renuncia seu papel histórico e consente desempenhar tarefas repetitivas, monótonas em longas jornadas de trabalho, consolidando a “figura hegemônica no seio do proletariado ocidental: a do operário-massa” (BIHR, 1998, p. 56).

Nesse sentido, o processo de massificação e padronização não se restringiu ao processo de trabalho, na qual, a dominação intensiva e as transformações tecnológicas desencadeadas a partir do modelo nivelaram as capacidades e habilidades dos trabalhadores, tratando-se, também, da existência de uma nova regulação da vida social configurada a partir de um “controle ideológico” que rompeu as barreiras fabris para outras esferas da vida social, expresso no consumo correspondente à produção em massa e um perfil contundente de trabalhador à nova racionalidade econômica. O Estado, nesse caso, garantiu que fossem cumpridas as condições necessárias para reprodução da força de trabalho, tanto no espaço produtivo, com aumento real dos salários, ganhos de produtividade e a manutenção das garantias dos acordos coletivos, como nas esferas sociais, acesso a crédito e serviços de bem-estar (habitação, saúde, educação, previdência e outros) (HARVEY, 2012).

Se o estabelecimento do “compromisso fordista” buscava o equilíbrio entre burguesia e proletariado enquanto pacto de desenvolvimento do Pós-Guerra, não houve, segundo Bihr (1998), uma discussão entre as duas classes para sua constituição, pelo contrário, houve uma imposição para classe trabalhadora que aprendeu durante o processo a negociar, logo, o “compromisso fordista” não eliminou a luta de classes e os interesses de cada grupo. Havendo um desequilíbrio nesta correlação de forças, uma vez que o desenvolvimento do complexo gerencial/tecnológico do taylorismo-fordismo consistia em um empobrecimento das atividades laborais, longas jornadas de trabalho, bem como, o desempenho de um trabalho penoso, na qual, não fazia parte das negociações em busca de melhorias, desta maneira, a capacidade de negociação se restringia a garantias de níveis salariais e benefícios, permitindo à “burguesia neutralizar em boa parte o conflito proletário, ao fazer da satisfação das necessidades fundamentais do proletariado não só fonte de sua legitimidade, como também o próprio motor do regime de acumulação do capital” (BIHR, 1998, p. 38).

Nesse sentido, a manutenção desta estrutura de dominação impôs um cenário de sofrimento ao cotidiano do trabalhador diante das mazelas do complexo taylorista-

fordista, encontrando um alívio nas lutas individuais travadas para suportar a institucionalização dos conflitos e das condições de trabalho (BIHR, 1998).

O taylorismo-fordismo também apresentava uma dimensão sexuada do uso da força de trabalho, tanto no processo de formulação de novas técnicas e métodos de gestão do trabalho, quanto no seu aperfeiçoamento. Com isso, Hirata (2002, p. 31) argumenta que as práticas tayloristas-fordistas possuem impactos diferentes para homens e mulheres, uma vez que, mesmo submetidos as mesmas condições e tipo de trabalho, o controle exercido sobre trabalho feminino possui uma dimensão mais profunda, se apropriam de um conjunto de habilidades consideradas tipicamente femininas, tais como: “habilidade manual, à meticulosidade, à diligência”, qualidades adquiridas no espaço familiar e, posteriormente, desenvolvidas e apropriadas no ambiente de trabalho. Desse modo, “as técnicas tayloristas, longe de serem neutras, utilizam e reforçam a divisão sexual existente tanto dentro da empresa quanto na sociedade”.

A articulação entre o complexo produtivo taylorista-fordista com o Estado Keynesiano, conseguiu, apesar dos conflitos entre Estado, capital corporativo e movimento operário, se expandir e se estabelecer como modelo padrão de acumulação hegemônico nos países de capitalismo avançado, entre os anos de 1945 a 1970. A internacionalização do fordismo se adaptava a realidade dos países de destino, era difundido não apenas o método de organização do trabalho e de gerenciamento, mas, também, um estilo de vida “americano”. Esta difusão teve um período de expansão/acumulação vantajoso para os Estados Unidos durante a reconstrução dos países da Europa ocidental e do Japão, no Pós-Guerra; posteriormente, a produtividade e a competitividade desses países, colocavam em risco a hegemonia dos Estados Unidos, uma vez que se chocavam com os interesses estadunidenses (HARVEY, 2012, p. 135).

Segundo Harvey (2012, p. 135), os primeiros sinais da crise do modelo produtivo taylorista-fordista e do Estado keynesiano, se evidenciaram pela “queda de produtividade e da lucratividade” nos Estados Unidos, durante a década de 1960, perdendo capacidade competitiva internacional em decorrência de diversos fatores, tais como: a saturação dos mercados, em função dos países recém-industrializados, a crise salarial fordista e as lutas desencadeadas pela classe trabalhadora¹⁸.

¹⁸ Foram diversos conflitos em diferentes setores da sociedade, em especial, no trabalho, cujo processo de resistência confrontou os métodos de gestão do trabalho taylorista-fordista se opondo ao trabalho repetitivo, fragmentado, rotinizado, precarizado e sob forte pressão do tempo, com ações que impactaram

O fodismo-keynesianismo chegou à década de 1960, após um longo período de acumulação de capitais, enfrentando diversos problemas macroeconômicos, bem como, de crise de produtividade e lucratividade corporativa. Tal crise evocou, por exemplo, o rompimento do acordo de *Bretton Woods*¹⁹, sobretudo porque os Estados Unidos sentiram a queda da demanda efetiva em função do desenvolvimento econômico de países da Europa Ocidental e Japão – após o período de reconstrução do Pós-Guerra –, bem como, avanços de industrialização que permitia muitos países da periferia do capitalismo substituir importações, para onde também foram diversas empresas multinacionais que se beneficiavam dos contratos fracos ou inexistentes e do baixo custo da força de trabalho. Além disso, a contração de crédito e a formação do mercado Eurodólar, entre os anos 1966 e 1967, e a competitividade entre os países da Europa Ocidental e Japão, contribuíram para os problemas de déficit comercial e fiscal dos Estados Unidos durante a década de 1970, que só foram passíveis de serem sanados por meio do aumento dos juros e a substituição do sistema de paridade fixa da moeda, por um sistema flutuante (HARVEY, 2012; CHESNAIS, 1996).

As tentativas de dar uma resposta ao cenário de crise e manter a posição do dólar como moeda-padrão foram tomadas com a base estrutural do modelo fordista-keynesiano, logo a rigidez desse modelo encontrou obstáculos incontornáveis. Além da dinâmica de investimentos em sistema de produção, cujo consumo instável gerava taxas de crescimento instáveis, havia também rigidez nos contratos de trabalho e uma classe trabalhadora minimamente organizada entorno de seus direitos. Sendo assim, programas como: seguridade social e direitos de pensão passou a demandar mais recursos fiscais em um momento em que a rigidez dos recursos do Estado sofreu pressões pela manutenção dos direitos, no momento em que, “rigidez na produção restringia expansões de base fiscal para gastos públicos” (HARVEY, 2012, p. 136).

O movimento de impressão da moeda gerou um excesso de dólares no mercado, culminando no desequilíbrio das contas públicas dos Estados Unidos. As tentativas de estabilizar a economia flexibilizando medidas para fundos de aplicações, colidiu com a rigidez do modelo, gerando inflação. Para Bihr (1998, p. 74-75), o “fordismo foi perseguido a crédito”. Patronatos e governos ocidentais apostaram no mecanismo

diretamente produção, tais como: redução do ritmo de produção, práticas de absenteísmo, sabotando produtos e greves (BIHR, 1998).

¹⁹ O acordo de *Bretton Woods* é um acordo de relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras, criado em 1944, que estabelecia a moeda dos Estados Unidos, como moeda-reserva mundial, dando aos norte-americanos o poder de regulamentar o sistema financeiro mundial.

keynesiano confiando que seriam reembolsados com a retomada da acumulação. Foram concedidos aumentos salariais, gastos públicos e facilitação do crédito para empresas e consumidores individuais, endividando-se frente aos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Os empréstimos bancários foram fundamentais no processo de endividamento, passando a emitir moeda de crédito internacional que servia de empréstimo aos países da periferia do sistema capitalista. Embora a “economia do superendividamento” tenha evitado abalos sísmicos que pudesse contribuir com o agravamento da recessão mundial, essa dinâmica evidenciou o esgotamento do padrão de acumulação, não sendo possível reverter o quadro crítico dos ganhos de produtividade, mesmo com o aumento dos investimentos.

Muito embora o modelo de desemprego tenha reestabelecido à “disciplina do trabalho”, ela não foi suficiente para recuperar a taxa de mais-valia, bem como, sustentar novos investimentos para manter o nível de produção anterior, o que conseqüentemente, aumento ainda mais a taxa de desemprego. Nessas condições, Bihr (1998, p. 75-76) afirma que as economias do ocidente vegetam “na estagflação”. Durante o segundo choque do petróleo em 1979, ficou evidente que o padrão fordista de acumulação encontrava-se em um “beco sem saída”, reestabelecer a taxa de lucro satisfatória exigia um “ajuste de contas entre os capitalistas”, sendo preciso “eliminar empresas menos rentáveis, fazer reestruturações técnicas, financeiras, jurídicas”, além disso, as políticas econômicas de “restrição do crédito, da compressão de subvenções e de comissões públicas, da determinação da taxa de câmbio”, contribuíram para repartição das perdas e os ajustes econômicos entre os capitalistas.

A outra parte da repartição das perdas caiu sob os trabalhadores, intensificou-se a desidratação entre as instituições patronais e de quase a todos os governos ocidentais, sem poupar os trabalhadores da escalada do desemprego durante a crise, os ajustes previam o rebaixamento real dos salários e dos direitos relacionados ao compromisso fordista. A ofensiva que levantava a bandeira do liberalismo no engajamento da “luta contra a inflação”, “restrição de crédito” e a “desestatização da economia”, passaram a apoiar a classe dominante em uma aposta que lhe permitia a retomada dos lucros, o “remanejamento total do modo de produção” (BIHR, 1998, p. 76-77).

Na medida em que o capital industrial avançava em forma de multinacionais, monopólios do mercado, cartéis e trustes, a sua relação com o sistema bancário também avançava, buscando não apenas formas de financiamento em um sistema financeiro globalizado, mas, sobretudo vantagens específicas nos países de destino, como:

desregulamentações e liquidez atrelada ao mercado de câmbio, etc., contribuindo para valorizar os ativos da indústria que foram financeirizadas, sem o aumento real da produção, sendo possível aumentar os lucros sem a necessidade do aumento da composição variável do capital (CHESNAIS, 1996).

De acordo com Harvey (2012), a flexibilidade tornou-se a principal característica da reestruturação produtiva após um extenso período de acumulação de capital. Para Antunes (2009), a reorganização do capitalismo também necessitou de uma mudança nas estruturas de organização da produção e do trabalho, diante da crise do modelo taylorista-fordista e sua incapacidade de dar respostas aos imperativos das empresas desde meados dos anos 1970. Conforme Antunes (2009, p. 31-32), há uma série de elementos que contribuíram para a crise do capitalismo na década de 1970, (1) a queda na taxa de lucro, causada, dentre tantos elementos, pelo aumento o preço da força de trabalho cuja conquista por meio de lutas sindicais/socais se deram na década anterior; (2) o esgotamento do padrão produtivo de acumulação do complexo taylorista-fordista, cuja produção em massa não modificava o quadro de retração do consumo, (3) a hipertrofia e a relativa autonomia da esfera financeira frente aos capitais produtivos, (4) aumento da concentração de capitais graças às fusões empresariais monopolistas e oligopolistas, (5) crise do Welfare State “Estado de bem estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando em crise fiscal, retração os gastos públicos e sua transferência para o capital privado e (6) aumento das privatizações e tendências generalizadas às desregulamentações e à flexibilização dos processos produtivos, dos mercados e da força de trabalho.

2.2 Crise do capital e novas formas de acumulação: o contexto do desenvolvimento da flexibilidade do trabalho

Para Antunes (2011, p.23) a década de 1980 foi à crise mais aguda do século para os trabalhadores que vivem, sobretudo, no coração do sistema capitalista, as transformações ocorridas no mundo do trabalho inseriu uma nova estrutura produtiva atingindo a “materialidade” e a “subjetividade” dos trabalhadores. Essas mudanças na estrutura produtiva foram tomadas por um grande salto tecnológico, onde a “automação,

a robótica e a microeletrônica” adentraram e se desenvolveram nas relações de trabalho, encontrando sua expressão maior no Japão, com a indústria Toyota.

De acordo com Coriat (1994, p. 30), o sistema Toyota teve necessidade de adaptar sua produção à realidade do Japão. Não sendo possível seguir as grandes indústrias do ocidente, caracterizadas pelo sistema fordista de padronização e uniformidade dos produtos, dispondo de grandes plantas industriais e grande número de trabalhadores, dando prosseguimento a uma economia de demanda efetiva. A essência do sistema japonês está contida na “produção em séries restritas de produtos diferenciados e variados” com a margem de custos reduzidos. A “fábrica mínima”, como descreve Coriat (1994, p. 33-39), funciona com um baixo contingente de trabalhadores na produção, fazendo com que o sistema japonês adotasse outras experiências, tais como, a incorporação do saber-fazer do trabalhador – presentes na indústria têxtil – para a produção automobilística, consistindo, essencialmente, a cada trabalhador, operar diversas máquinas de forma simultânea. O método de gestão dos estoques, o *Kan-Ban*, similar aos da rede de hipermercados estadunidense, o engenheiro da Toyota, Taiichi Ohno, conseguia controlar o fluxo de peças e o escoamento da produção, a fim de alcançar rapidez no atendimento, possibilitando que a Toyota operasse sua produção com o método *Just-in-time* – produção e distribuição no tempo certo –, com vistas para fluidez, reposição ágil e um gerenciamento sem o ônus de toda uma estrutura logística, desta forma, o sistema japonês encontra respostas aos desafios colocados diante da particularidade de seu mercado.

Para Coriat (1994), a lógica pela qual se estrutura o ohnoísmo ou toyotismo, subordina o trabalho ao capital. Os pilares que dão suporte a produção flexível “*Just-in-time*”- no tempo certo e o *Kan-ban* – fluxo contínuo – exigem do trabalhador maior intensidade se comparadas com o padrão ocidental taylorista-fordista. Com o “*just-in-time*” a produção se adapta ao consumo forjando o ajuste entre oferta e procura. Com o *Kan-ban* a cadeia produtiva torna-se flexível, com estoques condicionados à venda, estoques zero. Neste sentido, soma-se ao conjunto de movimentos e gestos a eliminação de possíveis fissuras, cujo preenchimento está contido na inspeção da qualidade dos produtos por meio do CCQ (Círculos de Controle de Qualidade) – defeito zero, e, quando necessário, na solução de problemas de circunstâncias contingentes, o *Kaizen* possibilita o melhoramento contínuo. Trata-se, portanto, de uma diferença de exploração do tempo entre o operário ocidental de uma fábrica padrão Ford e o operário Japonês de uma fábrica Toyota, o tempo torna-se processos partilhados coletivamente,

bem como, exige do trabalhador de uma fábrica Toyota o conhecimento de todas as etapas da produção.

Para Bernardo (2004, p.92-93), a experiência japonesa diante da crise dos anos 1970, só foi possível devido à valorização essencial do intelecto do trabalhador (suas experiências), organizando a produção entorno desse elemento central. Só assim tornou-se possível introduzir componentes tecnológicos como a microeletrônica e a informática, substituindo e transferindo a memória coletiva dos trabalhadores para um vasto banco de dados, de fácil acesso e com disponibilidade a chefia.

O processo que, em termos sociais, consiste no agravamento da exploração através do aproveitamento de algumas das capacidades de gestão dos trabalhadores realiza-se, em termos tecnológicos, pela transferência da sabedoria dos trabalhadores para os bancos de dados das empresas e para o software das novas máquinas. Assim uma parte das antigas atribuições da chefia fica incluída no funcionamento automatizado da produção [...]. (BERNARDO, 2004, p. 88).

A tecnologia foi uma das peças basilares que permitiu fomentar a integração fabril para as novas demandas de consumo, atribuindo uma mudança estética e cultural com base no tempo de vida útil dos produtos, segundo Harvey (2012, p. 148), “a estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o efêmero, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna”, essas mudanças no consumo e na produção capitaneadas em partes, por novas tecnologias de informação, permitiu um inchamento notável no setor de serviços, organizando e centralizando uma economia geograficamente dispersa.

[...] informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o fordismo. A ênfase na informação também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a minuto sobre tendências de mercado e o tipo de análise instantânea de dados útil para as decisões corporativas (HARVEY, 2012, p.151).

Desta maneira, a tecnologia significou essencialmente uma nova etapa da exploração do trabalho. Uma vez que ultrapassou as barreiras do componente físico, influenciando diretamente a condição intelectual. Para Bernardo (2004), o componente tecnológico torna-se um instrumento de controle do trabalhador, explorando sua

capacidade intelectual e de controle do tempo no processo produtivo ao passo que coordena suas características no âmbito das relações sociais e sua aplicação.

O que quer que julguem os trabalhadores de uma empresa, o seu destino está direta e imediatamente vinculado ao dos trabalhadores das outras empresas que laboram numa mesma rede de fornecimentos e de subcontratação. A centralização da gestão é acima de tudo uma centralização das decisões tomadas sobre a força de trabalho. E deste modo obtêm-se economias de escalas sociais cada vez maiores, graças à atividade de um pessoal cada vez mais fragmentado. Foi a microeletrônica a permitir que a proliferação das unidades de propriedade correspondesse a uma concentração da gestão nas firmas principais. (BERNARDO, 2004, p. 117).

A utilização dos bancos de dados de forma sincronizada permite o funcionamento do *Justi-in-time*, Bernardo (2004, p.118) aponta para um funcionamento de redes administrativas que, através da internet, se integram e se comunicam monitorando em tempo real a qualidade dos produtos. É válido sublinhar que o toyotismo é fundamental para a retomada da acumulação do capital, isso ocorre porque o modelo criado e pensado para as condições do Japão revolucionou a forma de produção, a maneira de fornecer serviços e a utilização da técnica, microeletrônica e gestão, voltadas, essencialmente, para o *saber-fazer* do trabalhador, a fim de diminuir seus poderes na produção e aumentar a intensidade do trabalho através da desespecialização, tempo partilhado por meio da linearização produtiva e a multifuncionalidade do trabalhador.

O sistema industrial japonês, a partir dos anos 70, teve grande impacto no mundo ocidental, quando se mostrou para os países avançados como uma opção possível para a superação capitalista da crise. Naturalmente, a "transferibilidade" do toyotismo carecia, para sua implantação no Ocidente, das inevitáveis adaptações às singularidades e particularidades de cada país. Seu desenho organizacional, seu avanço tecnológico, sua capacidade de extração intensificada do trabalho, bem como a combinação de trabalho em equipe, os mecanismos de envolvimento, o controle sindical, eram vistos pelos capitais do Ocidente como uma via possível de superação da crise de acumulação (ANTUNES, 2009, p. 55).

Para Alves (2011), o toyotismo modificou radicalmente a relação do trabalhador com a máquina, ampliando suas funções e eliminando a necessidade de novas contratações.

O princípio da autonomia diz respeito não apenas a dispositivos mecânicos, ou seja, dotar as máquinas automáticas de certa autonomia programada (o que Ohno irá denominar de "toque humano") [...] Mas implica também dispositivos organizacionais de "autoativação", o que significa que, mesmo numa linha de produção operada manualmente, diz Ohno, "os próprios trabalhadores deveriam acionar o botão de

parada para interromper a produção se surgir qualquer anormalidade”. Nesse caso, a parada automática ou autoativa adquire para ele um “sentido pedagógico”: “Parar a máquina quando ocorre um problema força todos a tomar conhecimento do fato. Quando o problema é claramente compreendido, a melhoria é possível”. A autonomia e a autoativação visa, no Sistema Toyota de Produção, não apenas evitar rebotalhos e defeitos, mas contribuir para a melhoria contínua dos procedimentos de produção. (ALVES, 2011, p. 55).

O caráter polissêmico da organização do trabalho e da produção e suas inovações tecnológicas e organizacionais, caracterizada de “fábrica flexível”, colaboram para cooptar não apenas o corpo, mas também a mente dos trabalhadores através do *Know How*, o fornecimento de informações e habilidades para o aperfeiçoamento do trabalho (de forma individual e coletiva) e o aumento da produtividade, em geral, estão atreladas à precariedade do trabalho. Alves (2011) define esse momento de colaboração cognitiva dos trabalhadores para as empresas como: captura da subjetividade, uma vez tais informações fornecidas pelos trabalhadores são usadas pela empresa contra eles na extração de mais-valor.

Ainda de acordo com Alves (2011), as derrotas do movimento operário na luta capital-trabalho diante da ofensiva neoliberal, deu margem para o avanço de um projeto ideológico que invade todas as instâncias da vida social, segundo Giovanni Alves:

[...] o capital torna-se uma força social mais dominante que nunca, tanto no sentido da implicação político-estatal, quanto da dominação político-ideológica, expondo, com mais intensidade e amplitude, o “todo orgânico” da produção do capital. As derrotas históricas das forças sociais e políticas do trabalho, a crise do *Welfare State* e a ofensiva neoliberal nas instâncias político-ideológicas deram ao capital a maior liberdade possível, sem a qual não poderia afirmar-se como sujeito fora e dentro do processo de trabalho. O movimento exacerbado do capital tende a dar um sentido “entreguista” à nova racionalização do mundo, que se confunde com modernização e perpassa a totalidade da vida social como instância da produção de valor (pelo menos no plano do discurso ideológico dos valores-fetichismo, que obnubilam a intensa irracionalidade social). Nas últimas décadas, o aparato hegemônico neoliberal tem constituído um novo terreno ideológico, que impulsiona uma “reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”. (ALVES, 2011, p. 36).

Neste sentido, Antunes (2011, p. 28) sustenta que a acumulação flexível acarretou mudanças rápidas no desenvolvimento desigual na relação centro-periferia do capitalismo, “tanto entre setores como entre regiões geográficas” que até então eram consideradas como subdesenvolvidas. O toyotismo enquanto momento predominante e espírito da acumulação flexível possibilitou a superação da rigidez do fordismo, inaugurando uma nova fase de controle e exploração do trabalho.

Vale lembrar, ainda, que o processo de reestruturação produtiva se deu de maneira heterogênea na industrial e no setor de serviços, em alguns casos, houve combinação de características do novo modelo produtivo com práticas tayloristas-fordistas, sobretudo quando há um cenário propício para combinar aumento de lucros e de produtividade. Essas características podem ser observadas em empresas que incorporam novas tecnologias, sem eliminar postos de trabalho que, em geral, tende a ser manual, repetitivo e fragmentado, para os quais, tem sido ocupado majoritariamente por mulheres, enquanto postos de trabalho com maior inserção tecnológica e modernizado, tem sido ocupado para os homens (HIRATA, 2002).

Diversos pesquisadores, tais como: Chesnais (1996), Hirata (2002), Harvey (2012) tem apontado para uma diferença substancial no processo de reestruturação produtiva e organização da produção e de gestão da força de trabalho ocorridas nos países do “Norte” e os países do “Sul” do mundo. Tais diferenciações não significam que os padrões de indústrias instaladas nos dois hemisférios representam um atraso relacionado à estrutura dos países do “Sul” do mundo (especialmente os países da América latina e da Ásia), para Chesnais (1996, p. 35):

Hoje, todos os grandes grupos adotam essas técnicas; muitas vezes, suas operações no exterior (especialmente em países mais fracos) serviram de terreno de experimentação, antes de aplicar o sistema no país de origem ou em países vizinhos, pertencentes ao mesmo mercado triádico.

Desse modo, se estamos entendendo que o processo de reestruturação produtiva se deu de forma heterogêneo em todos os países e setores de atividades, também devemos considerar que as condições de vida e de trabalho acontecem de igual modo. Apesar da conjuntura de adoção de políticas neoliberais combinadas com processo de inserção de novas tecnologias e gerencia no ambiente de trabalho ser um fator que ocorre, em maior ou menor medida, em todos os países, a repercussão no processo de precarização das condições de vida e de trabalho se dão de maneiras diferentes de norte a sul do globo, embora tais mudanças atinjam o conjunto da classe trabalhadora: desemprego estrutural, formas de trabalhos instáveis, baixos salários, trabalho subcontratados, temporários etc., sua aplicação fica dependente do contexto de cada país e seus impactos diferenciam-se de acordo com o sexo e a cor do trabalho (CHESNAIS, 1996; HARVEY, 1994; HIRATA, 2002).

Neste sentido, as condições de trabalho instáveis e precárias têm crescido principalmente entre as mulheres, sua inserção no mercado de trabalho é caracterizada,

em grande medida, por postos de trabalho vulneráveis, de baixos salários e ausência de determinados direitos trabalhistas. Bem como, a desproporção dos salários já existentes em relação à remuneração masculina que é significativamente maior em todas as regiões do mundo, podendo ter uma diferença ainda maior na América Latina, sobretudo em postos de trabalho ocupados predominantemente por mulheres (HIRATA, 2002; 1994).

Portanto, o processo de reestruturação produtiva em resposta à crise do modo de produção capitalista, resultou em um novo modelo de acumulação, gestão e organização do trabalho. A incorporação de inovações tecnológicas e de práticas flexíveis de trabalho pautados no modelo toyotista ou modelo Japonês de produção, não eliminou a desigualdade entre os gêneros existentes nas relações de trabalho, pelo contrário, diversas pesquisas tais como: Hirata (2002; 1994); Kergoat(1986), tem apontado para um aprofundamento dessas relações, principalmente em relação aos salários pagos as mulheres e suas condições de trabalho.

No próximo item, então, iremos contextualizar o Brasil no processo de reestruturação produtiva, para em seguida, discutirmos as relações de trabalho presentes na indústria Ares Confecções.

2.3 Reestruturação produtiva e política neoliberal no Brasil

Para tratarmos da implantação da reestruturação produtiva no Brasil, consideramos importante traçar algumas características da expansão industrial do período de 1950 a 1970, com o objetivo de salientar o sentido histórico do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, bem como, seu impulso tomado sob a era neoliberal.

Em meados dos anos 1950 a 1964, com o plano de metas, sob o governo Juscelino Kubitschek, a política de abertura econômica e de investimentos: externo e interno transformou a estrutura econômica do país. Segundo Bielschowsky (1988, p. 466-467) “pela primeira vez, o planejamento econômico tinha efeitos decisivos sobre a economia”, com grandes intervenções em segmentos fundamentais, tais como, desenvolvimento da industrial pesada, setor de transporte, setor de energia, etc., para Alves (1998, p. 114) inaugurou, também, uma nova divisão internacional do trabalho com a chegada de multinacionais, bem como, um proletariado urbano-industrial de cariz

taylorista-fordista, além do “desenvolvimento do mercado interno” e de “novas classes assalariadas”, mudando radicalmente as estruturas de acumulação do capitalismo brasileiro, agora, sob uma base “moderna”, quer dizer, inserida no sistema capitalista mundial.

A modernização e a dinâmica das regiões metropolitanas acopladas ao desenvolvimento industrial, apesar de criar novas oportunidades de empregos no setor de serviços, não contribuiu para eliminar a concentração de renda e a pobreza cada vez mais evidentes com o processo de integração capitalista no Brasil, sobretudo em um período marcado pela ditadura civil-militar²⁰, segundo Furtado (1981, p. 42):

A evolução das estruturas sociais, refletida na concentração de renda, denunciava aspectos ainda mais negativos da orientação tomada pelo desenvolvimento. Ao contrário do que pretendia a escola de pensamento predominante, a concentração de renda não produziu elevação da propensão a poupar entre os seus beneficiários. Significou, sim, uma transferência de recursos de consumidores de baixo nível de vida para consumidores de rendas médias e altas, traduzindo-se em modificação na composição da cesta de bens de consumo em benefício dos bens mais sofisticados e menos essenciais (FURTADO, 1981, p. 42).

O período mais fértil do desenvolvimento capitalista brasileiro, de 1968 a 1973, alcançou índices impressionantes de crescimento. Denominado de “milagre econômico”, o crescimento industrial com base no setor de bens de consumo duráveis, em especial, o setor automobilístico, alcançou seu ápice com padrão de acumulação capitalista de característica desenvolvimentista, experimentando, a partir de 1974, uma grave crise no padrão de industrialização²¹, dado sua dependência de financiamento externo (ALVES, 1998).

[...] o influxo de poupança externa produziu a ilusão de flexibilidade, pois as indústrias podiam reequipar-se no exterior a níveis

²⁰ Segundo Bielschowsky (1988, p. 475), com o golpe civil-militar veio a instabilidade política e uma grande mobilização entorno das reformas sociais, “dificuldades monetárias, financeira e cambiais”, bem como, um declínio acentuado na taxa de crescimento. Diante desse quadro, o governo militar modificou o projeto inicial de industrialização do país, mais modesto, diante da crise inflacionária, crise na balança de pagamentos e a necessidade de reformas de base, o novo perfil industrial tinha característica reformista, com mais presença do Estado, empresas estatais, empresas privadas estrangeiras e empresas privadas nacionais, seu financiamento se dava por meio de investimento de capital externo direto de 1964 a 1966, abandonando o projeto de desenvolvimento autônomo.

²¹ No período desenvolvimentista, o desenvolvimento industrial tardio centrado nos bens de consumo duráveis, financiado pelo capital internacional via empréstimos, voltava-se para o mercado interno. A produção de mercadorias exigia a importação de bens de produção dos países de capitalismo mais desenvolvido, por meio de endividamento externo, cujo padrão da moeda é o dólar. Essa relação de dependência (tecnológica-produtiva), de necessidade do capital externo para o financiamento do desenvolvimento industrial, foi escancarada, o Brasil passava a importar mais do que exportava, gerando déficits na balança comercial e de pagamentos, recorrendo a empréstimos internacionais para amortização dos juros e rolagem das dívidas na balança comercial (ALVES, 1998).

tecnológicos superiores mediante a simples acumulação de uma dívida, cujo serviço logo escaparia à capacidade de pagamento no exterior do país. Assim, a dívida externa, que em 1964 era da ordem de 3 bilhões de dólares, já se aproximava dos 13 bilhões em 1973. A oferta de bens de capital beneficiou-se de um extraordinário aumento das importações de equipamentos: entre 1969-1974, a taxa de crescimento anual dessas importações foi, em termos reais, de 28 por cento. O conteúdo de importação do processo de acumulação voltou aos níveis de antes dos anos 50. Uma tal abertura seria positiva se houvesse a contrapartida de um fluxo de exportações de nível tecnológico superior ao das exportações tradicionais. Ora, no caso, a contrapartida era um simples processo de endividamento exterior. (FURTADO, 1981, p. 41).

O lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II-PND), em 1974, no governo Geisel, foi a solução imediata para retomar o ciclo de desenvolvimento industrial, levando a economia brasileira a um endividamento externo ainda maior, em função dos empréstimos adquiridos externamente. Segundo Alves (1998, p. 118), o projeto industrial do Estado desenvolvimentista redirecionou o padrão de industrialização do departamento 3: de bens de consumo duráveis, para o departamento 1: setor de bens de produção, diversificando o parque industrial com os setores: maquinários, siderurgico, petroquímico, alumínio, nuclear, etc, formando a indústria pesada. Desta forma, com o II-PND, o governo militar esperava resolver o problema de uma industrialização voltada para o mercado interno, imaginando que o “departamento 1 criaria, ao exportar-se, os meios de pagamentos internacionais, imprescindíveis para a reprodução capitalista no país”.

A tentativa de renovar e diversificar a matriz industrial brasileira com o II-PND, além de um projeto ambicioso, foi um projeto oposto a outros regimes militares na América-Latina, como, por exemplo, o Chile, que passa a implementar políticas de privatizações e um processo de desindustrialização adequando a economia ao novo padrão de acumulação de cariz flexível e ao cenário político-econômico internacional. As tentativas de reestruturar o parque industrial brasileiro, colocando-o, por completo, na segunda revolução industrial, mesmo diante de uma nova crise do capitalismo mundial, dificultou que o Brasil incorporasse o neoliberalismo ainda nas décadas de 1970 e 1980²² como ocorreu em alguns países latino-americanos (BOITO JÚNIOR, 1999).

²² Os movimentos de resistência da classe trabalhadora organizada também foram determinantes para frear a transição do neoliberalismo no período, as greves lideradas pelo movimento sindical em 1978 e 1979 no ABC paulista que, posteriormente, deram origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), contestou veementemente, não apenas a ditadura civil-militar, mas o rebaixamento das condições de vida e de trabalho, causados pela estagnação econômica do país, em uma década considerada perdida em função da crise. A força da mobilização dos trabalhadores impediu (em

No entanto, a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989, eleições que marca o início do processo de redemocratização brasileira, representa uma nova tentativa de inserção internacional do capitalismo brasileiro na busca de promover a reprodução interna do capital. Desse modo, foi feito ajustes neoliberais na economia para integrar o Brasil ao processo de mundialização do capitalismo²³. As ações tomadas no parque industrial brasileiro, por exemplo, impulsionou uma nova rodada de reestruturação produtiva – paulatina, que ganha força nos anos 1990 –, em busca de adequar-se a terceira revolução industrial. A abertura econômica e os incentivos de modernização tecnológica e de métodos gerenciais inseriu a indústria brasileira no circuito de concorrência internacional (ALVES, 1998).

Na realidade, no início da década de 1990 somente as grandes empresas brasileiras tinham condições de adotar inovações tecnológicas, em um processo bastante pontual e com grande defasagem em relação aos países de capitalismo desenvolvido ou mesmo em relação aos países Asiáticos ou latino-americanos, em contrapartida, os novos métodos de gerenciamento do trabalho e da produção, presentes, em maior ou menor grau desde o início da década de 1980, eram amplamente difundidos entre todos os portes de empresas (Grande, média e pequena) durante o governo Collor, garantindo ganhos de produtividade, eficiência e qualidade, logrando uma nova sociabilidade do trabalho, cuja característica principal é a cooperação e o envolvimento dos trabalhadores (ALVES, 1998).

A instabilidade política e econômica do governo Fernando Collor de Mello, muito em função da incapacidade de seu governo apresentar um horizonte concreto capaz de conter a inflação, levou a decomposição do seu governo por meio de um impeachment, Itamar Franco assumiu a presidência até as eleições de 1994. Fernando Henrique Cardoso (FHC) surgiu no cenário político como Ministro da Fazenda de

pelo menos uma década), por meio da pressão econômica, em uma conjuntura de instabilidade da economia brasileira – hiperinflação, recessão –, a incorporação de novas formas de gestão da produção e do trabalho, bem como, a adoção de políticas neoliberais (BOITO JÚNIOR, 1999).

²³ Com um amplo programa de privatizações, abertura econômica e congelamento de preços, a gestão Collor, trouxe, inicialmente, um equilíbrio relativo das contas públicas, de certo modo, um alívio resultante do processo de industrialização da década de 1970. Entretanto, o Plano Collor I e II foi incapaz de dar uma resposta ao problema inflacionário brasileiro, não conseguindo, de fato, completar a inserção brasileira no sistema capitalista mundial, em função do aumento do desemprego, déficits na balança comercial relacionada à importação, contração na exportação em função, também, da baixa qualidade dos produtos nacionais, desequilíbrio das contas públicas, falta de investimento externo, bem como, a falta de reforma do Estado como condição de sustentabilidade da reprodução do capitalismo no Brasil (BOITO JÚNIOR, 1999)

Itamar Franco. O sucesso do Plano Real em dar fim a um grande ciclo inflacionário brasileiro fez de Fernando Henrique Cardoso presidente, nas eleições de 1994. Contando com uma ampla base de apoio, sobretudo, da classe dominante e do capital estrangeiro, FHC encontrou respaldo para radicalizar a implementação das políticas neoliberais, durante seu governo (1994-2002), avançando nos processos de privatizações e fusões de empresas nacionais, financeirização da economia e na redução de gastos sociais, buscando recuperar o atraso brasileiro em relação aos países latino-americanos. Para Sader (2007), a escolha de estabilidade monetária do Plano Real teve um alto custo social, além do desemprego, informalidade e retração salarial, o endividamento das famílias e do Estado estrangulou o mercado interno e paralisou o desenvolvimento nacional.

Seu governo conseguiu estabilidade monetária de forma similar ao que foi conseguido em países como Chile, Argentina, Peru, com a particularidade que foi aplicada a taxa de juros real mais alta do mundo para atrair capitais financeiros que dessem fundamento a essa estabilidade política e ideologicamente a operação foi um sucesso com a reeleição de Cardoso, derrotando a esquerda por duas vezes, no primeiro turno. Econômico e socialmente, no entanto, foi um desastre: depois de elevar o poder aquisitivo dos setores mais ricos, concentrando renda na cúpula em detrimento das camadas médias, os mais pobres também começaram a perder poder aquisitivo de forma direta e pela transferência da maior parte da população para a economia informal, perdendo renda e direitos (SADER, 2007 p. 137-138).

É, portanto, nesse contexto de transformações neoliberais e de um novo complexo de reestruturação produtiva que o Brasil se integra, de fato, a mundialização do capital, ocorrendo importantes mudanças na base técnica industrial, com a inserção da microeletrônica, informática e a intensificação da automação, bem como, a descentralização produtiva e o surgimento de novos contratos de trabalho, tais como: trabalho temporário e a terceirização, etc. A nova lógica de produção enxuta resultou em um aumento da produtividade (através de programas de qualidade total, sistemas *Just-in-time/Kan-ban* e metas de produtividade) e queda na taxa de emprego (buscando fazer mais com menos) (ALVES, 1998).

2.3.1 Neoliberalismo e os impactos na indústria de transformação

Em meio à crise econômica brasileira em 1999, no segundo mandato de FHC, o Ministério da Indústria e do Comércio, criou o Fórum de Competitividade com vistas a fortalecer as cadeias produtivas²⁴, segundo Cano; Silva (2010, p. 5), contra as orientações do governo “que seguia vetando qualquer iniciativa de Política Industrial”. Uma vez que ações tomadas em seu governo relacionadas às ações industriais e combinadas às políticas de estabilização do Plano Real (endividamento público, déficits em transações correntes, câmbio valorizado e juros altos), resultou em “efeitos perversos sobre os níveis de produção, emprego e renda, além de desnacionalização de setores industriais, falência de muitas empresas e destruição de pedaços de várias empresas e segmentos do parque industrial brasileiro” (CANO; SILVA, 2010, p. 4).

Uma consequência do modelo adotado nos anos 1990, especialmente após o Plano Real, foi o aumento da vulnerabilidade externa do país, com a ampliação do déficit em transações correntes (efeito do longo período de valorização do real) e o aumento do passivo externo acumulado. Na área fiscal, com o elevado endividamento público, altas taxas de juros tornavam a situação ainda mais grave. Ademais, a combinação câmbio sobrevalorizado e juros altos são fortes inibidores do investimento produtivo e da retomada do crescimento econômico (CANO; SILVA, 2010, p.5).

Com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, após a vitória nas eleições presidenciais de 2002, a política macroeconômica de FHC foi mantida, Segundo Cano; Silva (2010, p. 6) tais políticas estavam “apoiadas na combinação do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante e a política de geração de superávit fiscal primário, visando a continuidade do controle inflacionário”, fixando a taxa de básica de juros a um patamar muito acima do previsto.

Com a desvalorização cambial e o baixo crescimento doméstico, a expansão industrial se deu pelos estímulos externos, por meio da recuperação da economia mundial e o *boom* de demandas das economias asiáticas, em especial a China (CANO; SILVA, 2010), esse impulso na economia possibilitou a formação de uma nova Política Industrial, Tecnológica, de Comércio Exterior (PITCE), que constituía:

De acordo com os documentos oficiais, a PITCE (consubstanciada em um conjunto de 57 medidas distribuídas em 11 programas de política) propunha-se articular três planos distintos: 1) *Linhas de ação horizontais* (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) *Opções estratégicas* (semicondutores, *software*, bens de capital e fármacos); 3) *Atividades portadoras de futuro* (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis).

²⁴ Vimos tais iniciativas para o setor de confecções no capítulo anterior.

Eram dois os macroprogramas mobilizadores: I) *Indústria forte* (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II) *Inova Brasil* (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas). Um plano de ação que explicitava como objetivos o aumento da eficiência da estrutura produtiva, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações. Esta seria a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil teria maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas e abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais (CANO; SILVA, 2010, p.7).

Buscando aproveitar o bom momento da economia internacional, o governo Lula não mediu esforços para incentivar a produção e exportação. Foram diversas as desonerações, zerado “as alíquotas de IPI para bens de capital”, elaborou-se “isonomia tributária entre produtos importados e produzidos no país aplicando aos primeiros a contribuição para o Cofins”, buscando incentivar a renovação tecnológica da base industrial com a “isenção da contribuição para PIS/Pasep e Cofins para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras que exportassem pelo menos 80% de sua produção” (CANO; SILVA, 2010, p. 8).

Para Cano; Silva (2010, p. 12-13), a política industrial desenhada pelo governo Lula, buscou abrangência e complexidade com focos específicos de ações em diversos setores, por meio de quatro frentes estratégicas:

- 1) “*programas para consolidar e expandir a liderança*” de setores onde o Brasil já é forte, em um total de 7 programas: aeronáutico; petróleo, gás e petroquímica; bioetanol; mineração; celulose e papel; siderurgia; e carnes.
- 2) “*programas para fortalecer a competitividade*”, com 11 áreas: complexo automotivo; bens de capital; indústria naval e cabotagem; têxtil e confecções; couro, calçados e artefatos; madeira e móveis; agroindústrias; construção civil; complexo de serviços; higiene, perfumaria e cosméticos; e plásticos.
- 3) “*programas mobilizadores em áreas estratégicas*”, abrangendo 6 programas: complexo industrial da saúde; tecnologias de informação e comunicação; energia nuclear; nanotecnologia; biotecnologia; e complexo industrial de defesa.
- 4) “*destaques estratégicos*”, contendo 6 programas: Promoção das exportações; Regionalização; Micro e pequenas empresas; Produção sustentável; Integração com a África; Integração produtiva da América Latina e Caribe.

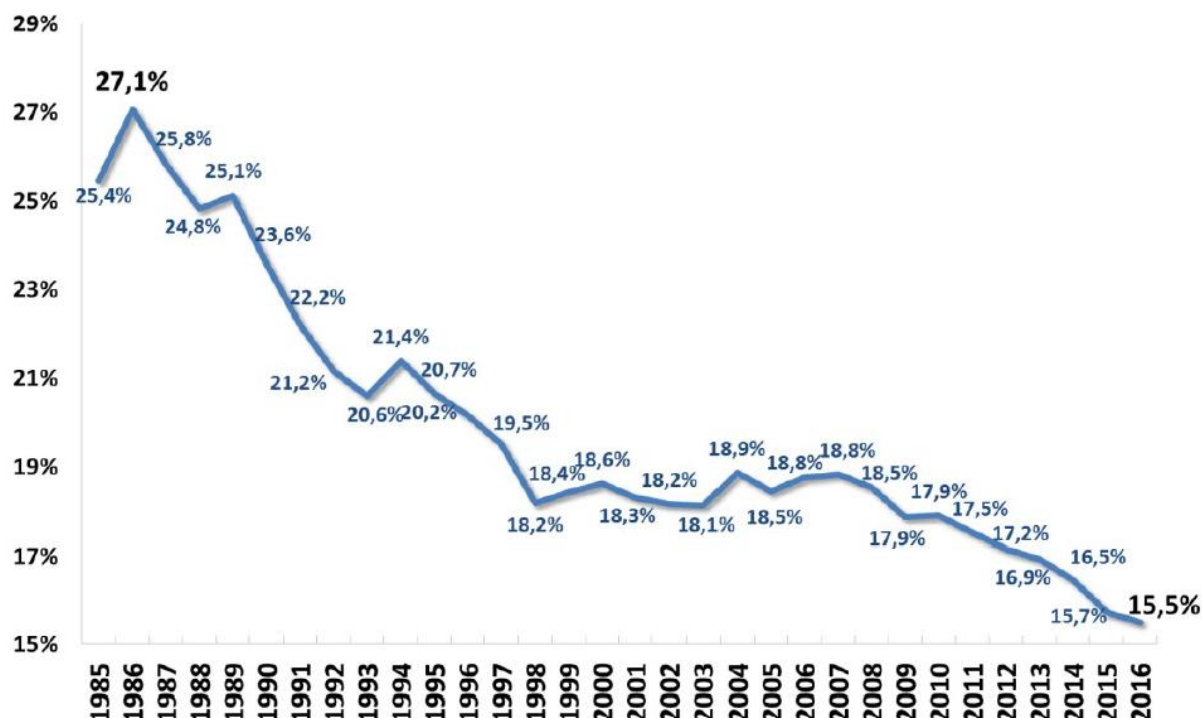
Com a eclosão da crise econômica mundial no fim de 2008, o projeto industrial do governo Lula estagnou, o novo contexto favorecia o mercado interno brasileiro, devido os “mercados de créditos em expansão puxando o crescimento da demanda doméstica” com grande endividamento das famílias (CANO; SILVA, 2010, p. 15). O governo investiu em políticas anticíclicas visando minimizar os efeitos da crise na

economia brasileira. Com políticas estratégicas como o desenvolvimento do PAC e o Minha Casa Minha Vida

Desta forma, para Cano; Silva (2010), o efeito da crise internacional em uma economia de câmbio valorizado foi à rapidez na contração de déficits em transações correntes, além de juros altos. Bem como, o processo de desindustrialização motivado, também, pela perda de espaço no mercado externo e interno, sobretudo para os mercados asiáticos.

Neste sentido, é possível verificar no gráfico 1 a evolução da participação da indústria de transformação no emprego formal brasileiro, especialmente entre os anos de 2003 a 2008, resultado direto de mudanças na conjuntura econômica internacional e de políticas industriais do governo Lula, chegando a aumentar sua participação 2004 (18,9%), havendo uma leve recuperação, em 2010, após a crise de 2008.

Gráfico 1 - Evolução da participação da indústria de transformação no emprego formal brasileiro (1985-2016)



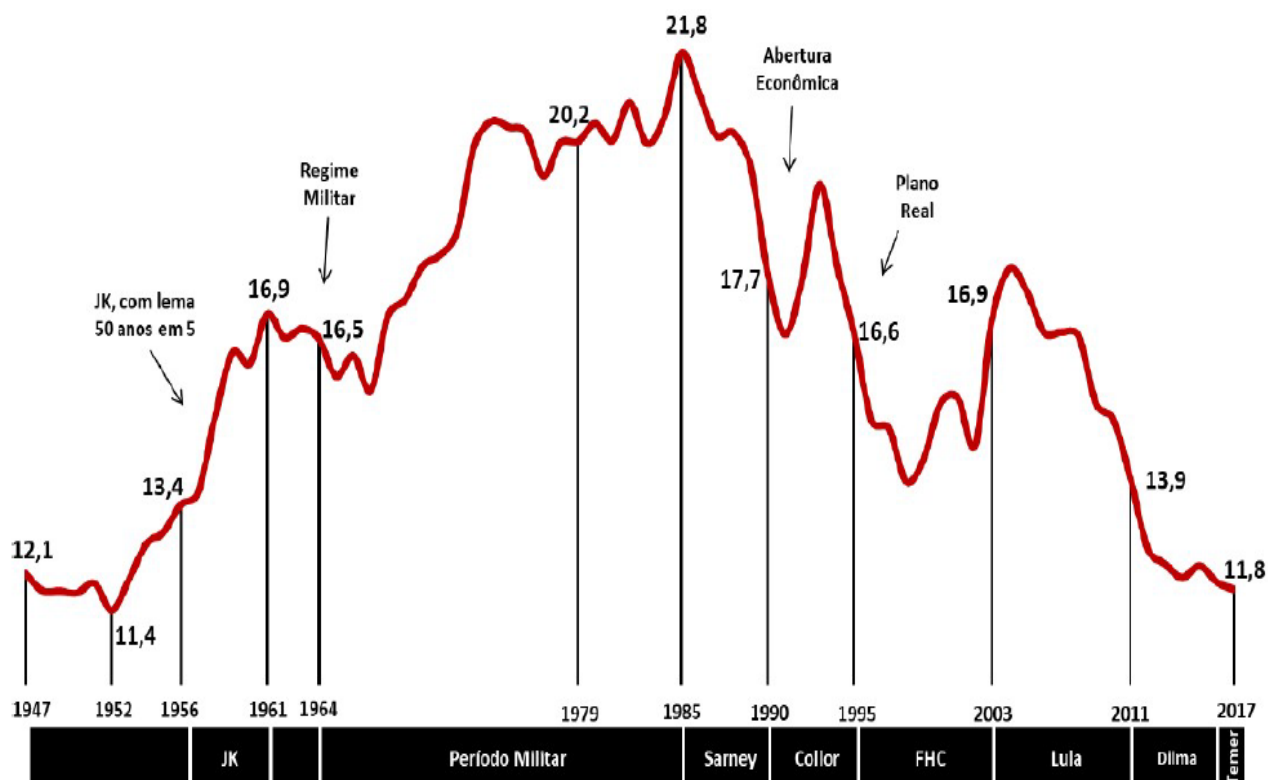
Fonte: RAIS-MTE. Elaboração: FIESP, 2019.

Mas quando se analisa a indústria de transformação, é claro a diminuição do seu peso no PIB a partir de 2004, acelerando a queda a partir de 2008 em diante. Neste sentido, a indústria brasileira de transformação teve sua maior participação no PIB em 1985, de 21,85%, como é possível ver no gráfico 2 abaixo, encolhendo cerca de 30% de 2004 a 2012, retrocedendo ao nível de meados dos anos 1950.

Para Camargo (2014, p. 245), o nível de desindustrialização brasileiro se compara a países de capitalismo avançado, na qual, é “considerado um processo ‘natural’ de desindustrialização, como uma etapa mais avançada do desenvolvimento econômico”, quando, por outro lado, enquanto um país em desenvolvimento, a dinâmica da indústria de transformação deveria caminhar em direção à expansão. O desempenho pífio da indústria brasileira tem se objetivado em perda da participação no mercado global, principalmente, segundo Camargo (2014, p.252), em setores considerados de baixa tecnologia, como a indústria têxtil e de vestuário, setores que “tem sofrido mais intensamente com os efeitos do câmbio apreciado e da concorrência externa, principalmente dos produtos chineses”.

Neste sentido, o processo de desindustrialização e de tendência de reprimarização da economia brasileira, se acentuou com a crise mundial de 2008 e o recuo do comércio mundial em 2009, “puxado pela crise nos países centrais e o crescimento da economia chinesa e sua presença cada vez maior nas importações de matérias-primas” (CAMARGO, 2014, p. 252).

Gráfico 2- Participação da Indústria de transformação no PIB (em %)



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: FIESP, 2019.

Assim, compreender o processo de reorganização da indústria, cujas dinâmicas, em função das inflexões conjunturais da crise econômica mundial de 2008 e seus repiques, repercutiram sobre as condições de trabalho e emprego no Brasil. Assim, no próximo capítulo, será possível visualizar com mais nitidez as consequências dessas transformações.

CAPÍTULO III: TRABALHO, ADOECIMENTO E DESCARTABILIDADE HUMANA

3.1 Flexibilidade do trabalho

A composição industrial do setor de confecções de Auriflama alterou-se ao longo da última década, acompanhando as mudanças percebidas em todo Estado de São Paulo após a crise econômica mundial de 2008. Nesta não houve uma diminuição substancial em relação ao número de empresas de grande porte, em contraste com as pequenas e médias empresas. O que explica esse movimento contraditório foi à utilização da terceirização como a principal forma de flexibilização do setor, de pequenas empresas realizando trabalhos para empresas maiores.

Durante a realização da pesquisa em Auriflama, analisando o processo de reestruturação produtiva das grandes empresas do pólo industrial de confecções de Auriflama, constatamos que a empresa Ares Confecções foi a única a não adotar a terceirização como prática de redução de custos e aumento da produtividade. Para tanto, a empresa combinou formas de gestão como principal mecanismo para auferir tais ganhos. Os depoimentos das trabalhadoras demonstram que o controle sobre o trabalho passou a ser mais rígido, o trabalho passou a ser organizado em grupos, consistindo em maior comprometimento e envolvimento das trabalhadoras em relação à produtividade, colaboração e qualidade dos produtos, uma vez que a empresa sustenta, enquanto subsidiária, contratos com diversas multinacionais.

Caracterizada como uma grande empresa, empregando acima de 500 trabalhadores, predominante entre eles, a força de trabalho feminina, a Ares Confecções, hoje, subsidiária de diversas multinacionais do setor de confecções de moda íntima feminina, já atingiu um total de 1.500 funcionários diretos entre os anos de 2001 e 2003. A empresa passou, após a crise econômica internacional de 2008, por um novo rearranjo produtivo lento, reduzindo drasticamente o número de funcionários, chegando, em 2010, a cerca de 500 trabalhadores diretos.

Após a demissão massiva dos funcionários, a empresa adotou índices desejáveis de produtividade e qualidade, os funcionários devem atingir o mais próximo de 100%

nos dois índices. Para garantir a qualidade e a produtividade próximo aos 100%, a empresa retomou o programa de treinamento e qualificação dos funcionários em parceria com o SENAI com vistas a atender as necessidades da empresa. Um dos mecanismos para alcançar as metas de produtividade é a organização do trabalho em equipe.

Para Durand (2003, p. 148), o trabalho em equipe (*teamwork*) carrega, marcadamente, os seguintes elementos: (1) fim dos postos de trabalho individuais; (2) responsabilização coletiva pela quantidade e qualidade produzida; (3) maior polivalência dos empregados; (4) aumento das pressões dos pares sobre cada indivíduo decorrentes da organização e responsabilidades coletivas e (5) a criação do *teamlider*, funcionário que assume, por pequena diferença salarial, uma liderança sem poder hierárquico delegado.

No que se refere aos postos cujos trabalhos são organizados de forma mais próximo ao *teamwork*, um dos exemplos é o do trabalho da Sofia²⁵, costureira na Ares Confecções.

Assim, eu trabalhava de costureira em um grupo de 20 pessoas, porque é em grupos, né. Cada grupo tem uma quantidade de pessoas, 20, 22, 23, dependendo do dia, tipo, se vai sair mais serviço, tinha mais pessoas... aí quando outro grupo precisava você é emprestado para outro grupo, é assim que funciona.

Este também é o caso de Vivian²⁶ que trabalha no setor de embalagem da Ares Confecções, Vivian explica o funcionamento do trabalho em equipe (*teamwork*), para multinacional Adidas, no setor de embalagem.

Olha, eu trabalho no setor da Adidas, na empresa temos umas 19 fábricas lá dentro. É complicado trabalhar para Adidas porque ela exige muito da gente, tudo precisa ser anotado em uma lousa que temos no setor, e lá é marcado todas as peças, as que têm defeitos, as peças de reprocesso e a quantidade de peças boas que enviamos para Adidas, temos que marcar quais são os também defeitos, tipo, canhão estourado, se é um problema em uma tira dobrada ou se é uma tira suja, se a peça foi picotada na hora do arremate, tudo precisa ser marcado e nisso nós calculamos uma porcentagem de peças boas e com defeito, tipo assim, temos uma meta de 120 peças por hora, nos estamos conseguindo soltar somente 100 peças por hora, então nós calculamos essa média entre o que estamos soltando e o que faltou e isso dá uma porcentagem, por exemplo, estamos soltando de meta

²⁵ Entrevista realizada em 18/01/2020. Sofia é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.

²⁶ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.

87%, e eu já faço isso fazem uns 9,anos, faz uns 9 anos que estou na Adidas, no grupo da Adidas.

Pesquisador: Então existe um setor de embalagem só para adidas?

Isso mesmo, no meu setor tem tudo só para Adidas. Funciona assim, por exemplo, temos uma embalagem de biquíni, algumas coisas a Adidas já manda pra nós, como as tags que já vem as cores escritas do biquíni, daí as meninas fazem os códigos de barras, nós etiquetamos tudo e colocamos em um saquinho e passamos durex e pregamos a etiqueta. Mas assim, tem que prestar muita atenção porque as vezes tem cores como: branca de tiras pretas, azul de tiras vermelhas, daí você tem que prestar atenção no que está fazendo, porque na tag já tem as cores escritas e tem que ter habilidade para as cores não irem erradas. É aquilo, não existe serviço fácil lá dentro, né, todos tem responsabilidade lá, mas eu penso assim, trabalhar na embalagem é difícil porque exigem muito da atenção da gente, assim, se a gente erra, tipo uma referência que tem umas mil peças do tamanho M, uma OP inteira tem quatro mil peças, porque é mil peças por tamanho, se estiver uma peça P no meio do M ou uma peça G no GG porque é mais fácil de confundir, e se a gente embala errado, sem ter prestado atenção e a fábrica envia para Adidas, quando eles ver que tem coisa errada eles devolve o pedido todo.

Pesquisador: E quando eles devolvem tudo, acontece alguma coisa para empresa?

Eles devolvem tudo e multa a empresa. O patrão tem que pagar a multa por isso ter ido errado e pagar de novo para poder enviar para Adidas de novo. Daí temos que revisar tudo, abrir peça por peça, caixa por caixa, olhar todos tamanho achar os que estiverem errados para poder embalar tudo e mandar pra Adidas de novo, é muito complicado, né, porque isso quer dizer que não tivemos responsabilidade, né, então a gente precisa ficar sempre em alerta pra não errar, e as vezes acaba trazendo problema do serviço pra casa, você fica preocupado, sabe, você chaga em casa e fica com a sensação que alguma coisa pode ter ido errado. E quanto você chega no fim da OP e tem uma etiqueta sobrando, meu Deus, eu fico doidinha, porque é só no outro dia para saber se tem peça de outro tamanho, mas você fica, aí que que vai acontecer? Tipo eu fico preocupada, você vai para casa preocupada, com isso daí. Isso aconteceu esses dias atrás, falei pro meu marido: bem do céu acho que fiz uma cagada no serviço, não é possível, tinha uma peça de um tamanho e sobrando uma tag de outro. Aí, tipo, você tem que marcar a caixa, avisar o gerente, e a líder do grupo, falar o que aconteceu e pedir autorização para ir lá em baixo para poder conferir tudo, daí vira um transtorno porque os menino da expedição precisa abrir todas as caixa, e achar o erro.

Pesquisador: E quando do pedido ir errado e o pedido volta, tem consequências para vocês?

Ah, eles ficam bastante bravos e começa a cobrar mais responsabilidade da gente, né, porque tipo, esses erros dá prejuízo pra eles, né. Graças a Deus eles não cobram nada da gente quando isso acontece, porque, olha, aqui dentro tem empresas que quando você erra assim, eles descontam o sedex sabe, porque nessas empresas você não pode errar, não, eles são mais exigentes que a Adidas.

Pesquisador: Você disse que lá tem quantas empresas?

No total tem umas 19, pra você entender melhor, são 19 grupos e cada grupo trabalha para uma empresa diferente, por exemplo, eu só trabalho com as coisas da Adidas, tem grupo só com a Track Field, ou só com a Avon, isso varia, entende?

Pesquisador: Vocês produzem até para Avon?

Vixe, um monte de empresa produz peças lá, as calcinhas e sutiã são produzidos lá, como eu estava falando, cada um tem que ter muita responsabilidade ali, sabe, porque, tipo, tem empresa lá dentro que cobra mesmo, assim, pra você entender, vocês mandaram as peças tudo errado? Vou descontar do seu salário. Aí é aquilo que te falei, tem que revisar tudo e mandar de novo, e é tudo descontado das meninas, entendeu? Daí é aquele negócio, né, você vai pra casa com a cabeça cheia, né, então você tem que estar sempre atendo, um minuto de descuido sai coisa errada. Assim, quando você vê na hora, assim, beleza, o ruim é quando tá encaixotado aí os pessoal te liga, oh, tá faltando tal peça, tá sobrando tal, aí o bixo pega heim.

Os exemplos mostram que a diminuição individual do ritmo de trabalho não implica na diminuição da meta a ser alcançada pelo grupo no fim do expediente. Assim, a meta diária aparece como imperativo para que as trabalhadoras organizem a partilha do tempo, absorvendo queda na produtividade durante a jornada de trabalho e o tempo de banheiro. Dessa forma, a organização do trabalho em grupo e suas responsabilidades coletivas, Segundo Durand (2003, p. 148) “aumentam as pressões dos pares sobre cada indivíduo: atrasos, ausências repetidas, cansaço ou fracas performances não são mais dependentes ou invocadas pelo chefe, mas pelo grupo, que pode ver suas performances reduzidas ou a parte de trabalho de cada um aumentar”, tencionando as relações sociais de convivência, como mostra o depoimento de Sofia²⁷ abaixo:

Entrevistador: e qual a sua relação com seus colegas de trabalho?

²⁷ Entrevista realizada em 18/01/2020. Sofia é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.

É que nem eu te falei, depende das pessoas, tem uns bom e outros ruim... eu tentei ajudar muitas pessoas e as pessoas que eu tentei ajudar, me derrubou pra baixo... quer subir nas tuas custa... você sabe que em empresa você encontra muito isso... então quando uma pessoa queria me humilhar, pra mim dentro daquela empresa ela não existe mais, tipo assim, eu sou boa mas eu tenho um gênero do cão... se a pessoa faz o bem pra mim eu vou retribuir sempre com o bem, mas se tentar, me passar por cima, eu simplesmente deixo ela do lado ali e pra mim ela não existe mais... se ela vier conversar comigo eu até responderia né, como já chegou a acontecer, mas eu ir lá, chegar, puxar assunto, pra mim não, ela morre ali, como já morreu um monte lá dentro comigo... pessoas que eu tentei ajudar, no final, tentou me puxar pra baixo, esse tipo de pessoa eu elimino do meu, meu, como é que fala? Da minha vida. Mas tinha outros que a minha amizade ficou muito boa, vixe, até hoje, foram muitos que foram excluídos da minha vida, mas a maior parte ficou minha amizade lá dentro.

Para Alves (2010) o toyotismo possuem ferramentas psicológicas que implicam em uma carga ideológica e comportamental nos trabalhadores, assim, as práticas de organização do trabalho podem ser identificadas quando os trabalhadores passam a reproduzir aspectos operacionais e motivacionais no ambiente de trabalho. Dessa maneira, a organização do trabalho consegue a disciplina e o envolvimento dos trabalhadores de forma voluntária, sobretudo por meio do *teamwork* “trabalho em equipe”, porque exige uma avaliação constante de si e dos outros, mantendo a estrutura de intensificação laboral.

[...] A ideia de *team* é meramente uma farsa é meramente uma farsa para ocultar o que denominamos de “manipulação reflexiva”, manipulação sistêmica invisível e onipresente pela qual, por um lado, o operário e o empregado vigiam (e avaliam) o Outro-próximo-de-si, o Igual concorrente que compartilha os mesmos valores particularistas a serviço do capital; e, por outro lado, ele, o trabalhador assalariado, vigia (e avalia) a si mesmo de acordo com valores-fetiches compartilhados (torna-se “carrasco de si mesmo”) (ALVES, 2010, p. 46).

Neste sentido, para Antunes (2011, p. 249), a flexibilização do trabalho “em verdade expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho”, devendo sempre ser ágil para conseguir cumprir as metas produtivas, isso fica demonstrado nos relatos de Vivian²⁸:

Olha, nós temos uma meta diária de produção, sabe, tipo assim, tenho que bater a meta de 120 peças por hora, e estamos batendo uma média de 105 peças por hora ou 95 peças por hora, aí o que faltar a gente tem que fechar no outro dia, para você entender melhor, tipo, tem mais de 400 um cubículo, são 23 funcionários por grupo e cada um tem a sua líder, suas costureiras, suas embaladeiras, aí cada um tem que dar

²⁸ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.

conta das suas metas, entendeu, o meu grupo tem que embalar e soltar 120 peças por hora, entendeu?

Pesquisador: Vocês tem controle de qualidade? Como funciona?

Então, o controle de qualidade entra nos grupos de hora em hora, eles olham as máquinas, verificam como as peças saem das máquinas, assim, eles olham tudo, olham tamanho, as cores, se é a cor da linha correta mesmo, o tamanho dos pontos nas peças, porque como eu disse, a Adidas é muito exigente, tudo tem que ser feito pelo modelo deles, aí o controle vê se tem os 5 pontos certinho, se tem ponto estourado, cortado ou para o lado, se tem tiras do lado errado, porque não pode passar nada errado, isso tudo quando o controle tem tempo, por você sabe, é muita coisa lá dentro, então não pode passar nada, porque a adidas é exigente, ela é exigente.

O aumento da produtividade no trabalho flexível tem relação direta com os padrões de exigência do modelo gerencial utilizado na fábrica de confecções, bem como, o dispêndio de energia gasto nas múltiplas tarefas desempenhadas pelos trabalhadores com alto grau de qualidade e disciplina. Neste sentido, o *team work* cumpre um papel importante na disciplina dos trabalhadores para garantir a produtividade, pois esse método passa uma sensação de autonomia aos trabalhadores, bem como, a individualização das exigências transmitindo a ideia de que erros são inadmissíveis, além de uma necessidade constata de melhoramento para não correr o risco de ser avaliado pelos membros do grupo de trabalho.

Um dos elementos importantes do rearranjo produtivo e do treinamento elaborado pelo SENAI foi uma mudança comportamental dos trabalhadores. A orientação da empresa no treinamento foi de convencê-los da importância deles, os funcionários, para o crescimento da empresa, tendo como contrapartida a manutenção dos empregos, como mostra o depoimento da Sofia²⁹ abaixo:

Entrevistador: precisa ter alguma habilidade para fazer o seu trabalho?

Ah.... a capacidade né, porque se não... não dá conta, não dá. E vontade, força de vontade, se não tiver força de vontade num lugar daquele você não vai...

Entrevistador: por que você fala isso?

Eu faço assim... porque, você tem pessoas que pesam assim, eu vou arrumar emprego, ela quer arrumar emprego, mas não quer trabalhar, entendeu? Eu acho que pra você dar certo em uma empresa você tem que trabalhar, você tem que entender o lado deles e eles também entender o seu lado, né? Não adianta eu entrar numa empresa pra ficar

²⁹ Entrevista realizada em 18/01/2020. Sofia é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.

lá sentado numa máquina, não. Tem que dar o máximo que eu posso pra ajudar eles, né? Porque eles estão me pagando não é à toa, né?

A busca pelo envolvimento dos trabalhadores possui um aspecto emocional que pretende, com isso, que os trabalhadores, de forma voluntária, abracem a ideia de “vestir a camisa da empresa”, e quando se trata da empresa Ares Confecções, sem auferir quaisquer ganhos que motivem a produtividade individual ou coletiva, mesmo a empresa a empresa avaliando os funcionários pela modelo de competência que busca na qualificação/habilidades, nos resultados objetivos do trabalho, no engajamento individual e coletivo de trabalho, na disponibilidade e a polivalência, a lealdade dos funcionários, conforme relata Vivian³⁰ abaixo:

Entrevistador: Você disse que trabalham em grupos, há alguma bonificação quando bate a meta?

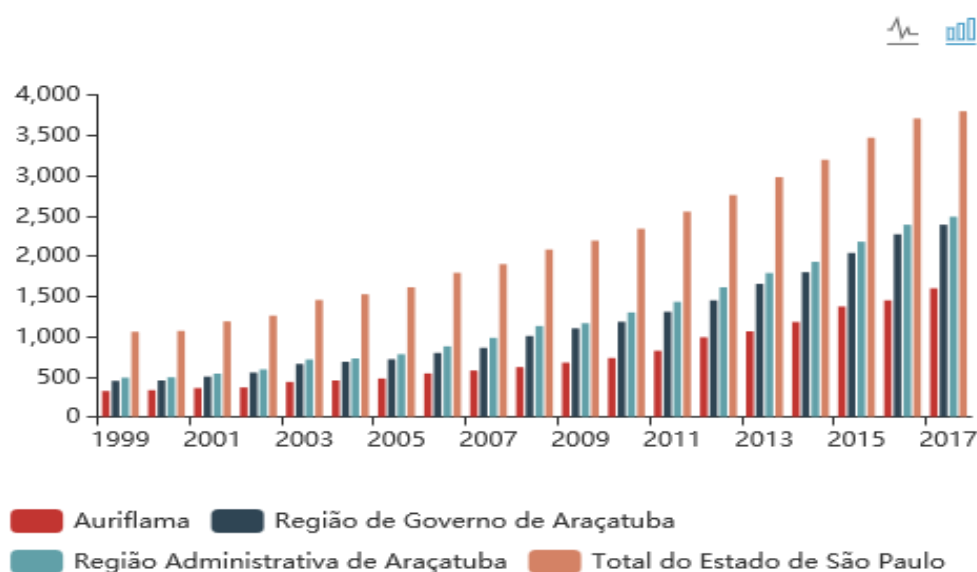
Não, não têm bonificação... Só o salário e a cesta básica mesmo.

Segundo Braga (1996), os processos de flexibilização do trabalho no Brasil podem ser traduzidas como um processo de reorganização do capitalismo cujo resultado é o aumento da exploração do trabalho por meio do aumento do rigor dos padrões de performance, qualidade e intensificação do trabalho, evidenciando a fragilidade salarial, bem como, a queda da estabilidade e a qualidade do trabalho como consequência em termos de precarização do trabalho.

Segundo os dados da fundação SEADE (2015), o rendimento médio dos empregos formais, em reais, na indústria de Auriflama, na série histórica comparativa com a região administrativa de Araçatuba e o Estado, de 1999 a 2015, ficou bem abaixo em relação à região administrativa de Araçatuba, cujo rendimento médio em 2015 ficou um pouco acima dos 2 mil reais, e do Estado, que teve média um pouco acima dos 3.500 reais, a média salarial de Auriflama, para os empregos formais da indústria ficou próximo aos 1.500 reais, conforme pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 3- Rendimento médio dos Empregos Formais da Indústria (em reais correntes) 1999- 2017

³⁰ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE Relação Anual de Informações Sociais – Rais

Desta forma, Antunes (2009, p. 249) argumenta que a flexibilização produtiva é um importante potencializador dos lucros capitalistas, tanto por meio dos mecanismos de gestão, que repercute “no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico”, quanto por meio do uso das tecnologias que rompem as barreiras de tempo e espaço, por meio da telemática e unidades produtivas interligadas em rede. Neste sentido, os relatos das entrevistas mostram que grandes marcas, tais como: a Estadunidense (Avon e Track Field) a Alemã (Adidas), a Holandesa (C&A), a Japonesa (Mizuno) e a Brasileira (Riachuelo) estão conectadas à empresa, fazendo parte dos 19 grupos produtivos no interior da fábrica Ares Confecções, esses relatos revelam a complexidade do capitalismo globalizado e a transnacionalização do capital e seu sistema produtivo.

Neste sentido, a reorganização do trabalho sob a perspectiva neoliberal implica em uma nova divisão internacional do trabalho com grandes mudanças espaciais das atividades produtivas, com a centralização dos setores, como: financeiros e criativos, em países centrais e a manufatura em países periféricos, na qual, a intensificação do trabalho é somente uma face do processo de flexibilização do trabalho. Podendo ser compreendida com um dos desdobramentos da análise de Marx em *O Capital*: “[...] vê-se, assim, o impulso imanente e a tendência constante do capital a aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, com ela, o próprio trabalhador” (MARX, 2013, p. 394).

Em seus estudos sobre a intensificação do trabalho, Dal Rosso (2008, p. 42) entende que:

[...] a condição pela qual se requer mais esforço físico, intelectual ou emocional de quem trabalha com o objetivo de produzir mais resultados, consideradas constantes a jornada, a força de trabalho empregada e as condições técnicas. A dimensão da intensidade distingue-se, pois, de outras condições como produtividade e precariedade.

Para Dal Rosso (2008, p. 43), a intensidade do trabalho na sociedade contemporânea possui um caráter sociológico que vai além das questões físicas e emocionais, compreendendo, neste sentido, a intensificação do trabalho como uma dinâmica que compreende a inserção técnica e tecnológica no processo produtivo, mas também, os modelos organizacionais, com a redução da porosidade e do tempo de trabalho.

Sociologicamente, o significado da questão da intensidade está no fato de que não se trata de um evento individualizado e sim de uma condição geral do trabalho contemporâneo, fixada em regras e normas de conduta, em habitualidade, constituindo um padrão de organização que, portanto, independe dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador. Como quaisquer outras condições de trabalho, o grau de intensidade de uma atividade resulta das relações que entre si estabelecem entre si trabalhadores e empregadores.

Tais características ligadas ao processo de intensificação do trabalho implicam em exaustão física, psíquico e emocional dos trabalhadores, como foi possível verificar nas entrevistas, trabalhadoras adoecidas física e psiquicamente.

3.2 O adoecimento físico e psíquico

A análise do processo de trabalho na fábrica de confecções têxteis que esta pesquisa se propôs a fazer contempla uma investigação a partir da percepção dos próprios trabalhadores, visando compreender as consequências destes processos sobre a força de trabalho. Isso porque as transformações tecnológicas e organizacionais da empresa Ares Confecções, não resultam simplesmente em uma melhor colocação da

empresa no mercado, mas, também, afetam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, implicando em adoecimentos físico e mental.

A intensificação do trabalho produz níveis elevados de desgaste físico, a exigência diária dos músculos produz, ao fim da jornada de trabalho, um corpo fadigado que necessita completar o ciclo diário e mensal de trabalho para garantir o salário, ou em outras palavras seu meio de sobrevivência. As marcas do cansaço imprimidas no corpo são amenizadas, muitas vezes, pela utilização frequente de fármacos, esconde-se o cansaço, ameniza as dores e gestiona o sofrimento.

Na embalagem o serviço é muito repetitivo, temos que etiquetar as peças bem rápido, sabe, então é sempre os mesmos movimentos, tipo, pega a peça por na mesa verificar o tamanho etiquetar, dobrar a peça e ensacar e fechar o saco, aí você pensa, são 120 peças por hora, se for ver bem dá umas mil peças por dia, então meu corpo todo dói porque passo o dia todo em pé, então dói as costas, a mão, o braço, as pernas, daí eu tomo uns remédios se não não aguento trabalhar no outro dia³¹

Vivian continua seus relatos demonstrando o sofrimento que é trabalhar sentindo dores, o motivo de se sujeitar a trabalhar nessas condições é o fato de ter estourado o limite de um atestado médico: *“assim, eu penso que quando estamos doentes é um direito nosso poder ir ao médico para poder se tratar, mas a empresa não quer mais pegar atestado, então tem que ir trabalhar, né, se não desconta o dia perdido”*, o trabalho rouba a subjetividade do trabalhador negando-o o direito biológico, estar adoecido, dedicar de forma integral o corpo, a mente e o tempo livre para empresa, para a produção e reprodução do capital (ANTUNES, 2011).

Mas assim, como te falei, meu trabalho é muito repetitivo, é muita cobrança todo dia isso mexe muito com a cabeça, né, porque você acaba pensando só naquilo todo dia e isso vai estressando, sabe, aí você traz os problemas do serviço pra casa e você dorme e acorda pensando naquilo³².

Segundo Dejours (1992, p. 74), os ritmos de trabalho produzem medos que “destrói a saúde mental dos trabalhadores de modo progressivo e inelutável” um dos trechos da entrevista com a Vivian³³ ilustra as rupturas causadas pelo “estranhamento do sujeito com seus produtos, do sujeito com a sociabilidade e do sujeito consigo mesmo” (SAMPAIO; CODO; HITOMI, 1995, p. 96), expresso em novos comportamentos que não possuem uma frequência cotidiana, indicando o esgotamento mental.

³¹ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

³² Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

³³ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

Pesquisador: Ao longo dos seus anos de trabalho, houve alguma situação em que algum colega de trabalho passou por algum tipo de adoecimento psicológico dentro da empresa?

Vivian: Houve sim, conheço muitos colegas que entraram em depressão por trabalhar lá, sabe, tem que ter muito equilíbrio senão a gente fica doido com tanta cobrança, mas assim, uma vez uma mulher começou a gritar, pegou uma tesoura, meu, foi pra cima da líder, mas assim, não sei o que era, se foi por causa do serviço, sabe, só sei que o povo tava correndo, grudou nela para tirar a tesoura, se não a mulher ia pegar a líder, Deus me livre, rapaz.

Sofia³⁴ fala sobre sua experiência em trabalhar adoecida, depressão decorrente do trabalho realizado:

A minha doença, foi, assim quando eu pedi afastamento da empresa, já vai fazer um ano, eu não queria ficar mais lá dentro, sabe? Eu, eu não tinha mais cabeça pra continuar lá dentro, só de chegar perto da empresa eu já ficava ruim... não sei, a sensação de ficar trancada num lugar que você tem que ficar com a cabeça baixa, você tem que prestar atenção no teu serviço e você não tá com o seu psicológico bom pra você aguentar tudo aquilo.... você sabe que empresa.. igual eles, eles exige a meta e você tem que trabalhar, você tem que dar produção, você tem que... como é que é? Fazer um bom serviço... e quando você não está com o seu psicológico bom você não dá, você não faz... eu chegava lá dentro me dava angustia, me dava vontade de chorar, eu não queria ver ninguém, eu não queria conversar com ninguém..

Os depoimentos acima demonstram situações insustentáveis de sofrimento físico e psicológico, rompendo as barreiras do silêncio. Para Barreto e Heloani (2013), nem sempre os elementos que constituem o adoecimento torna-se visível, frequentemente o silêncio torna-se uma estratégia de sobrevivência e de resistência para manutenção do trabalho.

Deste modo, a doença e a dor tornaram-se um estorvo que deve ser ocultado. Essa prática é comum no meio operário e resulta da vivência imposta por normas disciplinadoras que submetem os corpos à voracidade produtiva do capital. Suportar e ocultar a doença e o sofrimento impostos constituem estratégias de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 110).

Alguns fatores relacionados à organização do trabalho, responsáveis pela situação de sofrimento e esgotamento em função do trabalho, apesar do silêncio dos trabalhadores, possuem manifestações psicossomática, podendo ser identificados:

³⁴ Entrevista realizada em 18/01/2020. Sofia é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

[...] como exemplos do sofrimento do trabalho em empresas hoje: irritação; angústia ante as pressões do trabalho; insatisfação de todas as ordens devido a certas condições de trabalho; cefaleias; insônia; obesidade; alergias; quedas de cabelo etc.[...] (BARRETO; HELOANI, 2013, p. 113).

Vejamos agora um trecho da entrevista que realizamos com Daniela³⁵, esse trecho da entrevista corrobora em paralelo com a fala de Sofia, evidenciando que essa forma de produzir adoece. Sofia e Daniela trabalharam 12 anos no setor da costura, os ritmos de trabalho intensos e as maratonas para cumprir as metas diárias de produtividade levou o corpo ao seu limite, deixou sequelas.

Eu trabalhei lá 12 anos na costura, depois eu peguei o problema na mão, tive que fazer operação nas duas mãos, então eu fiquei encostada por 6 meses, assim que voltei ao trabalho, trabalhei por um mês aí eles acharam que eu não servia mais para trabalhar na empresa e fui mandada embora.

Pesquisador: Eles deram algum tipo de apoio?

Eu só recebi o meu salário e o acerto, mas assistência médica não, nenhuma, tanto que minha mão não ficou 100% de novo, como era, eu não tenho mais firmeza na mão, porque lá a gente faz muito movimento repetitivo, sabe, aí eu fui diagnosticada com túnel do carpo, aí dependendo do que tenho que fazer minha mão dói, aí eu não dou conta de trabalhar mais.

Para Dejours (1992) a perda de controle das ações do próprio corpo representa uma relação entre experiência de trabalho e o sofrimento mental, na qual, o adoecimento contraído em função do trabalho impediu por definitivo outras atividades comuns da vida social, inclusive a procura de um novo trabalho.

[...] Quando se está doente, tenta-se esconder o fato dos outros, mas também da família e dos vizinhos. É somente após longas voltas que se chega, às vezes, a atingir a vivência da doença, que se confirma como vergonhosa. Bastou uma doença ser evocada para que, em seguida, venham numerosas justificativas, como se fosse desculpar. Não se trata da culpa no sentido próprio que refletiria uma vivência individual, e sim de um sentimento coletivo de vergonha: “Não é de propósito que a gente está doente”. Maciçamente, com efeito, emerge uma verdadeira concepção da doença, própria ao meio. Concepção dominada pela acusação. Toda doença seria, de alguma forma, voluntária: “Se a gente está doente, se sente julgado pelos outros”. Acusação cuja origem não se conhece claramente, acusação pelo grupo social no seu conjunto. Essa atitude em relação à doença pode ir muito longe: “Quando um cara está doente, acusam esse cara de passividade”, e se ele se afunda mais na doença e no sofrimento, é porque ele quer e porque ele cede à passividade. A associação entre

³⁵ Entrevista realizada em 17/01/2020. Daniela é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

doença e vagabundagem é característica do meio [...] (DEJOURS, 1992, p. 29-30).

Oliveira e Barreto (1997, p. 84), argumentam que as novas formas de organização flexível do trabalho têm contribuído para o aumento de patologias de hipersolicitação, as chamadas lesões por esforços repetitivos (LER), desse modo, o autor enumera uma série de consequências que tem contribuído para o agravamento de LER entre os trabalhadores: a) Introdução de novas tecnologias, alteração na organização do trabalho, modificação no processo produtivo, tarefas fragmentadas e de alta repetitividade, ritmo acelerado, polifunção, hierarquia e pressão, exigência de produção, sobrecarga muscular estática, jornadas prolongadas e ausência de pausas no trabalho; b) História ocupacional (anamnese): referência à repetitividade da tarefa; c) Sintomas e sinais localizados nos membros inferiores e superiores; d) Invisibilidade laboratorial: os exames realizados, quando positivos (30%), apontam para a gravidade da doença.

A densa jornada de trabalho marcada pela flexibilidade no cotidiano laboral e seus diferentes mecanismos que buscam o envolvimento dos trabalhadores na busca dos altos índices de produtividade, assumem desdobramentos que extrapolam as capacidades física e mental dos trabalhadores, abrindo as portas para o adoecimento e consequentemente para exclusão do mundo do trabalho. Cabe, talvez, rememorar o personagem *Gregor Samsa* do clássico livro de Franz Kafka: *A Metamorfose* (KAFKA, 2009). O personagem Kafkiano quando incapacitado para o trabalho devido sua transformação em um inseto, foi condenado ao não-trabalho e responsabilizado pelas mazelas que sua família enfrentava naquele momento, Gregor era o único membro da família que possuía um emprego e seu trabalho era fundamental no sustento de sua família, assim como Gregor, Daniela e Sofia não escolheu parar de trabalhar, essa condição lhe foi atribuída, e assim como o personagem Kafikiano, o sentimento de vergonha, culpa e de inutilidade pairam sobre a vida dessas trabalhadoras que se veem excluídas do mundo trabalho em idade produtiva.

Em outro trecho da entrevista, Daniela ³⁶ relata suas dificuldades na busca por um novo trabalho, a dor e o sofrimento configuram em uma jornada de humilhações para conseguir provar junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a sua incapacidade física para o trabalho, uma vez que os pareceres médicos do INSS

³⁶ Entrevista realizada em 17/01/2020. Daniela é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

entendiam que Daniela possui condições de retornar imediatamente ao trabalho. A ansiedade e a perversidade dessa situação ampliam o sofrimento e o desamparo desses trabalhadores que, assim como Daniela, estão condenados ao não-trabalho e sem o acesso aos seus direitos.

Me sinto muito prejudicada, porque eu não consigo trabalhar em outro lugar, para você entender minha situação, até quando eu corto legumes minha mão dói, então eu não consigo fazer nada, entende, nem mesmo fazendo bico como manicure e mesmo assim o médico lá do INSS fala que sou muito nova para aposentar, mas eu queria só os meus direitos, entendeu, mas até hoje não consegui, então é isso, eu não consigo trabalhar em qualquer serviço porque dói muito a minha mão.

Assim como Daniela, muitos trabalhadores estão impossibilitados de trabalhar em decorrência da saúde comprometida, passando por dificuldades similares para provar junto ao INSS que o desemprego é contra a própria vontade, podemos notar, no caso de Daniela, que há uma carga de ressentimento com a empresa em função do adoecimento e que o trabalho deixou de fazer sentido em razão do desamparo após anos de dedicação ao crescimento da empresa.

Minha vida era trabalhar naquela empresa, não pensava em sair de lá, achei que ia me aposentar lá, porque, assim, sempre fui uma pessoa boa para empresa, nunca dei problema, sabe, sempre fiz o meu serviço direitinho, não ia ao banheiro enquanto eu não batia a meta, então é aquilo, um monte de gente problemática na empresa, que falta bastante, não bate meta poderia ter sido mandado embora, agora, justo eu que voltei de licença, sabe? Mandar eu embora? Eu sinceramente não esperava, porque sempre dei o sangue pela empresa, entende?

Outra dimensão presente no relato de Daniela, diz respeito às práticas que corroboram para o adoecimento, o gerenciamento por metas desenvolve os mecanismos da disciplina voluntária, a expressão “dar o sangue” ou em outras palavras vestir a camisa da empresa, utilizado por Daniela, revelam traços ideológicos patrocinados pela organização do trabalho, ou seja, o engajamento subjetivo de que a produtividade é sempre um valor primário em toda situação. Segundo Dejours (1992, p. 73) a necessidade pelo cumprimento da meta é permeada “pelo risco de não acompanhar o ritmo imposto e de “perder o trem”, pelo medo de falhar diante dos valores objetivados pela empresa, portanto, além de doenças como: LER/Dort, outros transtornos de natureza psicológica, tais como: a ansiedade, depressão, ou doenças psicossomáticas,

podem ser recorrentes quando há o engajamento subjetivo sem as contrapartidas biológicas, físicas e humanas.

Para o trabalhador, a condição de adoecimento é similar a uma mercadoria reprovada pelo controle de qualidade, o trabalhador, assim como a mercadoria, é descartado quando não possuem qualidade para o consumo, ficando a margem do padrão e sem utilidade. Diferente da mercadoria que é produto do trabalho, o trabalhador sente as marcas da substituição e da impossibilidade de praticar o ofício fundamental para sua sobrevivência, a condenação ao não-trabalho deixam marcas na alma.

Desse modo, as trabalhadoras da empresa Ares Confecções se inserem em uma rotina laboral em que a duplicidade do seu ato laborativo, guarda lugar na exploração tanto no mundo produtivo (a fábrica) como no mundo reprodutivo (os trabalhos domésticos, o acompanhamento dos filhos) processos indispensáveis para a reprodução do capital (SAFFIOTI, 2013, 1976).

Olha, é difícil, porque o tempo que você não tá lá na fábrica você está em casa fazendo os serviços e cuidando dos filhos, aí o tempo que tem eu leio um pouquinho, né, e dormir, porque no outro dia tem trabalho de novo, a vida parece uma, uma roda gigante)³⁷.

São essas ações sublinhadas que trás a tona a questão da saúde e o prazer no trabalho. A tendência à intensificação do trabalho é impulsionada pela reorganização e o uso de novas tecnologias articuladas com um plano gerencial, resultando em uma deteriorização do trabalhador, uma vez que suas forças físicas e mentais são levadas ao limite. E, neste sentido, o adoecimento possui um caráter individual e também coletivo, expresso em formas de violências que criam patologias físicas e mentais, por meio de condutas verbais ou atitudes que desqualificam os trabalhadores de forma recorrente no ambiente de trabalho e, quando submetidos a tempos prolongados, podem ocasionar em sequelas psíquicas.

Da mesma forma, o sentimento de inutilidade e fracasso ao ser demitido possui uma carga sentimental negativa maior, já que os motivos da demissão podem estar relacionados ao adoecimento contraído em virtude desse processo de trabalho, pois se trata também da falta de reconhecimento da empresa pelos serviços prestados por esse trabalhador, que passa a vivenciar um sentimento de injustiça e uma relação de ressentimento, não vendo mais sentido no trabalho.

³⁷ Entrevista realizada em 16/01/2020. Vivian é nome fictício utilizado para preservar sua identidade

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a reestruturação produtiva da Indústria de Confecções, procuramos mostrar principalmente o papel central que as novas práticas flexíveis, tais como: Just-in-time/Kan-ban, programas de gerenciamento de qualidade total e, especialmente, a terceirização e a descentralização produtiva, prática que se intensificou e ganhou novas características ao longo da década de 1990, em seus múltiplos aspectos. Tais práticas no setor de confecções eram e continuam sendo engendradas, principalmente, por pequenas e médias empresas enquanto prestadoras de serviços para empresas maiores. Assim, este procedimento foi estratégico para as grandes empresas recompor os circuitos de valorização e competitividade.

A Ares Confecções é um exemplo dessa nova tendência cuja origem se deu no setor de confecções, a articulação moderna e arcaica de práticas de produção no interior da indústria de confecções possibilitou não apenas o seu surgimento, mas, sobretudo, sua estruturação no setor de confecções enquanto uma grande empresa na virada do século (século XX para o Século XXI), sendo, portanto, o uso do trabalho intensivo e de práticas tayloristas, combinadas com modalidades de flexibilização do trabalho e baixos salários, bem como, benefícios fiscais concedidos pelos governos municipais, os elementos essenciais para o sucesso da empresa, sobretudo, em um período que o setor passava por uma crise aguda.

Sob uma nova conjuntura nacional e internacional, de 2003 a 2008, a empresa Ares Confecções passou pelo seu primeiro processo de reestruturação produtiva, inserindo uma nova planta com inovações tecnológicas, fazendo demissões em massa, bem como, uma primeira tentativa de inserção de inovações organizacionais em parceria com o SENAI, tratando-se, nesse sentido, de uma primeira tentativa do setor de confecções – após a grave crise enfrentada pelo setor, nos anos 1990 – de estruturar polos industriais com vistas de maior inserção, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Mas tal processo foi interrompido em função da crise econômica internacional de 2008, cujos reflexos intensificaram o processo de desindustrialização que já estava em curso, sobretudo no início dos anos 2000.

Após a crise de 2008, a empresa Ares Confecções passou por uma nova rodada de reestruturação produtiva, com novas demissões, adequação tecnológica e inovações organizacionais, o rearranjo aconteceu de forma paulatina, excluíram das diretrizes da

empresa as práticas de terceirização de sua produção. Com a garantia de eficiência e qualidade, a empresa transforma seu espaço produtivo em uma subsidiária de grandes marcas internacionais, tais como: Avon, Adidas, Track & Fild, etc., passando a apostar nos mecanismos de flexibilidade do trabalho enquanto modelo produtivo.

Como procuramos demonstrar, o trabalho intensivo e repetitivo combinados com práticas de gestão, tais como: *Just-in-time*, *Kan-ban*, *teamwork* e o trabalho por metas, que exigem alta produtividade e atenção constante na execução das tarefas, também exige um comportamento subjetivo com a produção. O modelo flexível de intensificação dos ritmos de trabalho e seus mecanismos de controle provocam um aumento sensível do stress e do esgotamento produzido pela atividade de trabalho, o sofrimento psíquico se alastra e transitam entre os espaços de produção e reprodução, de forma sutil e silenciosa, assim como, os casos de doenças ocupacionais, principalmente LER e DORT. Os depoimentos das entrevistadas mostram como os adoecimentos ocasionados por essa nova forma flexível do trabalho afetou a vida pessoal e a dignidade das trabalhadoras adoecidas, ao ver comprometida tanto sua capacidade produtiva – uma vez que essas pessoas se encontram em idade produtiva e não podem mais trabalhar –, quanto sua vida afetiva e sócia baleadas por um trabalho que lhes causaram sofrimento psicológico.

Ainda sobre os processos de trabalho, organização produtiva e condições de trabalho, não foi possível discutir com mais profundidade sobre a divisão sexual do trabalho e as diferenças entre o trabalho feminino e o trabalho masculino, uma vez que o início das entrevistas coincidiram com a pandemia da Covid-19 impossibilitando a continuidade do trabalho de campo. Apesar disso, foi possível notar que na empresa Ares Confecções, ao menos em alguns setores da produção, tais como: embalagem, costura, corte, acabamentos, passadoria, em geral, setores de linha de produção, não se mostrou tão diferente do padrão de outras empresas relatadas em outras pesquisas, quer dizer, tais setores que exigem habilidades manuais são compostos majoritariamente por mulheres, enquanto setores mais tecnológicos e informatizados, tais como: setor de criação de peças, marketing, analistas de mercados e os assim chamados cargos de escritórios, tem em sua composição majoritária os homens. Desta forma, não foi possível provar que a distinção ocupacional entre homens e mulheres pode ser um fator determinante no processo de adoecimento e prazer no trabalho.

Pelos motivos citados acima somados as dificuldades em conseguir dados de diferenciação salarial entre homens e mulheres no universo da empresa Ares

Confecções, também não foi possível verificar se há uma diferenciação salarial entre homens e mulheres na empresa, entretanto podemos sugerir que devido os cargos ocupados e com base na diferenciação salarial histórica entre homens e mulheres, é possível que os homens possam ganhar mais do que as mulheres, ainda que não seja possível comprovar que homens os ganham mais do que mulheres no desempenho das mesmas atividades dentro da empresa.

Podemos nos perguntar quais as novidades relacionadas ao processo de reestruturação produtiva dessa indústria de confecções, tendo em vista que esta empresa se adequou aos padrões tecnológicos e organizacionais para se estabelecer enquanto uma subsidiária de grandes marcas internacionais.

Como resposta a esta questão, este estudo buscou mostrar que o processo de reestruturação do setor de confecções e, em particular, a reestruturação da empresa Ares Confecções ocorreram de maneiras diferentes. Se por um lado, o setor de confecções combinou modalidades antigas, tais como: a terceirização, cooperativas, subcontratação e trabalho à domicílio, com práticas flexíveis, como forma de sobrevivência frente ao avanço dos produtos asiáticos no mercado externo e interno. Por outro lado, a empresa Ares Confecções, ainda que tenha usado de tais práticas como forma de se estabelecer no mercado e garantir o seu crescimento nos anos iniciais da empresa, ao passar pela segunda reestruturação após 2008, a empresa abandonou tais práticas e se adequou aos níveis de exigência internacional para garantir qualidade total dos produtos e receber em sua planta, na forma de subcontratada, marcas internacionais.

Isso nos leva a pensar que, se a prática de terceirização tem o objetivo principal à redução de custos relacionados aos insumos, à manutenção de unidades produtivas e gastos com força de trabalho, isso significa que a empresa Ares Confecções entende que é mais vantajoso, mesmo com todos os custos, ser uma subsidiária de marcas internacionais que buscam, inseridas nas cadeias globais de valor, vantagens lucrativas, do que manter as práticas de terceirização. Uma das novidades dessa pesquisa encontra-se justamente aqui: ao não praticar a terceirização como estratégia de competitividade, a empresa Ares Confecções mostra que mesmo sem a terceirização é viável novos investimentos e que estes são assegurados pelo baixo custo da força de trabalho. Ou visto de outra maneira, tais marcas internacionais entendem que os custos produtivos na empresa Ares Confecções são compatíveis e vantajosas com os custos de outras empresas que compõem sua rede de subcontratação.

Portanto, podemos afirmar que a flexibilização da força de trabalho, sobretudo, do trabalho feminino, generalizaram-se no setor de confecção, cresceram com elas a deterioração das condições de saúde e de trabalho devido à intensificação dos ritmos durante a jornada de trabalho, podendo ser comparada as mesmas condições de trabalho de um terceirizado do mesmo setor, uma vez que as consequências e perversidades são semelhantes em relação aos baixos salários, ausência sindical e jornadas de trabalho intensas que contribuem para o sofrimento físico e mental dos trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

- ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção. Setor Têxtil e de Confecção Momento Atual e Agenda de Trabalho. Circuito Abit / Texbrasil Belém, 25/02/2016. Disponível em: <www.abit.org.br/conteudo/links/apresentacoes/.../app_circuito-salvador_fernando.pdf> Acessado em: 01/04/2019.
- ABREU, Alice de Paiva. *O avesso da moda: trabalho a domicilio na indústria de confecções*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ALVES, Giovanni. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/IFCH: Campinas-SP, 1998.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *No limite da precarização? Terceirização e trabalho feminino na indústria de confecções*. Dissertação de Mestrado: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus Ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. - [2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BAENINGER, Rosana. *Região de Governo de Santos e Governo de Araçatuba*. Marta Rovey Souza. – Campinas: NEPO/UNICAMP, 1994.
- BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. *Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador*. In: NAVARRO, Vera Lucia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. *O Averso o trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 107-123.
- BERNARDO, João. *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BINI, Danton Leonel de Camargo. *Mudanças históricas e implicações sócio-espaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba*. Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP. São Paulo, 2008.
- BRAGA, R. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CAMARGO, José Marangoni. *Evolução recente da economia brasileira e o processo de desindustrialização*. In: O Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global. Org, Francisco Luiz Corsi, et al. Marília: Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 237-257.
- CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. São Paulo: Editora Best Bolso, 2010.
- CANO, Wilson. SILVA, Ana Lucia Gonçalves da. *Política industrial do governo Lula*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 181, julho 2010.
- CAMPOS, Renato Ramos. STALLIVIERI, Fabio. VARGAS, Marco Antônio. MATOS, Marcelo (org.). *Políticas Estaduais para Arranjos Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil*. E-papers: Rio de Janeiro, 2010.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. tradução de Luiz Alberto Monjardim – 7 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DURAND, J. P. *A refundação do trabalho no fluxo tensionado*. Trad. Leonardo Gomes Mello e Silva. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 15, n. 1, Abr. 2003.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós-milagre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GOMES, Maria Teresinha Serafim. *O Processo de Reestruturação Produtiva em cidades médias do oeste paulista: Araçatuba, Birigui, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP. São Paulo, 2007.
- GONÇALVES R. *Vagão Descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*, Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.
- GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2012.
- HIRATA, H. *Da polarização das qualificações ao modelo de competência*. In: FERRETTI, C. et. al. (orgs.). *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 128-137.

HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo. São Paulo, 2002.

HIRATA, Helena. *Sobre o modelo Japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo, editora Universidade de São Paulo, 1993.

HJINKINGS, Isabella; AMORIM, Elaine Regina Aguiar. *Produção e desregulamentação na Indústria têxtil e de Confecções*. In: Antunes, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 337-385.

HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos. O Breve século XX (1914-1991)*. São Paulo Cia. Das Letras, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Tradução e Organização de Celso

KATZ, C. *Evolução e crise do processo de trabalho*. In: Katz, C; Braga, Ruy; Coggiola, O. (1995). *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 11-44.

KERGOAT, D. *Em defesa de uma sociologia das relações sociais*. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: ARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 79-93.

LIMA, Jacob Carlos. *Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário*. Revista Política e Trabalho, nº 15, p. 121-139, 1999.

LOBO, E. S. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho, Dominação e Resistência*. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. -9.ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. *O capital: crítica da econômica política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Secretaria do Desenvolvimento da Produção: *fórum de competitividade da cadeia produtiva têxtil e de confecções*, 2002. Disponível em: <<https://www.redetec.org.br/wp-content/uploads/2015/02/resTexConfeccoes21112002.pdf>> Acessado em: 25/11/2019.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: editora Hucitec; editora Polis, 1984.

MORALES, Antonio Garcia. *Auriflama: raízes da história*. Araçatuba: Somos, 2008.

NOGUEIRA, Alessandra. *Dona de confecções de Auriflama tem bens bloqueados na justiça*. Folha da Região 12/04/2002. Disponível em:

<<http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2002/04/12/econ01.php>> Acessado em: 20/11/2019.

NOGUEIRA, Alessandra. *Empresário investe US\$ 5 mi no MS*. Folha da Região. Araçatuba: 05/09/2001. Disponível em: <http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2001/09/05/econ01r1.php?PHPSESSID=&HTTP_REFERER=jornalvirtual.folhadaregiao.com.br> Acessado em: 17/05/2018.

NOGUEIRA, Alessandra. *Município é obrigado a importar mão-de-obra*. Folha da Região. Araçatuba: 05/09/2001. Disponível em : <http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2001/09/05/econ01r2.php?PHPSESSID=&HTTP_REFERER=jornalvirtual.folhadaregiao.com.br> Acessado em: 17/05/2018.

OLIVEIRA, E. M.; BARRETO, M. *Engendrando gênero na compreensão das lesões por esforços repetitivos*. Saúde e Sociedade. v.6, n. 1, p. 77-99, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAVARINA, Paula. *Lingerie Frelith: Expansão internacional e consolidação da marca através de novas estratégias de marketing e da prospecção do mercado de moda íntima*. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Grupo de estudos e extensão em marketing internacional. Franca, 2013.

PIRES M. C. *Os sucessivos e fracassados planos de combate à inflação*: Cruzado, Bresser, Arroz com Feijão, Verão e Collor in: PIRES, M. C. *Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula*, São Paulo, Saraiva, 2010.

PUPIM, Rafael Giácomo. *Cidades e territórios do Oeste Paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-construção do urbano*. Dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo: São Carlos, 2008.

RODRIGUES, Fabíola. *Por onde vão as “brisas suaves” do sertão paulista? – população e estruturação urbana na constituição da cidade (im)possível – Votuporanga, um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2005.

SADER, Emir. *A vingança da história*. São Paulo, Boitempo, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher sob o modo de produção capitalista*. In: Contexto. São Paulo: Hucitec, 1976.

SAFFIOTI, Helieth. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. Hucutec: São Paulo, 1981.

SATO, Eliane Eme. *Confecções impulsionam setor industrial de Auriflama*. Folha da Região. 29/09/2002. Disponível em: <<http://jornalvirtual.folhadaregiao.com.br/arquivo/2002/09/29/cida06.php>> Acessado em: 20/11/2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Sérgio S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1981.

SINGER, P. *O Brasil na Crise: perigos e oportunidades*. Contexto, São Paulo, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. *O novo mapa da indústria do início do século XXI: Diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do Estado de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

APÊNDICE I: ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES TÊXTEIS, SETOR DE MODA ÍNTIMA FEMININA.

Este levantamento faz parte de um projeto de pesquisa sobre condições de trabalho no setor de confecções da indústria têxtil. O questionário é confidencial e todos os entrevistados (e empresa) serão tratados anonimamente.

BLOCO A – Sobre o/a trabalhador/a

1. Qual o seu nome? Como quer ser chamado/a? (apelido)
2. Qual a sua idade / data de nascimento?
3. Estado civil do (a) entrevistado (a):
4. ☐ solteiro/a ☐ casado/a ☐ separado/a-divorciado/a ☐ outros (qual?) _____
5. Tem filhos? Se sim, quantos e de que idade?
6. Quantas pessoas moram com você?
7. Quantos dependentes existem em sua casa? (pessoas que não tem renda própria: filhos ou outros)
8. Existem outras pessoas que trabalham na família? ☐ sim
Quem? _____
- ☐ não
9. Qual é o bairro/cidade onde reside?
10. Qual é a sua escolaridade?
11. ☐ primeiro grau incompleto ☐ primeiro grau completo
12. ☐ segundo grau incompleto ☐ segundo grau completo
13. ☐ superior incompleto ☐ superior completo (especificar curso)
14. ☐ mestrado (especificar curso) ☐ doutorado (especificar curso)
15. Você fez outros cursos? (especificar qual o curso e a instituição para cursos técnicos, extensão e especialização) ☐ sim ☐ não Especificação:

16. Instituição/escola onde o (a) entrevistado (a) concluiu seu curso de maior escolaridade: pública ou privada, e especificar onde e a duração.

17. O que você já fez antes de trabalhar na empresa?

18. Como foi sua entrada na empresa? O que esperava? O que se realizou?

BLOCO B – Sobre o trabalho realizado

19. Como começou a trabalhar na empresa? (indicação, candidatou-se à vaga voluntariamente, outro?)

20. Como você foi selecionado/a?

21. Há quanto tempo você trabalha na empresa?

22. Qual é sua função/atividade na empresa?

23. Em qual setor você trabalha? Quantas pessoas trabalham em seu setor? Quantos são homens e quantas mulheres?

24. Há homens e mulheres em seu setor? Em quais cargos?

25. Você é registrada/o (registro em carteira de trabalho)?

26. Se sim, qual é sua função na carteira de trabalho? Exerce a atividade conforme registrado/a?

27. Se não é registrado/a, qual é a forma de contratação?

28. Quantas horas você trabalha por dia? A jornada é fixa em um período (matutino, noturno), ou há turno de revezamento? (variável)

29. Realiza horas-extra? A hora extra inclui fim de semana?

30. Sobre o processo de produção, há metas fixas de produtividade, ou elas são variáveis?

31. Se variam: 1.é algo frequente? 2.a variação influencia a forma de realização de trabalho? (ritmo, cobranças, etc?)

32. No trabalho que você realiza há alguma organização de trabalho em grupo?

33. ☐ células ☐ equipes ☐ metas cobradas por grupo ☐ outras (especificar)

34. O trabalho que realiza precisa seguir um padrão ou roteiro pré-estabelecido? ☐ sim ☐ não. Ou você pode fazer do seu jeito? (Você organiza a ordem, etc?)

35. Seu trabalho tem um ritmo imposto?

36. Você trabalha em pé ou sentado/a?

37. O trabalho que realiza possui pausas para descanso ou outras? Se sim:

38. Seu horário/duração é estabelecido pela chefia ou há maleabilidade?
39. Você pode ir ao banheiro na hora em que tem necessidade? Precisa pedir? Há um limite de tempo?
40. Seu ambiente de trabalho implica em algum risco à saúde ou perigo? ☐ sim ☐ não.
41. Se sim, qual? _____
42. Quais as principais habilidades / experiências / conhecimentos são necessários/as para realizar seu trabalho?
43. Seu trabalho requer força?
44. Quanto você ganha por mês? _____

☐	0,0 a 0,5 sm
☐	0,51 a 1 sm
☐	1,01 a 2 sm
☐	2,01 a 3 sm
☐	3,01 a 4 sm
☐	4,01 a 5 sm
☐	5,01 a 7 sm
☐	7,01 a 10 sm

45. Qual é a forma de recebimento de seu salário? É um valor fixo, há um fixo + valor variável por produtividade (PLR, bônus etc) ou outro?
46. Como você vê a questão da distribuição de cargos? Quais são os critérios e o que pensa sobre eles?
47. A empresa possui plano de carreira?
48. Você percebe se há distribuição concentrada de mulheres e homens em diferentes setores da fábrica?
- Em que lugares há mais mulheres e homens?
49. Vê alguma razão para existir mais mulheres que homens na empresa (ou o contrário)? Qual?
50. Como você se sente trabalhando na empresa? Poderia mencionar aspectos positivos e negativos?
51. Pretende trabalhar na empresa por mais tempo? (Conseguiria trabalhar até os 60 anos na empresa neste ritmo?)
52. Gostaria que seu filho ou filha trabalhasse nesta empresa?

BLOCO C – relação com os outros trabalhadores e com chefias

53. Como é sua relação com os outros/as funcionários?
54. O que sente que tem em comum e de diferente entre você e eles/elas?
55. Você encontra os/as funcionários/as fora da empresa? Se sim, onde / o que fazem juntos?
56. Como é sua relação com as chefias / coordenadores?
57. Você já soube, presenciou ou sofreu algum tipo de tratamento que considerou inadequado por parte das chefias? Se sim, poderia relatar?

BLOCO D – sobre ações de resistência e relação com o sindicato

58. É filiada a um sindicato? ☐ Sim ☐ Não Há quanto tempo? _____
- E quanto tempo depois de entrar na empresa filiou-se ao sindicato? _____
59. Você participa de assembléias e reuniões da categoria? ☐ Sim ☐ Não. Por quê?
60. Participa de atividades organizadas pelo sindicato? Quais? ☐ greves ☐ Manifestações ☐ Apenas as assembléias ☐ Atividades de formação ☐ Recreação ☐ Outras (especificar) _____
61. Para você qual é o papel/função do sindicato?
62. Como você avalia a atuação do sindicato? Você acha que deveria fazer algo que não está fazendo?
63. O sindicato possui alguma forma de organização no local de trabalho?
64. Sabe se o sindicato possui alguma comissão ou coletivo de mulheres? Sabe qual é a atuação?
65. Participa de alguma outra forma de reivindicação ou de outro modo de colocar sua insatisfação sobre o que considera injusto no ambiente de trabalho?

BLOCO E - Aspectos da vida, futuro.

65. O que você faz no tempo livre?
66. Qual é o seu sonho?
67. Como você se vê em 10 anos?

APÊNDICE II - PERFIL E TRAJETÓRIA DE ENTREVISTADAS

Daniela. Costureira na empresa Ares Confecções. Tem 34 anos, solteira, sem filhos. Trabalhou na empresa por 11 anos. Foi entrevistada em sua casa, entrevista realizada em 17/01/2020.

Trajetória: empregada doméstica. Na empresa: costureira.

Vivian. Embaladeira na empresa Ares Confecções. Tem 42 anos, casada, dois filhos. Trabalhou na empresa por 14 anos. Foi entrevistada em sua casa, entrevista realizada em 16/01/2020.

Trajetória: empregada doméstica. Costureira em uma fábrica de confecções. Na empresa: embaladeira.

Sofia. Costureira na empresa Ares Confecções. Tem 50 anos, casada, um filho. Trabalhou na empresa por 13 anos. Foi entrevistada em sua casa, entrevista realizada em 18/01/2020.

Trajetória: empregada doméstica. Na empresa: costureira.